



# **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E COMUNICAÇÃO**

Percursos teórico  
e pragmático  
de discurso,  
mídia e política

LAERTE  
MAGALHÃES  
(ORG.)

# **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E COMUNICAÇÃO**

**Percursos teórico e pragmático  
de discurso, mídia e política**

## **AUTORES**

IZABEL MAGALHÃES  
LAERTE MAGALHÃES  
MICHELLY CARVALHO  
ROSIMEIRE BARBOZA  
VIVIANE RESENDE  
VIVIANE VIEIRA  
WELLINGTON COSTA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI  
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella  
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil  
Todos os Direitos Reservados

# **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E COMUNICAÇÃO**

Percursos teórico e pragmático  
de discurso, mídia e política

LAERTE  
MAGALHÃES  
(ORG.)

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processos Técnicos

A532 Análise de Discurso Crítica e Comunicação : percursos teórico e pragmático de discurso, mídia e política [recurso eletrônico] / Laerte Magalhães (Org.). – Teresina: EDUFPI, 2019. 246 p.

Livro eletrônico.  
ISBN 978-85-509-0503-7

1. Análise de discurso crítica - Comunicação. 2. Análise de discurso. 3. Comunicação. I. Magalhães, Laerte.

CDD 302.2

# A PROPÓSITO DE NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS

Eis o primeiro livro resultante da experiência bem sucedida do I ENCONTRO NACIONAL – DISCURSO, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE (I ENDIS), realizado de 27 a 29 de abril de 2016, no âmbito da Universidade Federal do Piauí, como realização do Núcleo de Pesquisa em Estratégias de Comunicação (NEPEC) através do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) / UFPI. São textos produzidos por conferencistas do evento, embora nem todos os textos sejam transcrições literais de suas falas, como é o caso do capítulo de Viviane de Melo Resende e Rosimeire Barboza da Silva.

De forma similar, o texto de Wellington Costa resulta de minicurso ministrado por ele acerca dos gêneros discursivos como estratégia na esfera do ensino de língua portuguesa no ensino fundamental. De qualquer modo, todos os autores figuram como participantes significativos do I ENDIS, diretamente ou indiretamente envolvidos, o que justifica sua inserção no livro ora apresentado sob o título “Análise de Discurso Crítica e Comunicação: percursos teórico e pragmático de discurso, mídia e política.” No plano do evento, as edições seguintes deverão produzir novas



coletâneas com as respectivas temáticas que servem como orientação para o eixo condutor de textos a serem cuidadosamente produzidos.

O ENDIS surge com o propósito de constituir espaço de reflexão e de discussão de resultados de pesquisas realizadas em âmbito nacional, mediante a utilização da Análise de Discurso (AD), especialmente, a Análise de Discurso Crítica (ADC) como aporte teórico metodológico. Reiteramos a expressão – especialmente – porque, ao menos, *a priori*, o espaço está aberto a outras vertentes embasadas em matrizes teóricas da Análise de Discurso. A ADC ainda é pouco conhecida no âmbito da pesquisa em Comunicação, embora venha conquistando espaço nas áreas de Letras e Linguística há algum tempo. Por isso, na primeira edição do ENDIS, convidamos para tomar parte das conferências e de outros espaços de discussão, autoras como Izabel Magalhães, a citada Viviane de Melo Resende e Viviane Vieira, sem dúvida, nomes de referência nacional e / ou internacional, em pesquisas fundamentadas na ADC. Em sua primeira edição, o ENDIS nos traz gratas surpresas: a quantidade de inscritos, o nível elevado das comunicações aliado à diversidade apresentada, além da generosidade no compartilhamento das experiências no decorrer das participações.

A partir do tema proposto para a primeira edição do ENDIS 2016, “Discurso e narrativas contemporâneas”, conseguimos, graças ao envolvimento dos pesquisadores e das pesquisadoras presentes implementar discussão profícua acerca de discurso, da mídia e da política, além de outras temáticas que atravessam ou tangenciam os três pontos ora citados. E, de fato, o conteúdo do livro, no decorrer de sua leitura, comprova bem do que estamos falando.

Como cada autor ou autora, à exceção de Wellington Costa, discute aspectos da Análise de Discurso Crítica, não tratamos do tema

neste momento. Apontamos, com brevidade, o t3pico tratado por cada autor (a), como mero apontamento, sem pretens3o de questionamentos ou de an3lise cr3tica. 3 tamb3m o instante de agradecer a a3o imediata de todos que atenderam prontamente nosso convite para produzir um cap3tulo para esta colet3nea. A proposta inicial residia em publicar as confer3ncias produzidas no evento. No entanto, como todos se manifestaram a favor da produ3o de um texto novo ou da revis3o de sua fala, ap3s as discuss3es que procederam 3s apresenta3es sempre num ritmo dial3gico e de aprofundamento, concordamos, de imediato. E a3 est3o os cap3tulos que aqui apresentamos.

O primeiro 3 da autoria de Izabel Magalh3es. Trata-se de texto que arrola aspectos te3ricos e metodol3gicos da ADC e, ao mesmo tempo, encaminha para a compreens3o do uso do m3todo para a pesquisa social, com foco na etnografia, vertente adotada pela autora. Ela define sua abordagem anal3tica do discurso como “pesquisa etnogr3fico-discursiva” ou “etnografia discursiva”, o que se pode antever a partir do pr3prio t3tulo “Um m3todo de an3lise textual para o estudo da pr3tica social”, que delinea, de alguma forma, o sentido impresso ao texto.

Izabel Magalh3es 3 respons3vel por introduzir no Brasil a ADC, a partir de sua a3o docente e como pesquisadora da Universidade de Bras3lia (UnB), mas, sobretudo, quando assume magistralmente a tradu3o do livro “Discurso de mudan3a social”, da autoria do brit3nico Norman Fairclough, professor de lingu3stica junto 3 *Lancaster University* e um dos fundadores da ADC. O texto de Izabel Magalh3es 3 denso, rico em informa3es e em refer3ncias essenciais para quem pretenda desvendar a ADC, tanto do ponto de vista da evolu3o e da hist3ria at3 aqui constru3da quanto de sua compreens3o te3rica, autores principais, quest3es essenciais e suas fundamenta3es.

A seguir, o texto de Viviane Vieira, “Corpos e identidades: debates em Análise de Discurso Crítica e ecofeminismo”, apresenta parte de projeto mais genérico que, no dizer da autora, propõe-se a estudar, em práticas sociais diversificadas, aspectos das modalidades de agir e / ou de se relacionar. Isto é, o cerne é o estudo das inter-relações, o que comporta, ainda, análise acerca das modalidades de construção dos sistemas de conhecimento, quer dizer, das representações e, por fim, também dos modos de ser e de identificar a si mesmo, ao mundo e ao outro, o que incorpora as identificações parcialmente formadoras e conformadoras de poderes / saberes / subjetividades que se impõem sobre corpos, saúde, corporalidade, identidade e *performances* de gênero.

Com a intenção de aprofundar a discussão acerca do ecofeminismo, a autora discute diferentes percepções políticas do corpo, a partir de Michel Foucault, filósofo francês e historiador das ideias. Daí, derivam também modos de representar o feminino, as dimensões de poder e de gênero que concorrem para a compreensão do que Viviane Vieira chama de biopolítica de sexualidade.

Como preconiza o citado Norman Fairclough, a linguagem é, por excelência, o lugar de trabalho das ideologias. E é, nesse terreno, tomando como referência anúncios publicitários, que Viviane Vieira realiza seu estudo, mediante observação acurada de como as estratégias de construção de sentidos para os gêneros, as representações do corpo e das sexualidades são concebidas e engendradas. Segundo suas palavras, é importante entender ou perceber como são calculadas as estratégias de relações de força, produzindo, disseminando, sustentando saberes e sendo por eles sustentados, o que, inevitavelmente, produz efeitos de subjetivação. Estes são bastante complexos e localizados nas tensões de permanências e / ou resistências ao argumento biológico das decantadas

fragilidades do sexo feminino, “irremediavelmente” definidas a partir das condições biológicas da mulher.

O capítulo três, a cargo de Wellington Costa, discorre sobre “O ensino de língua portuguesa no 4º e 5º anos do ensino fundamental: os gêneros discursivos como estratégia”, como visto, tema de minicurso ministrado pelo autor como atividade do I ENDIS. O autor traz à tona uma série de considerações acerca do ensino de língua portuguesa no Brasil. Constrói uma reflexão crítica, apontando um a um os pontos básicos, de tal modo que termina por favorecer um panorama da temática sob a lente de um pesquisador que a tomou para si como objeto de estudo, contribuindo para percepção mais acurada das práticas de ensino da língua no país.

Assinala a adoção de livros como direcionamento que constringe os docentes a seguir roteiros preestabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), passando, ainda, pela condição da qualificação quase sempre precária desses professores até chegar à observação de constantes equívocos cometidos em salas de aula. E o interessante é que Wellington Costa mantém-se sempre atento aos aspectos políticos que perfazem a formação cidadã, a despeito da visão utilitarista que visa apenas à formação de mão de obra ou à preparação para concursos vestibulares.

A seguir, Michelly Carvalho em parceria conosco, assina a parte do livro intitulada “Discursos e representações sobre o acordo ortográfico na mídia brasileira e portuguesa”, capítulo quatro. Recorremos à Análise de Discurso Crítica, tomando como matriz teórica a abordagem sociocognitiva do holandês e expert em ADC, Teun A. Van Dijk, acerca do acordo ortográfico assinado por países lusófonos para entrar em vigor a partir de 2015. Estamos nos referindo aos governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da

República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Nosso objetivo é analisar como cultura, estereótipos sociais e representações sociais da história de cada nação podem intervir e influenciar nas opiniões expressas em materiais divulgados por colunistas da “Folha de S. Paulo” (São Paulo, Brasil) e “Diário de Notícias (Lisboa, Portugal), títulos de referência nos respectivos países. O acordo vem sofrendo críticas oriundas de vários segmentos, sobretudo, de intelectuais portugueses. De qualquer forma, ressaltamos que subjazem diferentes posições acerca do tal acordo tanto no Brasil quanto em Portugal, nações-líderes em meio à discussão sobre o pacto. Há articulistas contrários. Há quem seja favorável. Há aqueles que apelam à fina ironia como forma de não declarar seu posicionamento.

No entanto, especialmente para Vasco Graça Moura, articulista do “Diário de Notícias”, o número de matérias contra o acordo é bem maior do que as que assumem posição a favor. Isto porque a ideia predominante é de que a convenção é desastrosa para o povo lusófono, que a percebe como se fora uma colonização às avessas. Na verdade, até hoje, a convenção ortográfica não conseguiu ser implantada para valer em todas as nações de língua lusófona. Diante de tantas resistências, os governantes têm adotado postura de indiferença, como se não existira qualquer pacto.

O texto seguinte é da autoria de Viviane de Melo Resende e Rosimeire Barboza da Silva, sob o título “Análise de Discurso Crítica e Comunicação: quem é Rafael Braga Vieira em oglobo.com.” Viviane Resende é docente da UnB e Rosimeire Barboza, além de psicóloga, atualmente, é doutoranda em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES / UC). Ambas vêm trabalhando num projeto de pesquisa em parceria, cujo propósito é investigar o

caso Rafael Braga Vieira em dados policêntricos, considerando textos judiciais, jornalísticos, de midiativismo e entrevistas. No capítulo, as autoras relatam parte da investigação, especificamente a representação do caso da prisão de Rafael Braga Vieira por ocasião das jornadas de junho de 2013 na cobertura do acontecimento via notícias e artigos de opinião veiculados no portal *web* do jornal “O Globo” (Rio de Janeiro, Brasil), [oglobo.globo.com](http://oglobo.globo.com).

Rafael Braga Vieira foi preso no centro do Rio, acusado de participar das manifestações de rua do dia 20 de junho de 2013 e de, no momento da prisão, portar consigo coquetel molotov, embora levasse consigo apenas uma garrafa de água sanitária e uma de desinfetante. A prisão de Rafael tornou-se caso emblemático, apontada por organizações de direitos humanos em relatórios sobre as denominadas “Jornadas de Junho de 2013” e apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Diante do apoio da OEA, várias entidades também publicaram manifestos e mobilizam diferentes e numerosos atos em prol da libertação de Rafael.

Um dos pontos importantes observados por Viviane de Melo Resende e Rosimeire Barboza da Silva é o tratamento midiático dispensado a Rafael. É ele – Rafael Braga Vieira – decididamente, um ator social, porém suas representações em *O Globo* não lhe atribuem qualquer importância. Assim como nos dados do processo judicial movido contra ele, também na representação midiática a voz de Rafael não ecoa, e o mapeamento cronológico de sua representação nos textos de *O Globo* mostra como sua representação avança de um vínculo explícito com a manifestação para representações focadas em seus pertencimentos identitários - jovem negro circunstancialmente em situação de rua -, e seu caso vai se descolando do contexto da prisão e deixando ver a seletividade punitiva do sistema penal brasileiro.

Enfim, consideramos que “Análise de Discurso Crítica e Comunicação: percursos teórico e pragmático de discurso, mídia e política” com esses textos completa o projeto inicial do I ENDIS!

Teresina, 28 de janeiro de 2017

*Laerte Magalhães*

Doutor em Comunicação,  
Universidade Federal do Piauí

# SU MÁ RIO

**Um Método de Análise Textual para  
o estudo da Prática Social ..... 15**

*Izabel Magalhães (UFC/UnB/CNPq)*

**Corpos e Identidades: debates em Análise  
de Discurso Crítica e Ecofeminismo ..... 51**

*Viviane Vieira (UnB)*

**O Ensino de Língua Portuguesa no 4º e no 5º anos do Ensino  
Fundamental: os Gêneros Discursivos como Estratégia .... 71**

*Expedito Wellington Chaves Costa (IFCE)*

**Discursos e representações sobre o acordo  
ortográfico na mídia brasileira e portuguesa ..... 95**

*Michelly Santos de Carvalho (UESPI/FAR)*

*Francisco Laerte Juvêncio Magalhães (UFPI)*

**Análise de Discurso Crítica e Comunicação: quem é Rafael  
Braga Vieira em o globo.com? ..... 191**

*Viviane de Melo Resende (UnB/CNPq)*

*Rosimeire Barboza da Silva (UnC-PT)*



# UM MÉTODO DE ANÁLISE TEXTUAL PARA O ESTUDO DA PRÁTICA SOCIAL

*Izabel Magalhães (UFC/UnB/CNPq)*

## **Introdução**

O texto como unidade de análise foi proposto inicialmente por Harris, na década de 1960. Harris (1963) estudava o texto como se fosse uma frase, influenciando a abordagem de Pêcheux (1988) na análise de discurso de orientação francesa (GADET; HAK, 1990).

De fato, parece-nos que Harris fornece não apenas alguns procedimentos de análise; ele inspira o estabelecimento de todo o dispositivo da AAD [Análise Automática do Discurso] (GADET et al., 1990, p. 44).

Conforme a proposta da AAD, de Pêcheux, na análise da “superfície discursiva”, de natureza linguística, o texto é reduzido a “enunciados elementares”, considerados “núcleos” por Harris (GADET et al., 1990, p. 44).

Neste artigo, proponho debater um método para o estudo do discurso baseado na Análise de Discurso Crítica (ADC) segundo Fairclough (2003; 2010). Sob a influência da Linguística Sistêmico-Funcional, de



Halliday (1994), o linguista britânico dedicou várias obras à criação de um método de análise textual do discurso. Porém, ao contrário de Pêcheux (1988), que examina a reprodução social, Fairclough (2003, 2016) propõe uma abordagem voltada para o estudo de transformações sociais. Portanto, a proposta de Fairclough é mais adequada para estudar práticas sociais contemporâneas ligadas a processos de mudança: mundialização econômica, social e cultural (FAIRCLOUGH, 2006).

Denomino minha abordagem analítica do discurso pesquisa etnográfico-discursiva, ou etnografia discursiva (MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, no prelo; RESENDE, 2009; MAGALHÃES, 2000; 2006). Ao associar a metodologia etnográfica à análise textual do discurso, a etnografia discursiva oferece um instrumental poderoso para analisar o discurso em sua relação com a prática social (FAIRCLOUGH, 2012; 2010; 2003; RESENDE, 2009). Contudo, aqui tratarei da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) (MAGALHÃES, 2004).

Na próxima seção, comentarei sobre aspectos históricos da abordagem textual do discurso

## **1. Antecedentes históricos**

Um deslocamento significativo no estudo do texto na análise de discurso foi realizado por Pêcheux na década de 1960, ao associar à semântica do texto o conceito de ideologia (GADET et al., 1990; PÊCHEUX, 1988).

### **1.1 Pêcheux**

Para Pêcheux (1988, p. 160), o sentido das palavras tem um “caráter material”, dependente da “formação ideológica”. A dependência, que é constitutiva do sujeito, é explicitada de duas maneiras:

- a)** O sentido de uma palavra “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). A relação entre o sentido das palavras e dos enunciados e a formação ideológica não é determinada pela formação discursiva e, sim, pelo “estado da luta de classes”. A formação discursiva é:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

A influência de Althusser (1985) é perceptível na citação. Para Althusser, a ideologia interpela o sujeito: “todo sujeito é assujeitado no universal como singular ‘insubstituível’, o que L. Althusser traduz nas formas de ideologia religiosa” (PÊCHEUX, 1988, p. 171).

- b)** A dependência das formações discursivas em relação às formações ideológicas é dissimulada, pois os sentidos constroem-se como se fossem transparentes. Certamente há, em Pêcheux, uma postura crítica, em sua preocupação com desigualdades sociais (“luta de classes”). No entanto, as limitações das análises de Pêcheux são claras, ao considerar apenas desigualdades de classes sociais.

Uma categoria de análise textual do discurso que deriva da obra de Pêcheux (1988) é o “interdiscurso”, que apresenta dois elementos: “pré-construído” e “articulação”. Esses elementos “aparecem determinando o sujeito, impondo/dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia” [...] (Pêcheux, 1988, pp. 163-164). O pré-construído depende da formação discursiva dominante, enquanto a articu-

lação ou sustentação de uma posição depende da formação ideológica. Contudo, a insistência de Pêcheux na determinação e no assujeitamento do sujeito circunscreve a abordagem do teórico francês ao debate da Linguística das décadas de 1960 e 1970.

Thompson (1984, p. 253-254) faz uma crítica contundente à obra de Pêcheux:

[...] os escritos de Pêcheux et al. levantam problemas que são de importância considerável para qualquer tentativa de desenvolver uma teoria crítica da ideologia – problemas, por exemplo, do significado e de sua relação com as condições sociais da produção linguística, do sujeito e de sua constituição na linguagem, da ligação entre a análise da ideologia e os interesses dos oprimidos. [...] Muitas das minhas críticas originam-se na convicção de que esses autores permanecem muito proximamente ligados ao arcabouço teórico delineado por Saussure [1974], sem notar que suas próprias ideias tendem a romper os limites da tradição que eles seguem.<sup>1</sup>

Outra crítica é a de Fairclough (2001, p. 55):

[...] os textos são tratados como evidências para hipóteses sobre as FDs [formações discursivas] formuladas *a priori*, contrariamente à tentativa [...] de estudo cuidadoso daquilo que é distintivo no texto e no evento discursivo. Há uma tendência semelhante na teoria althusseriana de ênfase na reprodução – como os sujeitos são posicionados dentro de formações e como a dominação ideológica é assegurada – em detrimento da transformação – como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática.

---

<sup>1</sup> Tradução minha.

As críticas de Thompson (1984) e Fairclough (2001) se resumem nos seguintes pontos: a) a relação entre os textos e as condições sociais é questionável, pois eles são reduzidos a orações; b) os sujeitos são posicionados de forma a garantir a dominação ideológica, não se considerando os efeitos do discurso na transformação social; c) a ligação entre ideologia e os assim denominados “interesses dos oprimidos” é feita fora dos textos. Outro ponto a destacar é o método de Pêcheux, que tem um problema de validade, pois ele propõe homogeneizar os textos antes da análise, reduzindo-os a frases e palavras-chave. Além disso, os textos são considerados produtos, em vez de processos de eventos sociais.

Na próxima seção, comentarei outra abordagem que toma o texto como unidade de análise.

## **1.2 Linguística Crítica**

No final da década de 1970, com a leitura da obra de Foucault (1987) por um grupo de linguistas de East Anglia, Reino Unido, autodenominados “críticos”, foi possível dar início a uma tradição de estudo do texto relacionando-o à prática social (FOWLER, 2004; MAGALHÃES, 2004; 2005a; FOWLER et al., 1979).

De acordo com Fowler e Kress (1979, p. 185):

Nossos estudos demonstram que os agrupamentos e as relações sociais influenciam o comportamento linguístico de falantes e escreventes, e mais, que esses padrões de linguagem determinados socialmente influenciam o comportamento não linguístico, inclusive, fundamentalmente, a atividade cognitiva. A sintaxe pode codificar uma visão de mundo sem escolha consciente por parte de falantes e escreventes. Argumentamos que a visão de mundo origina-se, para usuários e usuárias da língua, em suas relações com as instituições e a estrutura sócio-econômica de sua sociedade.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Tradução minha.

Especificamente sobre o texto, comentam Fowler e Kress (1979, p. 185):

Qualquer texto, então, incorpora interpretações de seu sujeito, e avaliações baseadas na relação entre fonte e receptor ou receptora. Esses significados interpretativos não são criados unicamente para a ocasião; o uso sistemático dessas estruturas linguísticas está ligado ao lugar do texto no sistema sócio-econômico, e conseqüentemente já existem antes da produção do texto e de nossa recepção.

Portanto, há mais de três décadas, em seu manifesto em defesa da Linguística Crítica, Fowler e Kress (1979) apresentaram argumentos consistentes a respeito da posição do texto em relação à prática social, que, segundo Fairclough (2003), é intermediária entre o evento e a estrutura social. De certa forma, encontramos aqui uma relação com o conceito de “pré-construído”, de Pêcheux (1988) (seção 1.1). A diferença é que Fowler e Kress (1979) analisam textos linguisticamente para relacioná-los à prática social e à ideologia.

### **Um exemplo**

O potencial da Linguística Crítica pode ser avaliado na análise de “regras e regulamentos” (FOWLER, KRESS, 1979, p. 26). Nesse texto, são analisadas regras de um curso de natação e o regulamento de uma instituição de Ensino Superior. Comentaremos aqui o primeiro exemplo.

#### **Regras de um Curso de Natação**

1 Os pais devem acompanhar todas as crianças e responsabilizar-se por elas em todos os momentos, a não ser que a criança esteja na água participando de uma aula. *Nota* – Na maioria dos casos, isso significará um(a) adulto(a) matriculado(a) com uma criança, ou, se assim o quiserem, um(a) adulto(a) com mais de uma criança desde que se

entenda que é responsável por elas.

2 A ausência em mais de três sessões consecutivas sem justificativa à secretaria significa expulsão automática.

3 Calçados de uso externo não serão usados na área da piscina.

4 Por favor, respeite o ambiente e o equipamento, e tome cuidado especial com crianças que não aprenderam a nadar.

5 Os limites de idade no curso são de seis meses a oito anos. O ensino é para a idade de seis a oito anos. As crianças podem permanecer no curso até o fim do semestre de seu aniversário de oito anos.

6 Em qualquer momento, não deve haver mais de vinte-quatro corpos na piscina.

7 Os cartões de matrícula devem ser portados sempre e mostrados a pedido.<sup>3</sup>

(FOWLER, KRESS, 1979, p. 27)

Nas regras, predomina o ato de fala “comando” (AUSTIN, 1962); consideremos os seguintes casos: 1 “Os pais devem acompanhar...” 4 “Por favor, respeite o ambiente..., e tome cuidado especial...” 6 “Não deve haver mais de vinte-quatro corpos na piscina...” 7 “Os cartões de matrícula devem ser portados sempre e mostrados”. As regras 1 e 7 são frases afirmativas e a regra 6 é uma frase negativa; já as duas orações na regra 4 são imperativas. Fowler e Kress (1979, p. 28) lembram-nos que as frases afirmativa e imperativa, e podemos acrescentar a frase negativa, expressam diferentes relações entre falante e receptor, ou receptora. No primeiro e terceiro casos, os papéis de fala são “transmissor ou transmissora de informação” e “recipiente de informação”; já, no segundo caso, são “comandante” e “comandado, ou comandada”.

---

3 Tradução minha.

Como notam Fowler e Kress (1979, p. 28):

É claro que as duas formas são apropriadas a dois tipos distintos de relação de poder: o imperativo para uma relação que envolva um diferencial de poder considerável, uma em que o controle possa ser exercido mediante a asserção direta dos papéis comandante – comandado, ou comandada. Por outro lado, a afirmativa e a negativa aparentemente nada afirmam sobre relações de poder; a transmissão de informações parece um ato neutro.

Dessa forma, o comando nas afirmativas e negativas não é direto, e sim modalizado no processo verbal *dever*. Comparando-se as frases afirmativa/negativa e imperativa, é possível dizer o seguinte: a fonte do comando na frase imperativa é: EU, falante/escrevente, comando VOCÊ, receptor/receptora; porém, na afirmativa e negativa, com o processo modal *dever*, há indeterminação da fonte de autoridade. Com esse exemplo, acredito que esteja clara a relação entre o texto e a prática social.

Na próxima seção, discutirei a relação entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Análise de Discurso Crítica.

## **2. Teoria sociosemiótica da linguagem e ADC**

A obra de Halliday *Language as social semiotic* (1978) lança as bases para a Linguística Crítica e para a Análise de Discurso Crítica (MAGALHÃES, 2004). Na obra, Halliday define os elementos principais de uma teoria sociosemiótica da linguagem: o texto, a situação, a variedade linguística do texto ou registro, o código (no sentido de Bernstein (1971), o sistema linguístico e a estrutura social.

### **2.1 Texto**

Para Halliday (1978, p. 108), o texto significa “as instâncias de

interação linguística em que as pessoas realmente se engajam: tudo o que é dito, ou escrito, em um contexto operacional, tão distinto do contexto de citação como o de palavras listadas em um dicionário”. Embora seja possível pensar sobre um texto como uma unidade linguística semelhante a uma frase, mas superior a ela, numa “perspectiva sociolinguística, é mais útil considerar um texto *codificado* em frases, não composto de frases. [...] Em outras palavras, um texto é uma unidade semântica; é a unidade básica do processo semântico” (HALLIDAY, 1978, p. 109). Cabe destacar aqui que Halliday não faz distinção entre a Sociolinguística e a Análise de Discurso, o que talvez seja uma ideia a ser discutida atualmente. Principalmente se considerarmos as posições de Blommaert (2005), em seu debate sobre a Análise de Discurso Crítica, não seria de modo algum leviana a ideia de aproximar a ADC da Sociolinguística Crítica de Blommaert (2005). Porém, seria necessário considerar as limitações de ambas (MAGALHÃES, 2016). O texto é, dessa forma, a unidade básica de análise na Linguística Crítica, na Linguística Sistêmico Funcional e na Sociolinguística Crítica.

Vejamos três definições de texto na ADC de Fairclough (2010, p. 95): “A linguagem escrita ou falada produzida em um evento discursivo”; e, nessa mesma obra: “Uso ‘texto’ no sentido de um ‘produto’ linguístico de processos discursivos, quer seja linguagem escrita ou falada; um ‘texto’ falado pode tornar-se naturalmente um texto escrito pela transcrição” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 131). Essas definições são da segunda edição de uma obra publicada originalmente em 1995. Já na obra de 2003, Fairclough defende uma definição mais complexa de texto:

Textos escritos e impressos como listas de compras e artigos de jornais são ‘textos’, mas também o são transcrições de conversas e entrevistas (faladas), como também programas de televisão e páginas da Internet. Poderíamos dizer que qualquer instância concreta de linguagem em uso é ‘texto’ - mas mes-

mo isso é muito limitado, porque textos como programas de televisão envolvem não apenas a linguagem mas também imagens visuais e efeitos sonoros (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3).<sup>4</sup>

Nessa definição, Fairclough mantém a ideia de texto como qualquer uso linguístico falado e escrito, acrescentando texto impresso, texto eletrônico e imagem, característicos da mídia eletrônica e da rede internacional de computadores.

Textos são “elementos dos eventos sociais que se relacionam dialeticamente com elementos não discursivos. Dessa forma, os textos contribuem para definir os sentidos construídos nas práticas sociais” (MAGALHÃES, 2004, p. 115). Por exemplo, em uma conferência, geralmente se usam apontamentos em texto eletrônico projetados em uma tela. A relação entre conferencista, texto e tecnologia constrói significados que podem ser associados à formalidade e ao poder da prática acadêmica.

Fairclough (2003) comenta sobre possíveis efeitos dos textos: “Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).<sup>5</sup>”

É possível destacar os efeitos de uma conferência sobre a plateia nos comentários das pessoas presentes. As conferências ministradas por Fairclough na Universidade de Brasília (UnB), em 1988, 1994 e 1998, certamente contribuíram para o desenvolvimento do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da UnB.

---

<sup>4</sup> Tradução minha.

<sup>5</sup> Idem.

Halliday (1978, p. 109) refere-se também ao “potencial de significado” de um texto, que estabelece ligações entre o “contexto de situação” e o “contexto de cultura”, termos de Malinowski (1923). O significado potencial “é a gama paradigmática de escolha semântica presente no sistema, e à qual os membros de uma cultura têm acesso em sua língua” (HALLIDAY, 1978, p. 109). Novamente aqui, Halliday faz menção à Sociolinguística, quando diz: “Em termos sociolinguísticos, o potencial de significado pode ser representado como a gama de opções característica de um tipo específico de situação” (HALLIDAY, 1978, p. 109).

## **2.2 Situação**

Na etnografia da linguagem de Malinowski (1923), o “contexto de situação” era uma categoria relevante, uma “representação abstrata” do ambiente do texto (HALLIDAY, 1978, p. 109). Numa teoria sociolinguística do discurso, cabe falar de um “tipo de situação”, que é uma “estrutura semiótica: uma constelação de significados que derivam do sistema semiótico que constitui uma cultura” (HALLIDAY, 1978, p. 109). A situação, que Halliday (1978) entende como contexto social, consiste das propriedades que determinam o texto, especificando os aspectos semânticos relevantes. Tais propriedades podem ser consideradas em termos de uma cultura específica (“contexto de cultura”), ou em termos de uma ordem do discurso, conceito da ADC (FAIRCLOUGH, 2010). De acordo com Fairclough (2010, p. 28), “as ordens do discurso são consideradas domínios de hegemonia e luta hegemônica (ideológica), em instituições como a educação como também na formação social mais ampla”. Dessa forma, Fairclough (2016) desenvolve a teoria sociolinguística de Halliday (1978) na Teoria Social do Discurso.

Há três dimensões no “tipo de situação”: a atividade social (campo), as relações entre os participantes da atividade (tenor, ou relação) e o canal (modo). O campo é “a ação social em que o texto está encaixado;

inclui o assunto como manifestação especial”. O tenor é “o conjunto de relações entre os papéis de participantes relevantes”. Já o modo refere-se ao “canal ou sintonia selecionada, que é essencialmente a função atribuída à linguagem na estrutura total da situação; inclui o meio (falado ou escrito), que se explica como variedade funcional” (HALLIDAY, 1978, p. 110). Na atualidade, cabe ressaltar que o meio pode também ser visual. De acordo com Halliday (1978, p. 110), quando especificamos adequadamente o contexto social, no sentido de Halliday (1978), descrevendo as propriedades de campo, tenor e modo, é possível chegar às “propriedades semânticas” dos textos.

### **2.3 Variedade linguística do texto ou registro**

O termo “registro” foi usado pela primeira vez, no sentido de variedade linguística, por Reid (1956), significando “a variedade semântica que pode ser exemplificada por um texto” (HALLIDAY, 1978, p. 110). Um exemplo da comunicação médico-paciente é um relato de uma mulher que perdeu o filho. As seguintes convenções de transcrição foram adotadas: / = interrupção; ininteligível = trecho da gravação que não foi entendido.

Já perdi um bebê né, fiquei muito desesperada. Eles foram muito sincero, muita atenção. Tivemos que ir lá no hospital da L-2 Sul onde meu filho que eu perdi foi fez uma cirurgia. E eles foi muito atencioso. Tivemos que fazer exame de sangue. Eu e meu marido (ininteligível). Ele nasceu com os órgãos internos trocados assim co pulmão, fígado, rins, lugares que/ diferente, tendeu? O bebê/ foi nascendo e já foi direto pro balão de oxigênio e teve que fazer cirurgia, e eu fiquei muito desesperada. Acho que eu fui/ fiquei muito ignorante porque eu tava muito nervosa e queria que eles falassem as coisas pra

mim, e aí eles não tinham ainda uma resposta né? E eu não entendia isso, queria que/ dissesse o que era qui tava acontecendo né? Não tinha, não tava com paciência de esperar. E eu acho que fui muito, até muito compreendida sim. Eles foram até muito atencioso comigo nessa/ muito difícil (MAGALHÃES, 2000, p. 39).

No exemplo, tem-se um texto falado que foi transcrito, apresentando características da linguagem oral, como redução de fonemas (“co”, “tendeu”, “tava”, “pra”), pronúncia coloquial (“qui”), marcadores conversacionais (“né”, “assim”), dêixis (“lá”). Além disso, destaco aspectos do português não padrão (“foram muito sincero”, “foram até muito atencioso”). Cabe notar também interrupções, sugerindo tensão na fala da mulher (/). Em “lugares que/ diferente”, o truncamento reforça o momento de tensão no relato sobre os sentimentos da mulher relacionados à morte do filho.

Para Halliday (1978, p. 111): “Um registro pode ser definido como a configuração de recursos semânticos que os membros de uma cultura associam tipicamente a um tipo de situação. É o potencial de significado acessível em um dado contexto social.”<sup>6</sup>

O potencial de significado manifesta-se na escolha vocabular e estrutural, relacionada, no exemplo, ao relato de um tipo de situação tensa da comunicação médico-paciente vivenciada pela mulher.

## 2.4 Código

O uso de “código” por Halliday (1978) associa-se ao sentido atribuído ao termo por Bernstein (1971). Segundo Halliday (1978, p. 111): código é “o princípio de organização semiótica que governa a escolha de significados por falantes, bem como sua interpretação por ouvintes”. De-

---

6 Tradução minha.

vido a isso, os códigos funcionam como filtros de controle na transmissão de uma cultura e de seus padrões, nas instituições de socialização como a família, a escola e os pares. À medida que as crianças aprendem a cultura, aprendem também o ângulo particular em que devem compreender a sociedade.

## 2.5 Sistema linguístico

De acordo com Halliday (1978, p. 111), no sistema linguístico, “é o *sistema semântico* que é de preocupação central em um contexto sociolinguístico”. O modelo de linguagem adotado por Halliday (1978) tem três sistemas: o sistema semântico, o lexicogramatical e o fonológico. Para a organização de cada sistema e para a relação entre eles, Halliday (1978) adota a teoria estratificacional de Lamb (1971). O sistema semântico é o sistema “semológico” de Lamb (1971), mas o tratamento dado por Halliday (1978) é funcional e não cognitivo. O sistema semológico é subdividido em: ideacional, interpessoal e textual, que Halliday (1978, p. 112) entende não como “usos da linguagem”, mas como “componentes funcionais do sistema semântico”, ou “metafunções”.

O que são esses componentes funcionais do sistema semântico? São os modos de significado presentes em todo uso linguístico em todos os contextos sociais. Um texto é produto dos três; é uma composição polifônica em que diferentes melodias semânticas são tecidas para se concretizarem como estruturas lexicogramaticais integradas (HALLIDAY, 1978, p. 112).<sup>7</sup>

A metafunção ideacional significa “linguagem sobre algo”: tem-se aqui o componente por meio do qual “a linguagem codifica a experiência cultural [...], expressa os fenômenos do ambiente: as coisas – as criaturas, os objetos, as ações, os eventos, as qualidades, os estados e as

<sup>7</sup> Tradução minha.

relações – o mundo e nossa própria consciência, inclusive o fenômeno da própria linguagem (HALLIDAY, 1978, p. 112).

Já a metafunção interpessoal:

representa o potencial de significado do(a) falante como invasor(a) [...] expressa as relações entre papéis associadas à situação, inclusive aquelas definidas pela própria linguagem, as relações entre quem faz a pergunta e quem responde, entre quem dá informações e quem tem dúvidas, entre outras” (HALLIDAY, 1978, p. 112).

Quanto à metafunção textual, ela representa “o potencial de construção textual do(a) falante; ela é aquilo que torna a linguagem relevante” (HALLIDAY, 1978, p. 112). “Na oração, por exemplo, a função ideacional é representada pela transitividade, a interpessoal pelo modo e pela modalidade e a textual por um conjunto de sistemas referidos coletivamente como “tema” (HALLIDAY, 1978, p. 113).<sup>8</sup>”

A concepção do sistema linguístico de Halliday, apresentada de forma inigualável nessa obra de 1978, continua seminal, estimulando linguistas, como é o caso de Fairclough (2003, 2016). Em *Analysing discourse: textual analysis for social research*, Fairclough (2003) avança em relação à teoria sociosemiótica de Halliday (1978), tornando-a compatível com a contemporaneidade, ao propor três significados para o discurso: representacional, que corresponde à metafunção ideacional; acional, que é muito próxima da metafunção interpessoal, mas enfatizando o “texto como forma de (inter)ação nos eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27); e identificacional, que incorpora grande parte do significado da metafunção interpessoal. Fairclough não distingue a metafunção textual, pois ela é parte do significado acional (MAGALHÃES, 2011).

---

8 Idem.

## 2.6 Estrutura social

Essa categoria tem relevância na teoria de Halliday (1978) por três motivos: a) por definir os diferentes tipos de contexto social; b) por regular os estilos (registros) dos diferentes contextos sociais mediante a corporificação dos papéis sociais, “inclusive nos contextos que são críticos nos processos de transmissão cultural” (HALLIDAY, 1978, p. 113); c) por corporificar efeitos da hierarquia social. “Esse é obviamente o lastro para os dialetos sociais, que são tanto uma manifestação direta da hierarquia social quanto sua expressão simbólica, mantendo-a ou reforçando-a de várias formas” (HALLIDAY, 1978, p. 113). Por exemplo, determinados registros demandam determinados dialetos, expressando “a relação entre classes sociais e a divisão do trabalho” (HALLIDAY, 1978, p. 113).

Halliday (1978, p. 114) destaca:

A “imprecisão” da linguagem é em parte expressão da dinâmica e das tensões do sistema social. Não é apenas o texto (o que as pessoas significam), mas também o sistema semântico (o que elas podem significar) que corporifica a ambiguidade, o antagonismo, a imperfeição, a desigualdade e a mudança que caracterizam o sistema social e a estrutura social.<sup>9</sup>

Não é demais ressaltar a influência de Halliday (1978) na obra de Fairclough (2003). Fairclough distingue entre estrutura, prática e evento social. Esses conceitos são comentados por Magalhães (2004). “As práticas sociais são formas de atividades sociais que apresentam relativa estabilidade, formadas de diversos elementos, dentre os quais o discurso (semiose)” (MAGALHÃES, 2004, pp. 114-115). As práticas são “entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Quanto às estruturas sociais “como raça, gênero, clas-

---

<sup>9</sup> Tradução minha.

se, parentesco, língua determinam um ‘conjunto de possibilidades’ que podem ou não concretizar-se nos eventos sociais, como a aula, a reunião acadêmica ou o culto religioso” (MAGALHÃES, 2004, p. 115). Os eventos sociais são concretos, com início, fim, participantes (previamente definidos ou não), propósito, tempo e lugar. Os participantes podem ser humanos ou não humanos, destacando-se objetos e instrumentos para caracterizar os eventos, em ação conjunta com os atores sociais. Exemplos são computadores e celulares na consulta médica.

### **3. Significados do discurso**

Fairclough (2009, p. 162-163) propõe três definições para o conceito de discurso:

- a)** a construção de significado como um elemento do processo social;<sup>10</sup>
- b)** a linguagem associada a um campo ou a uma prática social específica (ex., discurso da saúde; discurso do Direito);
- c)** uma forma de construir aspectos do mundo associada a uma perspectiva social específica (ex., discurso de promoção da saúde, discurso dos Direitos Humanos). (Todos os exemplos são meus.)

Na primeira definição, usa-se discurso apenas no singular; já na segunda, o termo tem também a forma plural. A terceira definição é uma subdivisão da segunda, pois há mais de um discurso da saúde, ou do Direito. Discursos são formas de representação, de ação e de identificação. São esses os principais significados do discurso, conforme Fairclough (2003).

---

10 Tradução minha.

**Figura 1 – Significados do discurso (FAIRCLOUGH, 2003)**

<b>Significado</b>	<b>Corresponde a</b>	<b>Exemplo</b>
Representacional	Discurso	Discurso histórico
Acional	Gênero discursivo	Artigo acadêmico-científico
Identificacional	Estilo	Identidade psicopatológica

Os significados do discurso tanto orientam estudos de textos orais, por exemplo, em gravações de entrevistas na etnografia discursiva (veja Introdução) ou outras gravações, como de textos escritos e visuais. A etnografia discursiva, ou pesquisa etnográfico-discursiva, é a combinação da Análise de Discurso Crítica com a etnografia (MAGALHÃES, 2000, 2006; RESENDE, 2008; FONTENELE, 2014; GIRAUD, 2014). Exemplos de análise de textos visuais podem ser obtidos em Magalhães (2005b, 2005c), e de textos escritos, em Martins (2004).

### *Discurso*

A questão da delinquência, fator de extrema importância no que se refere à criança e ao adolescente, remonta ao século XIX, principalmente nos seus últimos 30 anos, quando, em função da ampla industrialização e da urbanização crescente, uma série de crianças com menos de 14 anos de idade apresentava condutas delinqüenciais alarmantes (ASSUMPCÃO JUNIOR, 2008, pp. 37-38).

O processo, “remonta”, e o circunstancial de tempo, “ao século XIX”, constroem, aqui, um discurso histórico sobre a delinquência. O significado representacional (discurso) é um desenvolvimento da metafunção ideacional de Halliday (1978) (veja item 2.5). No exemplo, o discurso histórico tem uma relação interdiscursiva com um discurso

da delinquência: “uma série de crianças com menos de 14 anos de idade apresentava condutas delinquentiais alarmantes”. Destacam-se, aqui, o processo relacional (“remonta”) e o processo comportamental (“apresentava”) nos dois discursos, relacionando-os (HALLIDAY, 1994; cf. 4.2, a seguir). Cabe notar, também, a nominalização “condutas delinquentiais”, que é de natureza ideológica, contribuindo para firmar um transtorno comportamental.

### *Gênero discursivo*

O significado acional corresponde, em parte, à metafunção interpessoal de Halliday (1978), mas principalmente à metafunção textual (veja item 2.5), ligando-se aos gêneros discursivos. Bakhtin (1997, p. 299) estabelece três fatores para os gêneros discursivos: “o tratamento exaustivo do objeto do sentido”; “o intuito, o querer-dizer do locutor”; “as formas típicas de estruturação do gênero”. Tem-se, dessa forma, o tema, o propósito e a estrutura, que distinguem os gêneros discursivos. Fairclough (2003, p. 34) refere-se à “mescla de gêneros”, enfatizando: “A relação entre textos e gêneros discursivos é potencialmente complexa: um texto pode não situar-se ‘em’ um único gênero; ele pode ‘mesclar’ ou hibridizar gêneros”. O gênero artigo científico-acadêmico caracteriza-se, dentre outras coisas, pela veiculação de conhecimento, que é um de seus principais propósitos. Seguem-se dois exemplos de textos que se encaixam nesse gênero.

### *Artigo científico-acadêmico*

#### Transtorno de conduta (TC)

É o distúrbio psiquiátrico mais frequente na infância e adolescência e primeira causa de encaminhamento ao Psiquiatra Infantil. Constitui-se de uma constelação de comportamentos anti-sociais e agressivos, que podem se tornar proeminentes já

numa fase muito precoce da infância (ASSUMPTO JÚNIOR, 2008, p. 40).

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (SILVA, 2008, p. 76).

Outra característica do gênero artigo científico-acadêmico é a apresentação de definições: “Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo” (MAGALHÃES, 2011).

### *Estilo*

Esse significado do discurso “figura juntamente com o comportamento corporal para constituir modos particulares de ser, identidades sociais ou pessoais específicas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).<sup>11</sup> Bakhtin (1997) exerceu forte influência sobre Fairclough (2003), e a escolha do estilo para desenvolver o significado identificacional, que corresponde em grande parte à metafunção interpessoal de Halliday (1978), tem a ver com essa influência. Veja-se o que diz Bakhtin (1997, p. 308):

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto do sentido. Por isso, o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto do sentido. A escolha dos recursos linguísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (o autor). É a fase inicial do enunciado, a

---

<sup>11</sup> Tradução minha.

qual lhe determina as particularidades de estilo e composição.

Entretanto, a obra de Fairclough (2003) é um avanço no sentido de que os três significados do discurso ligam os textos, de forma explícita, ao mundo social. Como registra Fairclough (2003, pp. 27-28): “Focalizar a análise de textos na interrelação entre Ação, Representação e Identificação traz uma perspectiva social ao centro e ao detalhe minucioso do texto”.<sup>12</sup>

No exemplo de Assumpção Júnior (2008), a construção de uma identidade psicopatológica apoia-se na metáfora “uma constelação de comportamentos anti-sociais e agressivos, que podem se tornar proeminentes já numa fase muito precoce da infância”, e na modalidade (“anti-sociais e agressivos”; uso do modal “podem”; “proeminentes”; “muito precoce”). Discurso, gênero discursivo e estilo conectam-se explicitamente à prática social científico-acadêmica e à educação especial, que é o contexto social da publicação dos artigos exemplificados.

Na próxima seção, comentarei sobre um método de análise textual da prática social.

#### **4. Análise textual**

Nesta seção, apresentarei categorias textuais para o estudo do discurso, algumas das quais são debatidas em Resende e Ramalho (2006), Ramalho e Resende (2011) e Magalhães, Martins e Resende (no prelo). Como dimensão da prática social, o discurso pode ser uma via significativa de acesso a problemas da(s) prática(s) ou definidos na reflexão sobre ela(s), observando o contexto social. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) assinalam que a vida social é formada de práticas: “modos habituais

<sup>12</sup> Idem.

ligados a tempos e locais particulares, em que as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem coletivamente no mundo”. Os textos fazem parte desses recursos da dimensão discursiva do processo social, e podem ser analisados com as categorias textuais, que passo a apresentar.

#### **4.1 Vocabulário**

Aqui o foco de análise recai sobre o significado das palavras, as figuras de estilo (metáforas, metonímias, etc.), os processos de ressignificação e criação de palavras. Esses aspectos lexicais pertencem ao significado representacional. A manchete de uma reportagem do jornal *Diário do Nordeste* “Caso de turista preso por beijo repercute no País” (31 de março de 2009) chama a nossa atenção para “turista preso”, como também para o motivo da prisão (“beijo”). A seleção do processo não modalizado “repercute no País” é alvo de destaque da notícia. No resumo, logo abaixo da manchete, fica mais claro o motivo da prisão: “Pai detido por beijar filha na boca em barraca de praia foi destaque”. “Beijar filha na boca” foi classificado pela polícia como “estupro a vulnerável” por se tratar de criança. “Beijar” sinaliza uma relação dupla de poder, pois o turista, que era italiano, era um adulto em uma relação com uma criança, e desempenhava também o papel de pai. O local do beijo “barraca de praia” associa o estupro ao turismo, de certa forma podendo ter um efeito xenófobo sobre leitores ou leitoras (MAGALHÃES, 2010). Tem-se aqui a interdiscursividade entre abuso sexual e turismo (significado representacional).

#### **4.2 Gramática**

Na análise do significado representacional, um aspecto fundamental de análise gramatical é a transitividade, que significa a forma particular de construção das orações em processos linguísticos. Destacam-se, também, a apassivação, a nominalização e a relação entre tema e rema

(posição inicial e posição final na frase). No exemplo anterior, registram-se as nominalizações “turista preso” e “pai detido”, e a posição inicial desses elementos nas orações (tema), destacando o status de turista e de pai, ambos muito relevantes na notícia. Note a condensação dos grupos nominais nas duas orações: “turista preso por beijo” e “pai detido por beijar filha na boca em barraca de praia”, que fortalecem a interrelação representacional entre abuso sexual e turismo.

Com relação ao sistema de transitividade, ele representa a experiência das pessoas em tipos de processos. Para Halliday (1994, p. 106):

Há uma diferença básica, sobre a qual nos conscientizamos quando ainda bebês (três a quatro meses), entre experiência interior e experiência exterior, entre o que experienciamos “lá fora”, no mundo a nossa volta, e o que experienciamos dentro de nós, no mundo da consciência e da imaginação.<sup>13</sup>

A experiência “lá fora” relaciona-se a ações e eventos: “as coisas acontecem, e as pessoas, ou outros atores sociais, realizam coisas, ou fazem com que elas aconteçam” (HALLIDAY, 1994, p. 106). Essa é a categoria gramatical do processo *material*, enquanto o que pertence ao mundo da consciência é o processo *mental*. Estes são exemplos de processo *material*: “O prefeito dissolveu a comissão”; e de processo *mental*: “Maria gostou do presente” (HALLIDAY, 1994, pp. 111, 112-113). Além dessas categorias do grupo verbal, há mais quatro: os processos *relacional*, *comportamental*, *verbal* e *existencial*.

No processo *relacional*, liga-se “um fragmento de experiência a outro” (HALLIDAY, 1994, p. 107); exemplo (citado na seção 3): “A questão da delinquência [...] remonta ao século XIX”. O processo *comportamental* representa a “encenação de processos da consciência e de estados fisio-

---

13 Tradução minha.

lógicos” (HALLIDAY, 1994, p. 107); exemplo (também citado na seção 3 ): “uma série de crianças [...] apresentava condutas delinquentiais alarmantes”. Situa-se o processo verbal entre o mental e o relacional, e significa “relações simbólicas construídas na consciência humana e realizadas na forma da linguagem, como dizer” (HALLIDAY, 1994, p. 107); exemplo: “Descreva ao júri a cena do acidente” (HALLIDAY, 1994, p. 141). Entre o processo *material* e o *relacional*, encontra-se o processo que se refere à existência, pelo qual há o reconhecimento de que “fenômenos de todos os tipos” existem (HALLIDAY, 1994, p. 107); exemplo: “Havia um quadro de Picasso na parede” (HALLIDAY, 1994, p.142).

O próximo item é igualmente relevante na análise textual.

### **4.3 Coesão**

Ligada ao significado acional, a coesão depende do gênero discursivo; os gêneros orais, como a entrevista face a face, diferem dos gêneros escritos. Em entrevistas etnográficas, há muitas repetições de palavras, mas isso não afeta a coesão do texto. Ao contrário, no artigo científico-acadêmico, é preciso evitar repetições. O foco da coesão são as relações entre itens lexicais: repetição de palavras, sinônimos, referência, substituição e conjunções. É significativa a referência na reportagem do *Diário do Nordeste* (seção 4.1). De acordo com Cortez e Koch (2013, p. 10): “o ponto de vista (PDV) não se limita à expressão de uma percepção e integra julgamentos e conhecimentos que o locutor e / ou enunciador projetam sobre o referente”. A referência do item lexical “pai” a “turista” (manchete; seção 4.1) apresenta um julgamento do italiano, que além de cometer abuso sexual, visitou a seara interdita do incesto. Também a substituição de “preso” por “detido” mantém um elo coesivo que desenvolve os discursos do abuso sexual e do turismo, que dialogam na notícia.

#### 4.4 Controle interacional

Trata-se de uma categoria de análise textual do significado identificacional. Segundo Fairclough (2003, p. 159): “Estilos são o aspecto discursivo de formas de ser, identidades. Quem você é em parte é uma questão de como você fala, como escreve, como também uma questão de corporificação – como você se veste, como se posiciona, como se movimenta”. O controle interacional de médicos e professores sobre pacientes e estudantes é algo que não deve ser subestimado. Um exemplo da consulta médica pediátrica indica o poder do médico sobre a criança e sua mãe:

M: Quietinha, por que que cê tá chorando (M usa o estetoscópio), por que que cê tá chorando, uma menina bonita dessa, abre a boquinha pro tio vê, isso, isso, tá legal (M dá um leve tapa na perna da criança), pode descer, vou pedir o exame de sangue que a senhora vai fazer agora, vai trazer o resultado pra mim.

Mãe: Hum, hum.

(MAGALHÃES, 2000, p. 144)

O controle interacional se faz por turnos e tópicos, como é o caso no exemplo, em que o médico tem o controle do turno conversacional, que é a vez de falar, dominando o turno e o tópico, que é aquilo de que se fala. O controle pode ser exercido também pelo poder de abrir e fechar o evento consulta médica. A identidade do médico constrói-se no exemplo em relação ao conhecimento médico: “vou pedir o exame de sangue que a senhora vai fazer agora, vai trazer o resultado pra mim”. É ele que tem conhecimento para analisar o resultado do exame. Quanto à identidade da mãe, é de obediência ao comando do médico. Note-se a extensão dos turnos do médico e da mãe, que simboliza o poder médico.

## 4.5 Gênero discursivo

Já comentei sobre o conceito de gênero discursivo na seção 3, mas cabe acrescentar a diferença entre gênero discursivo e texto. A abordagem de Fairclough (2003), que dialoga com Swales (1990) e Miller (2012), lida com o “caráter interdiscursivo de um texto” e sua realização semântica, gramatical e lexical “em vários níveis de organização textual” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 67). Para Fairclough (2003, p. 67): “Os gêneros discursivos realizam-se nos significados acionais e nas formas textuais”. Dessa forma, a análise de gêneros discursivos considera os textos em um gênero ou em vários.

Fairclough (2003, p. 31) propõe o conceito de “cadeia de gênero”, que significa “diferentes gêneros discursivos que se ligam regularmente, envolvendo transformações sistemáticas de um gênero a outro”.<sup>14</sup> Por exemplo, uma cadeia de gênero na sala de aula liga o plano de aula à exposição por parte de professores e professoras. Fairclough (2003) comenta um exemplo de Iedema (1999), sobre um projeto de reforma de um hospital psiquiátrico. O exemplo é de uma entrevista com o arquiteto, responsável pela produção de um relatório escrito baseado em uma reunião com os financiadores da reforma. Há aqui uma cadeia formada dos gêneros reunião e relatório.

Para Solin (2011, p. 119):

*Gênero* é de interesse para estudiosos em diversas disciplinas por que permite analisar produtos da cultura não apenas como formas, mas como ação social e simbólica. Os gêneros são cada vez mais percebidos não como fórmulas normativas, mas como conjuntos de convenções socialmente situadas e variáveis, e expectativas sobre a forma textual.

A citação de Solin relaciona-se a Fairclough (2003) e a Miller

---

<sup>14</sup> Tradução minha.

(2012). Ao destacar o significado acional para falar de gênero, Fairclough estabelece ligação com as relações interpessoais, da metafunção de Halliday (1978), e com Miller (2012). Vejamos o que diz Miller (2012, p. 41):

[...] o que aprendemos quando aprendemos um gênero não é apenas um padrão de fórmulas e um método para realizar nossos próprios propósitos. Aprendemos, e isto é o mais importante, que propósitos podemos ter: aprendemos que podemos louvar, apresentar desculpas, recomendar uma pessoa a outra, instruir consumidores em nome de um fabricante, assumir um papel oficial, explicar o progresso na realização de metas. Aprendemos a entender melhor as situações em que nos encontramos e as situações potenciais para o fracasso e o sucesso ao agir juntamente. Como uma ação significativa e recorrente, um gênero incorpora um aspecto de racionalidade cultural.

Na perspectiva de Miller, gênero é uma ação social com um propósito culturalmente reconhecido, e Solin (2011) destaca o significado de gênero como “ação social e simbólica”. Já Fairclough (2003) ressalta a ligação entre as mudanças neocapitalistas e as mudanças nos gêneros. Como escreve Fairclough (2003, p. 66): “A mudança de gênero é uma parte importante das transformações do novo capitalismo”.<sup>15</sup>

A análise de gêneros discursivos em um texto ou interação (o gênero principal e os subgêneros) pode ser feita em relação ao seguinte: a) atividade – “o que as pessoas estão fazendo” –; b) relações sociais – “quais são as relações sociais entre elas” –; c) tecnologia de comunicação – “quais são as tecnologias de comunicação (se existirem) das quais depende a atividade” (FAIRCLOUGH, 2003, p.70).<sup>16</sup>

*a)Atividade* – é relevante entendermos a atividade discursiva, pois quando tratamos de atividades, pensamos em suas dimensões discursivas e não

---

15 Idem.

16 Idem.

discursivas. Porém, é necessário distinguir entre atividades que são basicamente discursivas, como uma conferência, e outras em que o discurso tem um papel secundário, como o jogo de futebol. “Se o discurso tem um papel principal ou secundário é uma questão de grau”, observa Fairclough (2003, p. 70).<sup>17</sup> O propósito da atividade define os gêneros discursivos. De acordo com Swales (1990), o gênero pode ser definido como um grupo de eventos comunicativos, que partilham propósitos. Fairclough (2003) questiona a ênfase no propósito, pois nem todos os gêneros têm um propósito, por exemplo, uma conversa entre amigos. Por esse motivo, Fairclough (2003, p. 72) destaca que “os gêneros variam em termos da atividade que eles constituem ou de que fazem parte”,<sup>18</sup> entendendo-se que algumas atividades são estratégicas, com propósito definido, mas outras não o são.

Quando se caracteriza o propósito, geralmente tem-se uma concepção de gênero baseada na apresentação no palco, distinguindo os gêneros por sua estrutura genérica. A análise dessa estrutura é válida em gêneros estratégicos, com propósitos bem definidos, mas se consideramos a mescla de gêneros, nem sempre será possível encontrar uma estrutura genérica. No estudo de Hasan (1989) sobre transações de compra na Austrália, que são altamente ritualizadas, cabe a análise da estrutura genérica, mas mesmo aqui pode haver complicação, pois alguns elementos ocorrem (por exemplo, o(a) cliente solicita um produto; o(a) vendedor(a) traz o produto; o(a) vendedor(a) paga), enquanto outros ocorrem apenas algumas vezes (o(a) vendedor(a) pode iniciar a venda perguntando ‘Como posso ajudar você?’).

*b) Relações sociais* – na análise de interações, há relações sociais entre agentes sociais, que podem ser variadas, por exemplo: organizações, grupos ou indivíduos. Um exemplo que analisei é o da consulta médica, em que

---

17 Tradução minha.

18 Idem.

geralmente os médicos fazem perguntas e os pacientes apenas respondem. Há casos, porém, em que os pacientes interrompem os médicos e fazem perguntas, obrigando-os a darem respostas. Aqui, estamos falando de uma relação assimétrica de poder, em que os médicos ganham poder pelo conhecimento (MAGALHÃES, 2004).

Há um estudo sociolinguístico de Brown e Gilman (1972) que considera a variação nas relações sociais de duas formas: relações de poder (hierarquia social) ou de solidariedade (distância social). Na consulta médica, tem-se hierarquia social. Para Fairclough (2003, p. 75), seria de interesse contemporâneo “a relação entre o que uma análise social de redes de práticas, instituições, etc. poderia sugerir sobre hierarquia e distância social, e como se constroem hierarquia e distância social nos gêneros discursivos”.<sup>19</sup>

*c) Tecnologias de comunicação* – há duas distinções: a) comunicações entre dois agentes sociais ou por um(a) agente social; e b) comunicação mediada e comunicação não mediada (figura 2).

## **Figura 2 – Possibilidades de comunicação**

Não mediada, entre dois agentes sociais – conversa face a face

Mediada, entre dois agentes sociais – telefone, e-mail, teleconferência

Não mediada, por um(a) agente social – conferência

Mediada, por um(a) agente social – impressão em papel, rádio, televisão, internet, filme

Fonte: FAIRCLOUGH (2003, p. 77)

Comentando sobre a complexidade do estabelecimento de redes entre as práticas sociais na contemporaneidade, Fairclough (2003) a atribui às novas tecnologias de comunicação: telégrafo, telefone, rádio, televisão e Internet. Uma diferença entre os gêneros discursivos pode ser observada nas diferentes tecnologias de comunicações em que eles

---

<sup>19</sup> Tradução minha.

se especializam, pois “o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação é simultâneo ao desenvolvimento de novos gêneros discursivos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 77).<sup>20</sup>

### **Considerações finais**

Neste trabalho, abordamos um método de análise textualmente orientada para a prática social. Embora não tenha esgotado as categorias analíticas, proponho dar continuidade ao texto em outro momento. A prática social é bastante complexa, parcialmente abstrata, mas parcialmente visível em eventos sociais, que são ocasiões concretas em que se produzem textos. Ao analisar textos, é necessário escolher as categorias adequadas, e relacionar a análise à prática social. Por exemplo, se a análise está situada na área da mídia, cabe analisar textos da mídia, ligando-os às práticas da mídia. Naturalmente, a análise requer a articulação de categorias da Linguística, como as que foram abordadas aqui, e os processos sociais de produção, distribuição e recepção de textos da mídia.

Com isso, entende-se que a ADC é uma abordagem transdisciplinar, envolvendo de um lado o conhecimento linguístico voltado para a análise textual e, de outro, as práticas sócio-teóricas de outras disciplinas, como é o caso da mídia, que tem processos próprios. A produção textual da mídia em geral demanda um trabalho de equipe, em que o(a) repórter segue uma pauta definida pela empresa, passando depois pelo crivo de um(a) editor(a). Já a distribuição pode ser simples ou complexa, conforme a empresa. No caso da imprensa, atualmente reduziu-se consideravelmente o número de pessoas que compram jornais e revistas (distribuição simples), muitos leitores e leitoras preferindo o acesso à versão eletrônica. Esse tipo de comunicação tecnologicamente mediada, como foi comentado antes, define novos gêneros discursivos, pois permite a ligação com outros textos na forma de *links*, distinguindo-se

---

<sup>20</sup> Idem.

claramente da comunicação face a face ou em papel. Por fim, a recepção de textos da mídia pode ser individual ou coletiva, quando um grupo de pessoas comenta o texto. Portanto, a análise textual precisa ser situada no processo social de cada disciplina.

## **Referências**

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2ª ed. Trad. W. J. Evangelista; M. L. V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F. B. Distúrbios de comportamento. In: HOLLANDA, M. T. de C.; BATISTA, F. B. (Orgs.) *Educação e saúde: promoção da cidadania em espaço sustentável*. Fortaleza: Recanto Psicopedagógico da Aldeota, 2008, pp. 29-49.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. Trad. M. E. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERNSTEIN, B. *Class, codes and control*. Vol. 1. *Theoretical studies towards a sociology of language*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1971.

BLOMMAERT, J. *Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: GIGLIOLI, P. (Org.) *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin, 1972, pp. 252-282.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: re-thinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CORTEZ, S. L.; KOCH, I. G. V. A construção do ponto de vista por

meio de formas referenciais. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. de (Orgs.) *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013, pp. 9-29.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 1ª ed. Coord. trad., rev. e prefácio à ed. bras. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Language and globalization*. Londres/Nova York: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. 2a ed. Londres: Sage Publications, 2009, pp. 162-186.

\_\_\_\_\_. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2a ed. Harlow: Pearson Education/Longman, 2010 [1995].

\_\_\_\_\_. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, I. (Org.) *Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, pp. 93-107.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. 2ª ed. Coord. trad., rev. e prefácio à ed. brasileira I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FONTENELE, L. M. S. O novo contexto da educação especial: uma pesquisa etnográfico-discursiva sobre identidades profissionais e maternas. Tese de Doutorado (Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. L. F. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOWLER, R. Sobre a linguística crítica. Trad. D. de C. Figueiredo e D.

S. de Oliveira. *Linguagem em (Dis)curso*, 4 (especial): 207-222, 2004.

\_\_\_\_\_; KRESS, G. Critical linguistics. In: FOWLER, R. et al. (Orgs.) *Language and control*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979, pp. 185-213.

GADET, F. et al. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. B. S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 39-60.

GIRAUD, A. C. B. Discursos e estilos de docentes de língua francesa face à globalização. Tese de Doutorado (Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Londres: Edward Arden, 1978.

\_\_\_\_\_. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994 [1985].

HARRIS, Z. *Discourse analysis*. Haia: Mouton, 1963.

HASAN, R. The structure of a text. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2a ed. Oxford: Oxford University Press, 1989, pp. 52-69.

IEDEMA, R. Formalising organizational meaning. *Discourse & Society*, 10 (1): 49-65, 1999.

LAMB, S. M. Linguistic and cognitive networks. In: GARVIN, P. (Org.) *Cognition: a multiple view*. Nova York: Spartan Books, 1971.

MAGALHÃES, I. *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus, 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*, 4 (especial): 113-131, 2004.

\_\_\_\_\_. Introdução: a análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, 21 (especial): 1-9, 2005a.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso publicitário. *Revista da Abralin*, 4 (1,2): 231-260, 2005b.

\_\_\_\_\_. Critical discourse analysis and the semiotic construction of gender identities. *D.E.L.T.A.*, 21 (especial): 179-205, 2005c.

\_\_\_\_\_. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006, pp. 71-96.

\_\_\_\_\_. Discurso e identidades – exotismo e domínio violento. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 11 (1): 13-37, 2010.

\_\_\_\_\_. Os anais de um evento no contexto do atendimento educacional: gêneros, discursos e identidades. *Papia*, 21 (especial): 65-81, 2011.

\_\_\_\_\_. Crítica social e discurso. In: FERREIRA, R. R.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, pp. 225-253.

\_\_\_\_\_; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (no prelo).

MARTINS, A. R. N. A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. Tese de Doutorado (Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MALINOWSKI, B. The problem of meaning in primitive languages. Supplement 1 to OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. (Orgs.) *The meaning*

*of meaning* Londres: Kegan Paul, 1923.

MARTINS, A. R. N. A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. Tese de Doutorado (Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MILLER, C. R. *Gênero textual: agência e tecnologia*. A. P. Dionísio; J. Hoffnagel (orgs.). Trad. J. Hoffnagel. São Paulo: Parábola, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

REID, T. B. W. Linguistics, structuralism, philology. *Archivum Linguisticum*, 8, 1956.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado (Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAUSSURE, F. de. *Course in general linguistics*. Trad. W. Baskin. Londres: Fontana/Collins, 1974.

SILVA, J. M. C. da. Inclusão na escola. In: HOLANDA, M. T. de C.; BATISTA, F. B. (Orgs.) *Educação e saúde: promoção da cidadania em espaço sustentável*. Fortaleza: Recanto Psicopedagógico da Aldeota, 2008, pp. 69-84.

SOLIN, A. Genre. In: ZIENKOWSKI, J.; ÖSTMAN, J.-O; VER-SCHUEREN, J. (Orgs.) *Discursive pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011, pp. 119-134.

SWALES, J. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, J. B. *Studies in the theory of ideology*. Cambridge: Polity Press, 1984.

# **CORPOS E IDENTIDADES: DEBATES EM ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E ECOFEMINISMO**

*Viviane Vieira*

[vivi@unb.br](mailto:vivi@unb.br)

Universidade de Brasília (UnB)/

Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL)

## **Apresentação**

Meu objetivo neste artigo é compartilhar algumas reflexões que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília com o projeto “Corpos e identidades como práticas sociodiscursivas: estudos em Análise de Discurso Crítica” (Cardoso e Vieira, 2013; Gonzales e Vieira, 2015; Ramalho, 2013; Vieira e Dias, no prelo). Primeiramente, apresentarei o projeto em linhas gerais (que é um projeto guarda-chuva, que abriga outras pesquisas), destacando seu marco ontológico e teórico-metodológico transdisciplinar, cujas bases iniciais são as teorias de gênero social, com ênfase no Ecofeminismo, e a Teoria Social do Discurso, da Análise de Discurso Crítica de origem britânica. Em seguida, discorro brevemente sobre a proposta desse diálogo transdisciplinar inicial, para, então, colocar tais reflexões um pouco



em prática partindo de exemplos de uma pesquisa vinculada ao projeto sobre representações do corpo da mulher e da menstruação em mídias informativo-publicitárias hegemônicas e também em mídias alternativas (*sites, blogs, redes sociais*), e seus potenciais significados e efeitos sociais em subjetividades, relações de poder e construção de saberes, crenças, normas por meio do discurso.

## **1. O projeto “Corpos e identidades como práticas sociodiscursivas: estudos em Análise de Discurso Crítica”**

A proposta geral do projeto em desenvolvimento é estudar, em diferentes práticas sociais, aspectos dos modos de agir e se relacionar, isto é, das inter-ações; dos modos de construir sistemas de conhecimento, isto é, das representações e, por fim, dos modos de ser e de identificar a si e ao mundo, ao/à outro/a, isto é, das identificações parcialmente (con)formadores de poderes-saberes-subjetividades sobre corpos, corporalidades, saúde, identidades/performances de gênero. Para tal esforço, partimos de discussões teórico-metodológicas acerca do necessário diálogo transdisciplinar entre a Análise de Discurso Crítica de origem britânica (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), com a qual trabalhamos na UnB (Ramalho, 2010, 2013; Ramalho e Resende, 2011; Resende e Ramalho, 2006), e estudos antropológicos, filosóficos, sociológicos, de gênero social sobre o corpo/corporalidade que nos ajudem a lançar luz sobre aspectos ligados às inter-subjetivações. Isto é, aspectos como as crenças, os valores, as atitudes, as histórias, os saberes, os sentimentos, os desejos das pessoas, as relações com o “eu” e as formas e os processos dessas relações inter-pessoais, desenvolvidas em redes de exploração mundiais que avançam em todas as esferas da vida social.

Em suma, inter-subjetivações são abordadas no projeto a partir de aspectos do cuidado/conhecimento de si, que implicam relação com outros “eus” e que estão relacionados a uma postura ética na vida social si-

tuada. E tal postura do “cuidar” deve alcançar o escopo da pesquisa como um todo, tanto a/o *pesquisador/a* quanto a/o *colaborador/a*, *participante*, *os/as envolvidos* nos estudos, assim como o próprio processo teórico-metodológico.

Cabe esclarecer que tais aspectos são buscados por Fairclough (2003, p. 28), na formulação de sua Teoria Social do Discurso, nos últimos escritos de Foucault (1984) para teorizar o “*significado identificacional* do discurso, que é mais ligado às relações consigo mesmo/a, à ética e ao sujeito moral”, em relação dialética com os outros dois principais significados do discurso nas práticas sociais, que são o *significado representacional* e o *significado inter-acional* do discurso. Por isso, ressalte-se, em uma perspectiva em que sujeitos/agentes e estruturas sociais, mentais, se (re) produzem dialeticamente, negociando, resistindo, acomodando, mantendo, abrindo pontos de tensão. Assim, partimos de um marco teórico não do sujeito assujeitado a estruturas de poder fatalistas, mas, sim, do sujeito/agente que se pensa, se cuida, se conhece e se posiciona moralmente frente a estruturas de poder.

Também como ponto de partida do projeto, buscamos suporte em teorias de gênero (Butler, 2008, Lazar, 2005) e em discussões filosóficas eco-feministas sobre uma “ética sensível ao cuidado”, que pressupõe uma postura ética-estética-política, situada, sensível ao cuidado/conhecimento de si, de outrem, do mundo, contraposta ao que é definido como uma “racionalidade hegemônica que sustenta as lógicas de dominação nas ciências e na vida diária” (Gebara, 2010, Rosendo, 2015, p. 36), como buscamos desenvolver à frente.

Com base nesse referencial inicial, os estudos no âmbito do projeto assumem compromisso, por um lado, com a abertura de espaço para novas discursividades, subjetivações, expressões, saberes e políticas do corpo, considerado de modo amplo em seus múltiplos aspectos (emocional, intuitivo, biológico, sensível, sensual, gestual, racional, imaginativo,

performático). Por outro lado, considerando aqui a perspectiva crítica da ideologia de Thompson (2002), segundo a qual sentidos *ideológicos* são necessariamente ligados a projetos de dominação, o compromisso é com a crítica e a resistência a discursos hegemônicos com potencial para:

*i. legitimar e dissimular práticas sociais e inter-subjetividades organizadas a partir do individualismo, da fragmentação e atomização do social;*

Aqui são muitos os exemplos de individualismo e competitividade para apontar hoje no Brasil: na escola, em todos os níveis, universitário também; na política, no trabalho, nas relações interpessoais em geral, nas narrativas jornalísticas, nas leis, nos currículos.

*ii. reificar (naturalizar) representações do corpo-mente como máquina de desempenho, em práticas e relações sociais de competitividade com os outros e consigo mesmo/a, de exploração, de sofrimento e opressão, que geram novas formas de violência e adoecimentos psíquicos.*

*iii. legitimar relações assimétricas de poder em (bio)políticas de representação e de gênero social.*

Por exemplo, criando e legitimando diferenças sociais e políticas em argumentos biológicos como se fossem estritamente “naturais”, para justificar uma suposta supremacia masculina e heteronormativa.

*iv. naturalizar e universalizar representações das sexualidades, subjetividades e desejos conforme padrões fundados na heteronormatividade, na medicalização, na patologização dos corpos e das relações, dentre outras problemáticas.*

A exemplo de preconceitos e dispositivos institucionais para regular o que é família, união civil, corpos, performances, relações e atitudes “normais” ou “patológicas”, por fim.

Nesse marco crítico social-discursivo, buscamos identificar e problematizar como (sentidos de) textos, que são constituídos em (redes de)

interações/gêneros discursivos, representações/discursos particulares e identificações/estilos, constituem tensões de poderes, saberes e subjetividades relacionados a corpos, corporalidades, saúde, identidades/performances de gênero.

## **2. Análise de Discurso Crítica e eco-feminismos**

Em linhas gerais, na ADC a vida social é vista como um sistema aberto formado de práticas – modos habituais, em tempos-espacos, nos quais as pessoas empregam recursos materiais ou simbólicos para inter-agirem no mundo. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), tais práticas podem ser consideradas como práticas de produção, isto é, como pessoas produzindo seu mundo social em suas próprias práticas e refletindo sobre elas. Toda prática da vida social articula em conjunto diversos momentos e, nesse sentido, diversos mecanismos.

O discurso é um desses momentos e possui seus próprios mecanismos em uma perspectiva dialética com relação aos demais momentos (ação e interação; relações sociais; pessoas e suas crenças, valores, normas, atitudes, consciência; mundo material), pois ajuda a constituir os outros momentos da mesma forma como é por eles constituído.

Cada momento da prática internaliza os outros momentos sem ser redutível a nenhum deles (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 61; Fairclough, 2003), de modo que o social é também discursivo, e vice-versa. Isto é, o discurso (o aspecto semiótico das práticas sociais, seja como parte da atividade e/ou como reflexão sobre a prática) constitui, dialeticamente, nossas maneiras habituais e situadas (i) de inter-agir no mundo estabelecendo relações sociais, (ii) de representar e (iii) de identificar o mundo, as outras pessoas, a si, assim como o próprio discurso é constituído por essas práticas, (re)produzindo redes de ordens de discurso. Tal noção fundamenta-se nas três principais “ontologias históricas” da obra de Foucault (Morey, 1995, p. 25):

- *ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade que nos constitui como sujeitos de conhecimento;*
- *ontologia histórica de nós mesmos nas relações de poder que nos constituem como sujeitos atuando sobre os demais;*
- *ontologia histórica de nós mesmos na relação ética por meio da qual nos constituímos como sujeitos de ação moral.*

Com base nesses três grandes eixos do pensamento de Foucault (o *eixo do saber*, *eixo do poder* e *eixo da ética*), Fairclough (2003) teoriza que usamos o discurso dialeticamente na produção das práticas sociais como maneiras de *representar* (ou seja, como discursos particulares, em relação às verdades que nos constituem como sujeitos de conhecimento), como maneiras de *agir e interagir* (ou seja, como gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como sujeitos atuando com e sobre os demais) e como maneiras de *identificar*, a si e a outrem (como estilos, nas relações éticas em que nos constituímos como sujeitos de ação moral).

Dialeticamente, podemos entender, por exemplo, que

o controle sobre as coisas (saber) é mediado pelas relações com/sobre os outros (poder), assim como as relações com/sobre os outros pressupõem relações consigo mesmo (ética), e assim por diante.

Como Fairclough (2003, p. 29) exemplifica,

discursos particulares (representação/saber) são mediados por gêneros (ação/poder), assim como gêneros pressupõem estilos (identificação/ética)” ou, ainda, “representações particulares (discursos) podem ser legitimadas em maneiras particulares de

ação e relação (gêneros), e inculcadas em identidades particulares (estilos).

Como abordagem transdisciplinar para a crítica do funcionamento da linguagem nas práticas sociais do ponto de vista de seus efeitos em saberes, poderes, identificações, a ADC é comprometida com a problematização de aspectos políticos e morais da vida social (Fairclough, 2003). Isso implica extrapolar a noção de “justiça social” (uma noção mais ligada a um sistema legal racional, “elaborado por grupos particulares e restritos de homens, na maioria das vezes”), para incluir também o questionamento de (pre) ocupações e valores morais na vida social, com referência a um sistema de valores situados, dentre os quais estão os valores relacionados ao “*cuidado*”.

Warren (1987), uma das proponentes do ecofeminismo, afirma que o “cuidado” é um conceito “central para a vida humana, ao contrário do direito e da utilidade, visto que o cuidado, sim, envolve os relacionamentos interpessoais e a consciência cultural que as questões morais requerem” (Rosendo, 2015, p. 114). Uma ética sensível ao cuidado considera que “cuidar do outro pode ou não envolver sentimentos com relação ao outro; pode-se cuidar do outro, mesmo que não haja reciprocidade e, por fim, o cuidado é um processo, não um evento”.

Segundo a filosofia ecofeminista, “os dualismos cartesianos, ou seja, os dualismos de valor hierarquicamente organizados, focados na razão e na racionalidade,” é que mantêm a lógica da dominação, logo, para superar as dicotomias homem/mulher, branco/negro, cultura/natureza, humano/não-humano, espírito/corpo, humano/natureza, masculino/feminino, razão/emoção, dentre outras, precisaríamos “nos afastar dos argumentos que de alguma forma perpetuam essas divisões” (Gebara, 2010; Rosendo, 2015, p. 36).

Isso implica problematizar a “ontologia histórica de nós mesmos/as na relação ética por meio da qual nos constituímos como sujeitos de ação moral”, como um caminho para a mudança social direcionada à cooperação, ao corpo-sociedade, o que precisa passar por uma conscientização acerca da função ideológica desses dualismos para “podermos começar o processo de transformação e superação da totalidade das estruturas de opressão, alienação, mistificação e miséria que temos produzido” (Bhaskar, 2012, p. 8). A constituição do sujeito (incluído o sujeito moral), conforme Foucault (1985), perpassa todas as vivências do corpo, ou seja, o corpo é constituído pelas experiências que cada um desenvolve em si próprio.

### **3. Poderes e saberes do corpo**

Como parte da microfísica do poder, Foucault (2011[1979], p. 80) sintetiza que “o controle da sociedade sobre os indivíduos começa no corpo, com o corpo” e seus dispositivos de poder, que, hoje, acrescentamos com (Haraway, 2000), não se limitam à clínica mas se estendem em amplas redes de informação e exploração, influenciando nossa (auto)reflexividade, “a prática de si”. Do mesmo modo, o corpo não se limita mais a ser uma máquina de produção, mas dele são exigidas funções de uma máquina de desempenho, que geram novas formas de violência.

Os “dispositivos”, de Foucault (2011), mencionados acima, consistem em relações de *poder* hegemônicas sustentadas por (redes de) ordens do discurso heterogêneas de *saberes*, com efeitos de *subjetividade* no social, a exemplo do dispositivo da sexualidade. Como retomam Mills e Mullany (2011), as contribuições da Linguística para o debate sobre gênero social-linguagem ganharam força a partir da “virada discursiva” em meados de 1980, como um compromisso político e social, e não só acadêmico. O gênero social passou a ser analisado mais como processo, em contextos situados e em discursos, a fim de problematizar as crenças que sustentam formas de preconceito e opressão, e a sexualidade passou a ser vista como aspecto central

para análise das identidades. Em linhas gerais, nesse percurso o conceito de gênero social ampliou seu foco para questões como poder, raça, etnia, estratificação social, generalizações do que é ser “homem” ou “mulher”, na interface entre poder e discurso (Gonzales e Vieira, 2015).

A definição do que é “ser mulher” está, portanto, atrelada à discussão de uma “categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis”, conforme Haraway (2000, p. 52), que extrapolam o “biológico” e colocam em jogos de poder toda uma rede de saberes e legitimações, incluindo as estratégias de diferenciação dos sexos-gêneros fundadas na reprodução/procriação. Essa exposição geral nos permite passar para explanações de um caso específico: os discursos sobre a menstruação.

#### **4. Dispositivo biopolítico da sexualidade e discursos sobre a menstruação**

O século XIX, como retoma Navarro-Swain (2008) a partir de Martin (2006, p. 77), foi um ponto de inflexão na construção das diferenças políticas baseadas na interpretação da biologia dos corpos. O processo da menstruação, natural do corpo, passou a ser “aviltado como um fracasso feminino, no marco do ‘ser mulher’ em sua suposta função natural de procriação”, passou a ser narrado pela rede de ordens de discurso do dispositivo biopolítico como um distúrbio patológico, sinônimo de sujeira, abjeção, desordem, com impactos adversos nas vidas e atividades das mulheres.

Para além disso, nesses discursos (da mídia, biomedicina, igreja etc.), “a menstruação não apenas traz consigo a conotação de um sistema produtivo que fracassa na produção, como também transmite a noção de uma produção desvirtuada, fabricando produtos sem uso, fora das especificações. Invendáveis, desperdícios, sucatas” (Martin, 2006, p. 93, em Navarro-Swain, 2008).

De acordo com Manica (2009; 2003, p. 2), os primeiros contraceptivos hormonais, produzidos na década de 1960, foram formulados de maneira que não impedissem sangramentos mensais. A partir de 1999 foram lançados no mercado brasileiro contraceptivos hormonais de uso contínuo, que provocam a “supressão da menstruação” (mantendo o léxico biomédico-farmacêutico). Como explica a autora, desde a década de 1920 os efeitos dos hormônios para a contracepção já eram conhecidos por pesquisadores, mas até “o crescimento demográfico configurar-se como um problema social (...), as pesquisas com contraceptivos hormonais não haviam encontrado um contexto ideal para o seu desenvolvimento (Oudshoorn, 1990, p. 115)”, o que ocorreria a partir de 1950.

Como resgatamos em Ramalho (2013), só a partir de meados de 1990 o uso de contraceptivos contínuos, para supressão da menstruação, começou a ser divulgado no Brasil, principalmente pelo médico alopático Elsimar Coutinho, autor de *Menstruação, a sangria inútil* (1996). (Note-se o título que traz uma avaliação altamente negativa). Como explica Manica (2003, p. 13), Coutinho defende a supressão da menstruação por meio do uso contínuo de anticoncepcionais com o argumento de que “a menstruação não é natural, e sim fruto do investimento humano no controle de sua fertilidade, que acabou culminando na contracepção – única situação na qual uma *fêmea* como a mulher apresentaria menstruações repetidas.”

A construção desse “distúrbio patológico” trataria, pois, de apontar defeitos do corpo biológico das mulheres a serem corrigidos, de modo a sugerir a própria anulação do corpo biológico (Le Breton, 2003).

#### **4.1 Controle biopolítico e potencialidade criativas do corpo**

Os textos ilustrados aqui apontam um potencial para legitimar não só o consumo de medicamentos para suspender a menstruação, mas também várias crenças, valores, preconceitos diferenciações e assimetrias de poder

fundadas numa suposta desvantagem biológica das mulheres, o que pode acarretar diversos efeitos de subjetivação situados (Ramalho, 2010).

Já sabemos que, em práticas situadas, (re)produzimos maneiras particulares de *agir e interagir* (gêneros discursivos/poderes), de *representar* (discursos particulares/saberes), e de *identificar(se)* (estilos/identidades). Esses três modos principais como a linguagem integra práticas sociais relacionam-se aos três principais significados dialéticos do discurso (significado acional, significado representacional e significado identificacional). Embora gêneros, discursos e estilos, assim como os significados do discurso, tenham suas especificidades, a relação entre eles é dialética, ou seja, cada qual internaliza traços de outros de maneira que nunca se excluem ou se reduzem a um (Resende & Ramalho, 2006; Ramalho & Resende, 2011). Isso revela a profundidade ontológica da abordagem científica da ADC: textos materializam aspectos das maneiras situadas de (inter)agir, de representar e de identificar(se) em práticas sociais, assim como sentidos de textos têm efeitos de poder, de saber de subjetividade na sociedade.

Analisamos os textos informativos/publicitários na pesquisa em interface com o social, observando modos de ação-interação, de representação e de identificação, e seus efeitos potenciais, em aspectos semióticos discursivos-textuais tais como seleção lexical, co-ocorrências de palavras, interdiscursividade, composição visual, como exemplificamos a seguir. Conforme Fairclough (2003), diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, que dependem das posições sociais das pessoas e das relações que estabelecem com outras pessoas.

A identificação de um discurso em um texto pode ser feita pela identificação de que partes do mundo são representadas (os ‘temas’ centrais), e a partir de que perspectiva particular são representadas, por exemplo por meio da seleção lexical, ou seja, da escolha de palavras dentre as várias possibilidades (para um exemplo atual: golpe *versus* impeachment) e dos

padrões de co-ocorrências de palavras, isto é, quais palavras precedem e sucedem qualquer palavra que esteja em análise (Fairclough, 2003).

Como sintetizamos em Resende e Ramalho (2006), um mesmo texto pode articular diferentes discursos, em relações de cooperação, negociação, silenciamento e competição, o que pode ser visto como um processo de interdiscursividade. Além dessas categorias de análise, temos estudado também a composição visual: pessoas representadas, cores, saliências, estruturas narrativas (pessoas representadas em ações) ou conceituais (pessoas representadas conceitualmente como parte de uma ‘classe’ de pessoas).

Um material representativo de nosso *corpus* de textos (com corpos-textos) que ilustro aqui é a campanha publicitária “Viva sem menstruar”, que começou a circular em 2011 na TV seguida de indicação de “visita ao site”, que existe até hoje, além de páginas no *Facebook* e no *Youtube*:



Figura 1. <http://vivasemmenstruar.com.br/>. Acesso em 15 maio 2016.

No material (de Laboratório Farmacêutico não explicitamente indicado, já que este tipo de publicidade de medicamento com venda sob pres-

crição é proibido no Brasil, em qualquer mídia), identificamos recursos semióticos potencialmente legitimadores da patologização da menstruação em formas e significados textuais como:

- seleção lexical de conotação positiva com deslocamento de sentido: deslocamento contextual do vocábulo “direito”. A demanda do discurso publicitário acerca do “dever” de se enquadrar nos moldes do corpo corrigido é apresentada como opção, carregando as conotações positivas do que entendemos em nossa cultura por “direito” e, ainda, muitas vezes, estabelecendo relações interdiscursivas com o discurso feminista, em avaliações presumidas: “conquistar”, “direito”, “escolha”, “opção”;
- seleção lexical e co-ocorrências de “menstruação” com palavras de conotação negativa: incômodos, cólicas, TPM, sintomas da TPM, corpo inchado, seios doloridos, acne, mau humor.
- representação visual: cor predominante da identidade visual (rosa), reiteradamente associada a uma suposta essencialidade das mulheres; estruturas narrativas e conceituais que sugerem “liberdade”, “autoconfiança”, realização pessoal e profissional;
- interdiscursividade acionada pela negação, que faz ecoar um discurso institucionalizado que relaciona menstruação a TPM, cólicas, inchaço, seios doloridos, acne, e que rebate o discurso da menstruação como processo natural, que agora é representado como patológico: “menstruar *não é natural*”.

Tais maneiras relativamente estáveis de representar a menstruação como patologia também são identificadas em textos “informativos” (publicitários?, já que tal fronteira é cada vez mais difícil de localizar), como exemplificamos a seguir:

*Revista do Correio*, do jornal *Correio Braziliense* (03 set. 2009, Seção Medicina)

Exemplo (1)

(...) A princípio, *incômodos típicos da menstruação como enxaquecas, sensibilidade nas mamas, cansaço, tristeza e irritabilidade* podem ser praticamente eliminados com o fim da menstruação. (...)

Exemplo (2)

(...) Para Coutinho [Dr. Elsimar Coutinho], *esse processo mensal debilita a mulher e contribui para o desenvolvimento de doenças como anemia, miomatose, entupimento de trompa, doença pélvica inflamatória, ovário policístico, infertilidade, câncer, entre outros.* (...)

Exemplo (3)

Uma questão de escolha

Técnicas permitem às mulheres suspender a menstruação. Mas seria essa a melhor opção para acabar com cólicas, TPM e outros incômodos?

A legitimação de práticas generalizadas de consumo de mercadorias para suspender a menstruação, que se apoia na reificação do ‘saber-poder científico’, aponta os novos contornos do biopoder da biopolítica atual, cujos idealizadores requerem corpos “ajustáveis” a seus interesses mercadológicos.

Discursos como esses vão em direção ao que observa Navarro-Swain (2008, s/p.) sobre as imagens da menstruação, da tensão pré-menstrual e da menopausa que atuam de forma iterativa atribuindo às mulheres su-

postas “fatalidades corporais, biológicas, de um corpo que dita seu comportamento e sua ação no mundo”. Por outro lado, nos pontos de tensão, a prática de si é também o espaço das resistências, o espaço de criação. Temos verificado pontos de tensão e resistência a esse fatalista “destino biológico naturalizado das mulheres” em discursos de várias iniciativas individuais ou de movimentos sociais, ativistas, que reivindicam a “sacralidade” e o “poder” do corpo da mulher, onde estaria “toda a sua força, sabedoria e protagonismo”, conforme exemplos mais representativos trazidos de páginas do *Facebook* e de *blogs*, que tomamos no projeto como dados qualitativos da “escrita de si”:



Figura 2. Ilustração da página do *Facebook* da Campanha Segunda Vermelha.

Acesso em 15 maio 2016.

*A campanha com nome original em inglês “Menstrual Monday”, ou a “Segunda Vermelha” adaptado para o português, convoca a mulher contemporânea a participar ativamente de sua própria vida, redescobrimdo e compartilhando com outras mulheres sua essência, empoderando-se e tornando-se uma forte agente transformadora de si mesma, de sua comunidade e do Planeta.*

*O movimento “Segunda Vermelha” parte de uma releitura dos aspectos femininos que se contrapõe ao movimento feminista da década de 70, onde os processos cíclicos da mulher foram caracterizados como uma desvantagem para a disputa com o homem pelo mercado de trabalho. (...) A campanha não pretende excluir o homem das novas atividades dessa nova mulher; ao contrário, é um chamado para valores como honra e respeito à diversidade, principalmente à multiplicidade dos aspectos da mulher.*

*O movimento tem como mote o dia das mães. Por que a menstruação vem antes e, muitas vezes, depois dela também. E na verdade é a grande liga, o grande condutor da vida, o sangue.*

<http://clafilhasdalua.blogspot.com.br/2013/04/segunda-vermelha.html>

Na contramão dos discursos hegemônicos normatizadores, identificamos vários discursos que defendem o empoderamento das mulheres e da sexualidade feminina, buscando desconstruir os discursos de um “fatalismo biológico” que justificaria diferenças binárias em que as mulheres estariam em desvantagem:

- seleção lexical de conotação positiva com deslocamento de sentido: deslocamento contextual do vocábulo “direito”. A demanda do discurso publicitário acerca do “dever” de se enquadrar nos moldes do corpo corrigido é apresentada como opção, carregando as conotações positivas do que entendemos em nossa cultura por “direito” e, ainda, muitas vezes, estabelecendo relações interdiscursivas com o discurso feminista, em avaliações presumidas: “conquistar”, “direito”, “escolha”, “opção”;
- seleção lexical e co-ocorrências de “menstruação” com palavras de conotação positiva: ouro, sagrado, beleza, pureza, natureza, vida, comunidade, laços.
- representação visual: cor predominante da identidade visual (vermelho), estruturas narrativas e conceituais que sugerem ação, luta e arte.

- interdiscursividade com discurso da medicina alternativa, natural e com os discursos legitimadores heteronormativos, distanciando-se deles, abrindo as diferenças.

## **Considerações finais**

O dispositivo biopolítico atual da sexualidade (com suas ordens de discurso e tecnologias do complexo mídia-biomedicina-legislativo-jurídico-educação-igreja etc.) calcula suas estratégias de relações de força, produzindo, disseminando, sustentando seus saberes e sendo sustentados por eles, produzindo efeitos de subjetivação, que são muito complexos e localizados nas tensões de permanências e resistências ao argumento biológico das supostas fragilidades e fraquezas das mulheres, o que já seria fatalmente definido pelo corpo biológico. Nessas resistências, encontramos discursos contra-hegemônicos, (em “escritas de si”, em *blogs*, páginas de redes sociais) que se valem desse argumento para fazerem o contrário: mostrar que a força das mulheres está precisamente no corpo, problematizando a cadeia de legitimação mulher = natureza = subalteridade. Para mulher = natureza = poder, por exemplo, que é um movimento de (des) construção do dispositivo.

## **Referências**

BHASKAR, R. *Reflections on Meta-Reality: transcendence, emancipation and everyday life*. London/New York: Routledge, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Isabela & VIEIRA, Viviane. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez. 2014. Disponível em: [http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista7/eid&a\\_n7\\_05\\_iv.pdf](http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista7/eid&a_n7_05_iv.pdf). Acesso 15 maio 2016.

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburg: Edinburg

University, 1999.

COUTINHO, Elsimar. *Menstruação, a sangria inútil*. São Paulo: Gente, 1996.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad./Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011[1979].

GEBARA, Ivone. *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

GONZALES, G. Carolina & VIEIRA, Viviane. A mulher como alvo de campanhas publicitárias: uma análise semiótico-social das campanhas Nesfit, da Nestlé. *Linguagem em (Dis)curso*. v. 15, n. 3, 2015, p. 347-365. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v15n3/1518-7632-ld-15-03-00347.pdf>. Acesso em 15 maio 2016.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org./ Trad.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica: 2000, p. 39-129.

LAZAR, M. M. *Feminist Critical Discourse Analysis: studies in gender, power and identity*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MANICA, Daniela Tonelli – *Supressão da menstruação: ginecologistas e laboratórios farmacêuticos: re-apresentando natureza e cultura*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH Unicamp, 2003.

MANICA, Daniela Tonelli. *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH Unicamp, 2009.

MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo, uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro, Garamond.

MILLS, Sara; MULLANY, Louise. *Language, gender and feminism: theory, methodology and practice*. London: Routledge, 2011.

MOREIRA, Virgínia Palmeira. Menstruação: discursos e práticas que são elaborados sobre o próprio corpo. *Resumos do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia*. Recife, 2011. Disponível em <http://www.sistemasmart.com.br/Alas/exibeConteudo.asp?Lingua=&IdMenuExterno=2>.

MOREY, Miguel. Introduccion. La cuestion del método. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Miguel Morey (Org.). Barcelona: Paidós, 1995, p. 9-44.

RAMALHO, Viviane & RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RAMALHO, Viviane. 'Viva sem menstruar': representações da saúde na mídia. In: SATO, D. & BATISTA JÚNIOR J. R. (Org.). *Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães*. Campinas: Pontes, 2013, p. 231-255.

RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica da publicidade: um estudo sobre a promoção de medicamentos no Brasil*. Covilhã: LabCom, 2010. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/sinopse/ramalho-analise-2010.html>.

RESENDE, Viviane de M. & RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSENDO, D. *Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista*. Curitiba: Prismas, 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. In: SWAIN, T.N.; STEVENS, C. (Orgs.) *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008, p.285- 302.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Pedrinho A. Guareschi (Trad./org.). Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, Viviane e DIAS, Juliana de Freitas. Análise de discurso crítica e filosofia da meta-realidade: reflexões sobre ética e identidades. *Polifonia*. Cuiabá: UFMT, no prelo.

WARREN, Karen. Feminism and ecology: making connections. *Environmental Ethics*, v. 9, n. 1, p. 3-20, Spring 1987.



# O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO 4º E NO 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: OS GÊNEROS DISCURSIVOS COMO ESTRATÉGIA<sup>1</sup>

*Expedito Wellington Chaves Costa<sup>2</sup>*

## **Introdução**

A falta de habilidade com a Língua Portuguesa em todos os seus aspectos, manifestados em alunos pertencentes a diversos níveis de ensino, (aqui interessam especialmente as dificuldades de alunos do 4º e do 5º anos) continua provocando preocupações e discussões entre professores e estudiosos da língua materna. O questionamento principal é o seguinte: por que usuários da língua materna não têm familiaridade com ela?

---

1 Trabalho resultante de minicurso apresentado no I Encontro Nacional sobre Discurso, Identidade e Subjetividade (ENDIS), realizado de 27 a 29 de abril de 2016, na Universidade Federal do Piauí.

2 Mestre em educação pela Universidade Estadual do Ceará. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Crateús (Ceará). Email: ms.wellington@gmail.com

A transformação de práticas e métodos e a ressignificação de conteúdos escolares estão em pauta desde que a escola deixou de ser privilégio de um segmento social para se tornar direito de todos. Para Brito (1997, p. 99), “Durante algum tempo, atribuiu-se a dificuldade de compreensão e produção, à falta de domínio em relação às regras gramaticais de uso da língua e priorizou-se o ensino gramatical, mas o problema continuou existindo.”

Em 2003, o Brasil ficou em último lugar em avaliação de leitura realizada pelo Programa Internacional da Avaliação de Alunos, entre os trinta e dois países avaliados em relação à capacidade de leitura, assimilação e interpretação de textos. Tal resultado não condiz com os objetivos de ensino, preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000) que preveem a formação de eficientes leitores e usuários competentes da escrita.

Segundo esses documentos, as práticas de ensino no segundo ciclo (4º e 5º anos) devem propiciar aos alunos condições de

compreender  
o sentido nas mensagens orais e escritas de que é  
destinatário direto ou indireto, desenvolvendo  
sensibilidade para reconhecer a intencionalidade  
implícita e conteúdos discriminatórios ou  
persuasivos nas mensagens veiculadas pelos meios  
de comunicação;

produzir textos  
escritos, coesos e coerentes, dentro dos gêneros  
previstos para o ciclo ajustados a objetivos e leitores  
determinados (BRASIL, 2000, p. 124-125).

O ensino da Língua Portuguesa destina-se a preparar o aluno para lidar com a linguagem e suas diversas situações de uso

e manifestações, inclusive a estética. Adquiridas essas habilidades, revela-se fundamental o acesso às demais áreas do conhecimento. O desenvolvimento do saber linguístico implica leitura compreensiva e crítica de textos diversos: produção escrita em linguagem padrão, análise e manipulação da organização estrutural da língua e percepção das diferentes linguagens (literária, visual, estética etc.) como forma de compreensão do mundo.

A escola é responsável pela orientação ao uso coerente e contextualizado da língua, ao intensificar a reflexão cotidiana sobre a competência comunicativa de cada aluno e ao observar e manter as relações entre uso da língua e atividades de análise linguística e de explicitação da gramática. É fundamental que a escola valorize também aplicações distintas das variantes linguísticas, com valores e funções de uso adequado, visto que não há comunidades linguisticamente homogêneas.

No ensino da Língua Portuguesa, pode-se avançar bastante em termos de abordagem, ao fugir de estratégias que não desafiam nem animam os alunos a ler e escrever com significados para as suas vidas.

Portanto, espera-se que os profissionais responsáveis pela aplicação das metodologias de ensino se apropriem dos conceitos de linguística, em busca de atualização e aperfeiçoamento.

## **1. Estratégias de mudança no ensino de Língua Portuguesa**

Tradicionalmente o ensino é regulado por um conjunto de princípios e regras para serem disponibilizados pelo professor. Mesmo que haja recursos didáticos, a palavra contextualizada é o principal instrumento para garantir a eficácia ou não desse processo.

Embora haja iniciativas de mudança, a prática escolar mais comum é a adoção da postura em que a tarefa do ensino se reduz à

mera transmissão de conhecimentos, criando no aluno a necessidade da memorização por meio de exercícios repetitivos.

Correntes surgiram com a Pedagogia Renovada, no final do século XIX, em contraposição a esse tradicionalismo e com o intuito de avançar didaticamente em busca de uma aprendizagem mais significativa que não ficasse restrita à sala de aula. Foi quando chegaram ao âmbito educacional brasileiro as influências de John Dewey, a corrente progressista; de Carl Rogers, a não-diretiva; a de Jean Piaget, a psicogenética, entre outras.

A intenção era implantar um sistema de ensino baseado no movimento da Didática Ativa (Escola Nova), fundamentado na corrente progressista, e da Didática Moderna, de Luís Alves de Mattos, da corrente culturalista. Nessa linha, o aluno é o sujeito da aprendizagem e a tarefa docente é estimulá-lo para que, partindo de suas necessidades, ele próprio busque o conhecimento.

Após a década de 1950, período dominado pelo tecnicismo, destacou-se a Didática Moderna, corrente de origem alemã. Segundo ela, o alvo da educação devia ser o aluno, e o professor, o seu incentivador, controlador da aprendizagem, devendo desenvolver-lhe a inteligência e formar-lhe o caráter e a personalidade.

No entanto, o tecnicismo desenvolvido no Brasil, constituindo-se nos anos de 1960 como tendência, continua, de certa forma, na Pedagogia Renovada. Nesse momento, o professor se baseia na técnica utilizada para o encaminhamento do conteúdo de sua disciplina.

Até o início dos anos de 1970, as propostas de reformulação do ensino de Língua Portuguesa concentravam-se nas alterações do modo de ensinar, sem preocupação com os conteúdos de ensino.

Na segunda metade dessa década, em função das lutas sociais, surgem a Pedagogia Libertadora e a Crítico-Social dos Conteúdos. Elas propõem que o ensino seja centrado na realidade social com discussão dos problemas do meio socioeconômico e cultural. Os conteúdos sistematizados de ensino perdem valor para o processo de participação ativa nas discussões e ações sobre questões da realidade. O professor é o coordenador das atividades organizadas por ele e seus alunos. É o momento em que predominam os movimentos sociais, como sindicatos, associações de bairro e comunidades religiosas.

Somente no início da década de 1980, a presença da linguística possibilitou avanços maiores na área da educação. Até a implantação dos PCNs (1997), foram raras as estratégias de ensino de Língua Portuguesa, no âmbito da política educacional brasileira, como inovadoras e sintonizadas à realidade. Britto (1997) ressalta a ausência de mudança nesse ensino e atribui aos formadores de opinião (mídia, livros didáticos e vestibulares) a responsabilidade de reforçar valores linguísticos equivocados em relação à linguística.

A heterogeneidade e a imprevisibilidade, fenômenos comuns à sala de aula, não constituíam, na essência das leis de ensino do País, pilares significativos do processo comunicativo. Segundo Foucault (1996), concorrem para isso três mecanismos: disciplina, sistema de apropriação do conhecimento e sociedade de discurso.

A sistemática de condução do ensino da Língua Portuguesa pelo professor, ao longo dos tempos, vem sendo definida pela sociedade de discurso, em que sujeitos autorizados apoderam-se do sistema de apropriação do conhecimento e direcionam o trabalho do professor que também faz parte da sociedade de discurso. A sua fala é direcionada pela orientação de um sistema do qual ele não faz parte e, portanto, não se sensibiliza com ele.

A indicação do livro didático, iniciada pelo MEC em 1969, quando foi criada a Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted), cerceou a iniciativa do professor, que passou a ser um cumpridor das indicações didáticas. Esse direcionamento faz com que o professor tenha grandes dificuldades para trabalhar os aspectos gramaticais interessantes no texto do aluno e a ordem gramatical proposta pelo livro, tampouco trazer para a sala de aula textos que possibilitem eliminar as deficiências da leitura de seus alunos e, ao mesmo tempo, seguir a ordenação temática dos textos do livro didático.

Outro formador de opinião são os vestibulares eminentemente conteudistas, que canalizam o conhecimento para a perspectiva estruturalista e não objetivam o aluno como um cidadão consciente. Ele é o que esse tipo de exame exige na perspectiva de realizar um curso superior.

Não obstante os desencontros, os PCNs agregam, assim, ao ensino de Língua Portuguesa, espaço para a percepção de fenômenos linguísticos inseridos em textos, foco de todo o trabalho docente. Além disso, inovou-se com a inclusão de textos orais e os produzidos pelos próprios alunos, destacando diferenças e semelhanças, ao mesmo tempo em que insere o aluno como usuário da língua e participante do processo de aprendizagem. Infelizmente há equívocos em se aceitar qualquer texto que o aluno escreva. Estar em contato com todos os gêneros textuais e reconhecê-los é bem diferente do “vale tudo” textual.

O maior investimento que foi esquecido por todas as leis de ensino no Brasil está centrado no professor, que em muitos casos está despreparado e sem políticas de crescimento profissional, já que as existentes (reciclagem, educação continuada, qualidade total, cursos de atualização etc.) quase sempre são restritas a um pequeno grupo que conseguiu conciliar tempo, encargos financeiros e renda. De forma

generalizada, o incentivo ao trabalho docente inexistiu, como inexistiram as políticas de cargos e salários condizentes com a magnitude da tarefa desse profissional.

Assim, com formação precária e sem condições de se qualificar, a impossibilidade de avançar e obter resultados animadores com qualquer lei de ensino no País é dificultada. Seu trabalho, então, fica restrito a meras repetições entediadas que distanciam cada vez mais o aluno do gosto pela aprendizagem.

Apesar disso, há possibilidade de um ensino de Língua Portuguesa diferente do tradicional, baseado em regras gramaticais, memorização e repetição. Para Travaglia (2003), a língua é um “conjunto de conhecimentos lingüísticos que o usuário tem internalizados para uso efetivo em situações concretas de interação comunicativa”. A exploração dessa ideia, entre outras coisas, é a forma indiscutível de condução didática da Língua Portuguesa.

## **2. Professores, alunos e evolução do conhecimento**

Piaget e Skinner, para citar apenas dois exemplos, definiram linhas teóricas e contribuíram significativamente com o processo educacional. Em cada linha, foram pontuadas as características do professor e do aluno. Dispensável afirmar que a do aluno depende da direção metodológica utilizada pelo docente. Assim, enquanto para Skinner o discente é passivo, moldável e receptor de informações, o professor é o programador de situações de reforço, o controlador da aprendizagem e o manipulador de comportamentos. Uma postura mais dinâmica ocorre com a contribuição de Piaget. Tudo muito bem delineado na teoria.

O que a prática vem refletindo, ao longo dos anos, não condiz com as expectativas dos que entendem e estão mais envolvidos com a

história do ensino no Brasil. Um professor desacreditado não consegue despertar credibilidade em seus alunos.

O espaço contemplado pela linguística, de acordo com os PCNs, enfoca um ensino mais sintonizado com a discursividade e destaca o trabalho com os gêneros textuais e a oralidade, além de aproveitar textos dos próprios alunos. Conforme os PCNs,

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento (BRASIL, 2000, p. 23).

Além disso, os referidos documentos estimulam o interesse pela leitura e a escrita como fontes de informação, aprendizagem, lazer e arte.

Sempre fundamentados em *Uso é Reflexão é Uso*, os PCNs orientam a seleção dos aspectos a serem abordados e definem a didática de cada conteúdo, caracterizando uma linha metodológica que agrega análise às atividades linguísticas do aluno, para que ele forme sua competência discursiva em todos os aspectos. O texto coloca o discente diante de tarefas complexas, por isso é necessário introduzi-lo nas práticas de escuta, leitura e produção.

A nova linha metodológica dos atuais momentos pedagógicos estimula a realização de projetos, pois, conforme os PCNs (BRASIL, 2000), eles contribuem bastante para o engajamento do aluno nas tarefas, mais do que quando elas são definidas apenas pelo professor.

Assim, a tarefa do docente é possibilitar a mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Nesse contexto, o aluno, como sujeito da ação de aprender, age sobre esse objeto de conhecimento.

O que se deseja com toda essa proposta de mudança formativa e metodológica é que o professor deixe de ser apenas um repetidor de conteúdos e estimule a pesquisa e o esforço, em vez de se contentar com a apresentação de soluções prontas.

De fato, existem escolas em que o professor cria situações que possibilitam a construção do conhecimento de cada aluno, contextualizando sua proposta e valorizando a produção discente em sua didática, porém ainda há muito a se fazer. Há progresso, mas a lentidão do percurso emperra a funcionalidade da proposta constante na lei e no mundo pós-globalizado da era do conhecimento.

Quando o professor se apropria das atuais concepções de linguagem, deve ensinar os alunos a pôr em prática a linguagem, formando cidadãos leitores e escritores de uma cultura em que a escrita é predominante. Em obras como *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009) e *Estética da Criação Verbal* (2010), Bakhtin defende que essas concepções têm como peças-chave a relação interpessoal, o contexto de produção dos textos, as diferentes situações de comunicação, os gêneros, a intenção de quem o produz e a interpretação de quem o recebe. Portanto, mais do que ensinar os elementos e as normas que compõem a Língua Portuguesa, os professores precisam ensinar as práticas de linguagem vivenciadas dia a dia na língua materna. Portanto, o desafio é formar praticantes de leitura e de escrita e não apenas sujeitos que decodificam o sistema de escrita.

### **3. Concepções de linguagem alteram o quê e como ensinar**

A prática diária de leitura e escrita, em atividades mediadas pelo professor, é fundamental quando se considera a linguagem como forma de interação social.

Na década de 1960, uma transformação conceitual propôs mudanças nas práticas escolares. A linguagem deixou de ser entendida

apenas como a expressão do pensamento para ser vista também como um instrumento de comunicação, envolvendo um interlocutor e uma mensagem que precisa ser compreendida. Todos os gêneros passaram a ser vistos como importantes instrumentos de transmissão de mensagens: o aluno precisaria aprender as características de cada um deles para reproduzi-los na escrita e para identificá-los nos textos lidos. Apesar disso, a maioria das práticas seguia o padrão preestabelecido, e qualquer anormalidade seria um ruído.

Para contemplar a nova perspectiva, o acervo de obras estudadas foi ampliado, já que o formato dos textos clássicos não atendia as necessidades de produção da maioria dos gêneros.

Na perspectiva dominante até então, reconhecidamente estruturalista, a língua é um código e escrever, o exercício de combinar palavras e frases para formar um texto. Assim, o ensino precisava focar prioritariamente as estruturas – os substantivos, os verbos, os pronomes, etc. – que compõem a língua e seus usos corretos.

Em pouco tempo, no entanto, as correntes acadêmicas avançaram mais. Mikhail Bakhtin (1895-1975) apresentou uma nova concepção de linguagem, a enunciativo-discursiva, que considera o discurso uma prática social e uma forma de interação, tese que vigora até hoje. A expressão não era mais vista como uma representação da realidade, mas o resultado das intenções de quem a produziu e o impacto que terá no receptor. O aluno passou a ser visto como sujeito ativo, e não um reproduzidor de modelos; ele deixou de ser passivo no momento de ler e escutar.

Essas ideias ganharam suporte das pesquisas que têm em comum as concepções de aprendizagem socioconstrutivistas, que consideram o conhecimento como sendo elaborado pelo sujeito e não somente transmitido pelo professor. Entre os principais pensadores estão

Lev Vygostsky (1896-1934) - que mostrou a importância da interação social e das trocas de saberes entre as crianças - e Jean Piaget (1896-1980) - pai da teoria construtivista.

Nos anos de 1980, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, autoras do livro *Psicogênese da Língua Escrita*, apresentaram resultados de suas pesquisas sobre a alfabetização, mostrando que o aluno constrói hipóteses sobre a escrita e também aprende ao reorganizar os dados que tem em sua mente. Em seguida, as pesquisas de didática de leitura e escrita produziram conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem desses conteúdos.

Hoje, a tendência propõe que certas atividades sejam feitas diariamente com os alunos de todos os anos para desenvolver habilidades leitoras e escritoras. Entre elas, estão a leitura e a escrita feita pelos próprios estudantes e pelo professor para a turma (enquanto eles não compreendem o sistema de escrita), as práticas de comunicação oral para aprender os gêneros do discurso e as atividades de análise e reflexão sobre a língua.

A leitura, coletiva e individual, em voz alta ou baixa, precisa fazer parte do cotidiano na sala, além da escrita, no convívio com diferentes gêneros e propostas diretivas do professor. O propósito maior é considerar a linguagem como interação.

O desenvolvimento da linguagem oral, por sua vez, apesar de ainda pouco priorizado na escola, precisa ser trabalhado com exposições sobre um conteúdo, debates e argumentações, explanação sobre um tema lido ou leituras de poesias. É imprescindível oferecer oportunidades de fala e mostrar a adequação da língua a cada situação social de comunicação oral.

#### **4. Perguntas práticas, cujas respostas ajudam o professor nas atividades de Língua Portuguesa com os alunos.**

Como um professor que acompanha as pesquisas sobre didática, você abandonou de vez as redações sobre as férias, a primavera ou de tema livre. Agora, você trabalha com gêneros e sua aula vai ser sobre fábula. Então, você diz aos alunos que a fábula tem uma narrativa breve, na qual os personagens geralmente são animais tipificados como humanos, que se envolvem em uma situação-problema. O enredo se resolve com a solução do problema e uma lição de moral. Depois dessa explicação, você pede para que os alunos produzam cartazes sobre as características da fábula. Sua concepção de ensino de produção de texto mudou mesmo?

Não, ainda. A escrita é uma prática social, e o professor que pretende ensinar a escrever deve ter como referência fundamental os conteúdos envolvidos nas práticas sociais da leitura e da escrita. Isso não se faz verbalmente, como no exemplo acima. É preciso desenvolver os chamados comportamentos leitores e escritores, algo que se conquista por meio da familiarização com os textos em situação de leitura e com a prática da escrita de diferentes gêneros.

O que são os comportamentos leitores e escritores?

Os comportamentos do leitor que implicam interações com outras pessoas acerca dos textos são, principalmente, comentar ou recomendar o que leu, compartilhar a leitura, confrontar com outros leitores as interpretações geradas por um livro ou uma notícia, discutir as intenções implícitas nas manchetes de certo jornal.

Entre os mais privados, por outro lado, encontram-se comportamentos como os seguintes: antecipar o que segue no texto, reler um fragmento anterior para verificar o que compreendeu, quando

detecta uma incongruência, saltar o que não entende ou não interessa e avançar para compreender melhor, identificar-se com o autor ou distanciar-se dele, assumindo uma posição crítica, adequar a modalidade de leitura - exploratória ou exaustiva, pausada ou rápida, cuidadosa ou descomprometida - aos propósitos que objetiva e ao texto que está lendo.

O que são os comportamentos escritores?

Quanto aos comportamentos do escritor, a distinção entre o que é compartilhado e o que é privado é menos nítida, talvez porque a escrita seja mais solitária do que a leitura, mas, ao mesmo tempo, obriga quem a exerce a ter constantemente presente o ponto de vista dos outros, dos futuros leitores.

Planejar, textualizar e revisar mais de uma vez são os grandes comportamentos do escritor, que não são observáveis exteriormente e que acontecem, geralmente, em particular. No entanto, decidir os aspectos do tema que serão tratados no texto - uma atividade mais específica envolvida no processo de planejamento - supõe determinar a informação a ser dada aos leitores e que pode ser omitido, porque é previsível que estes já a manejem ou possam inferi-la, quer dizer, supõe considerar os prováveis conhecimentos dos destinatários.

Evitar ambiguidades ou mal-entendidos, atividade envolvida no processo de textualização/revisão, implica, ao mesmo tempo, uma luta solitária com o texto e um constante desdobramento do escritor que tenta imaginar o que sabe ou pensa o leitor em potencial. As exigências desse desdobramento levam o escritor a considerar o efeito pretendido nos destinatários através do texto e quais são os recursos para consegui-lo: submeter à consideração de alguns leitores o que se escreveu ou se está escrevendo.

Os comportamentos do leitor e do escritor são conteúdos e não tarefas, pois são aspectos que os alunos devem aprender, uma vez que se fazem presentes na sala de aula precisamente para que os alunos se apropriem deles e possam pô-los em ação no futuro, como praticantes da leitura e da escrita.

Os alunos estão estudando sobre a Índia, nas aulas de História. Você decide pedir a eles que, em grupos, produzam gibis sobre o tema. É uma boa estratégia?

Não. Trata-se de um caso típico de uma atividade que provoca a transformação do gênero. Em História, vale dedicar muito mais esforços à produção de textos típicos do contexto de estudos, como os resumos ou texto informativo, pelo qual se comunica o conteúdo. Para esses gêneros serem produzidos, o trabalho deve ser precedido de atividades de pesquisa, como ler textos sobre o tema, sublinhar, resumir trechos e anotar.

Gibis, por sua vez, têm por princípio a função de entreter, não a de informar. O trabalho de construção de personagens de gibis, por exemplo, demandaria um esforço não compatível com as expectativas sobre o conteúdo em questão.

Como resultado, os alunos perdem tempo se preocupando com a elaboração de textos e imagens que não vão provocar entretenimento e perdem a chance de aprender a escrever textos informativos e comunicar o que aprenderam sobre a Índia. Esse exemplo hipotético ilustra bem o fato de que, quando se produz um texto, é preciso garantir as respostas a três condições didáticas: O que será escrito (ou qual o conteúdo e o gênero do texto)? Para quê (ou qual é sua função comunicativa)? Para quem (o destinatário)?

A reescrita inibe a criatividade do aluno?

Não. Ao reescrever a versão pessoal de uma história conhecida ou com alterações solicitadas pelo professor, como a mudança de cenário, de tempo ou de narrador, o aluno pode realizar um grande esforço criativo para conseguir reconstruir a mesma história e não perder a coerência. Esse processo, baseado em diferentes maneiras de reescrever um texto-fonte, é parte integrante do percurso de autoria, que pode ser construída com muita prática e reflexão.

Ao trabalhar com diferentes gêneros, o professor não precisa mais ensinar conteúdos como a gramática e a ortografia, focando apenas os aspectos discursivos do texto, que afetam diretamente seu sentido. Verdadeiro ou falso?

Falso. Tanto quanto a pontuação, a gramática e a ortografia também interferem na compreensão de um texto. A questão está em como trabalhar esses conteúdos. Decorar regras e mais regras não vai servir para desenvolver os comportamentos escritores. Por outro lado, ao estudar as normas gramaticais e ortográficas de maneira contextualizada e integrada à produção de seus textos, o aluno tem mais chances de compreender que o uso inadequado de certas estruturas vai comprometer o sentido da sua mensagem.

Por que o projeto didático é uma boa modalidade para ensinar a produzir textos?

Para atender às condições didáticas da produção de texto, o projeto é uma modalidade estratégica porque tem como resultado um produto final, com finalidade comunicativa definida e que pode ser lido por destinatários reais.

Essa estratégia cria um projeto próprio e permite mobilizar o desejo de aprender de forma independente do desejo do professor. Isso não significa abandonar as atividades permanentes e as sequências didáticas

de escrita focadas em conteúdos específicos. Cada objetivo requer uma modalidade diferente, e a combinação de diferentes modalidades contribui para enriquecer o trabalho.

## **5. Quando usar projetos, atividades permanentes e sequências didáticas**

### **5.1 Projetos**

Além de oferecer contextos nos quais a leitura ganha sentido e aparece como uma atividade complexa cujos diversos aspectos se articulam ao se orientar para a realização de um propósito, os projetos permitem uma organização muito flexível do tempo: segundo o objetivo que se persiga, um projeto pode ocupar somente uns dias, ou se desenvolver ao longo de vários meses. Os projetos de longa duração proporcionam a oportunidade de compartilhar com os alunos o planejamento da tarefa e sua distribuição no tempo: uma vez fixada a data em que o produto final deve estar elaborado, é possível discutir um cronograma retroativo e definir as etapas que será necessário percorrer, as responsabilidades que cada grupo deverá assumir e as datas que deverão ser respeitadas para se alcançar o combinado no prazo previsto.

Por outro lado, a sucessão de projetos diferentes – em cada ano letivo e, em geral, no curso da escolaridade – torna possível voltar a trabalhar sobre a leitura de diferentes pontos de vista, para cumprir diferentes propósitos e em relação a diferentes tipos de texto.

### **5.2 Atividades permanentes**

Atividades que se reiteram de forma sistemática e previsível uma vez por semana ou por quinzena, durante vários meses ou ao longo de todo o ano escolar, oferecem a oportunidade de interagir intensamente com um gênero determinado em cada ano da escolaridade

e são particularmente apropriadas para comunicar certos aspectos do comportamento leitor. As atividades habituais (ou permanentes) também são adequadas para cumprir outro objetivo didático: o de favorecer a aproximação das crianças a textos que não abordariam por si mesmas por causa da sua extensão. Ler cada semana um capítulo de um romance é uma atividade que costuma ser frutífera nesse sentido. A leitura é compartilhada: o professor e os alunos leem alternadamente em voz alta; escolhe-se um romance de aventuras ou de suspense que possa captar o interesse das crianças e se interrompe a leitura em pontos estratégicos, para criar expectativa.

### **5.3 Sequências didáticas**

As sequências de atividades estão direcionadas para se ler com as crianças diferentes exemplares de um mesmo gênero ou subgênero (poemas, contos de aventura, contos fantásticos...), diferentes obras de um mesmo autor ou diferentes textos sobre um mesmo tema. Ao contrário dos projetos, que se orientam para a elaboração de um produto tangível, as sequências incluem situações de leitura cujo único propósito explícito – compartilhado com as crianças – é ler.

No quadro a seguir, o currículo do 4º e do 5º anos está dividido em trimestres, na perspectiva do trabalho docente com base em atividades permanentes, sequências didáticas e projetos.

Ano	Período	Atividades permanentes	Sequências didáticas	Projetos
4º	1º trim.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Roda de leitura (apresentação e apreciação de livros).</li> <li>Roda de curiosidades (comunicação oral de notícias lidas em jornais e revistas e contadas para os colegas).</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Desenvolver comportamentos leitores e a linguagem oral e familiarizar-se com os gêneros.</p> <p><b>Conteúdos</b> Leitura, comunicação oral e comportamentos leitores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura de textos expositivos de ciências naturais e humanas, explicitando sua organização.</li> <li>Produção de textos expositivos tendo como referência textos de ciências naturais e humanas.</li> <li>Leitura de textos ficcionais.</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Analisar textos expositivos refletindo sobre a organização textual (subtítulos, uso de imagens e gráficos como complemento das informações), organizar informações e registrá-las para expor ideias).</p> <p><b>Conteúdos</b> Linguagem e características de textos expositivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reescrita de um conto preferido por aluno para compor coletânea.</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Organizar informações e registrá-las para expor ideias.</p> <p><b>Conteúdos</b> Revisão (expor ideias com clareza, exemplos, subtítulos e impessoalidade).</p>
	2º trim.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Roda de leitura (apresentação e apreciação de livros lidos).</li> <li>Roda de curiosidades (comunicação oral de notícias lidas em jornais e revistas e contadas para os colegas).</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Desenvolver comportamentos leitores e a linguagem oral e familiarizar-se com os gêneros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura, análise e reflexão sobre os recursos linguísticos das narrativas de Monteiro Lobato.</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Ler, analisar e interpretar textos variados do autor, caracterizar personagens, identificando os modos de pensar e sentir, e</p>	
	3º trim.	<p><b>Conteúdos</b> Leitura, comunicação oral e comportamentos leitores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Roda de leitura (apresentação e apreciação de livros lidos).</li> <li>Roda de curiosidades (comunicação oral de notícias lidas em jornais e revistas e contadas para os colegas).</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Desenvolver comportamentos leitores e a linguagem oral e familiarizar-se com os gêneros.</p> <p><b>Conteúdos</b> Leitura, comunicação oral e comportamentos leitores.</p>	<p>utilizar recursos da linguagem lobatiana.</p> <p><b>Conteúdos</b> Produção e revisão de texto usando os recursos de escrita de Lobato (vocabulário de época, riqueza de detalhes descritivos, pontuação dentro do estilo do autor).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura, produção escrita e revisão de poemas para compor coletânea.</li> </ul> <p><b>Objetivos</b> Ampliar o conhecimento sobre o gênero, analisando bons modelos de diversos estilos de poemas.</p> <p><b>Conteúdos</b> Comportamentos leitores e escritores e revisão, contemplando o uso de rimas, a escolha das palavras para expressar imagens, os recursos associativos entre os poemas e a forma de expressá-los no papel.</p>

5º	<p>1º trim.</p> <p>2º trim.</p>	<p>• Roda de leitura (apresentação e apreciação de livros lidos). • Roda de curiosidades (comunicação oral de notícias lidas em jornais e revistas e contadas para os colegas).</p> <p><b>Objetivos</b> Desenvolver comportamentos leitores e a linguagem oral e familiarizar-se com os gêneros.</p> <p><b>Conteúdos</b> Leitura, comunicação oral e comportamentos leitores.</p>	<p>• Leitura, produção e revisão de textos de relato pessoal. • Leitura compartilhada do livro <i>Cem Anos Entre Céu e Mar</i>, de Amyr Klink (Ed. Companhia das Letras). • Leitura compartilhada de textos ficcionais de diversos gêneros.</p> <p><b>Objetivos</b> Ler e identificar diferentes propósitos de relato pessoal e identificar o narrador/protagonista em primeira pessoa.</p> <p><b>Conteúdos</b> Comportamentos leitores e escritores, leitura, produção e revisão de textos (manutenção do ponto de vista da narrativa, recursos de linguagem e ortografia).</p>	<p>• Produção de álbum de viagem com fotos e relatos pessoais dos lugares visitados num estudo do</p>
	3º trim.	<p>oral de notícias lidas em jornais e revistas e contadas para os colegas).</p> <p><b>Objetivos</b> Desenvolver comportamentos leitores e a linguagem oral e familiarizar-se com os gêneros.</p> <p><b>Conteúdos</b> Leitura, comunicação oral e comportamentos leitores.</p> <p>• Roda de leitura (apresentação e apreciação de livros lidos). • Roda de curiosidades (comunicação oral de notícias lidas em jornais e revistas e contadas para os colegas).</p> <p><b>Objetivos</b> Desenvolver comportamentos leitores e a linguagem oral e familiarizar-se com os gêneros.</p> <p><b>Conteúdos</b> Leitura, comunicação oral e comportamentos leitores.</p>	<p>Prata, Luis Fernando Veríssimo etc.) • Produção escrita e revisão de crônicas com base em modelos e da análise das produções feitas em classe. • Leitura compartilhada de textos ficcionais.</p> <p><b>Objetivos</b> Ler e identificar nos diferentes autores os fatos ou as situações narradas e identificar o uso dos tempos verbais e suas funções.</p> <p><b>Conteúdos</b> Comportamentos leitores e escritores e revisão de textos (ortografia, uso de linguagem figurada, tempos verbais e construção de diálogos).</p>	<p>meio.</p> <p><b>Objetivos</b> Identificar diferentes propósitos de relato pessoal e o narrador em primeira pessoa.</p> <p><b>Conteúdos</b> Comportamentos escritores, produção e revisão de textos (manutenção do ponto de vista da narrativa, recursos de linguagem e ortografia).</p> <p>• Leitura, análise e interpretação de contos de assombração. • Produção e revisão de contos de assombração para um livro. • Leitura compartilhada de textos ficcionais.</p> <p><b>Objetivos</b> Ler e identificar imaginários do medo e usar recursos de linguagem para produzir suspense.</p> <p><b>Conteúdos</b> Comportamentos leitores e escritores e revisão.</p>

## 6. Ser autor exige pensar no enredo e na estrutura

Para que o aluno seja capaz de elaborar um texto com as próprias ideias e em conformidade com as características de um gênero, é preciso que desenvolva um percurso de autoria.

Aspecto fundamental no trabalho de produção textual é garantir que a criança ganhe condições de pensar no todo, do enredo à forma de estruturar os elementos no papel, pois é preciso aprender a dar conta de tudo para atingir o leitor. Esse processo denomina-se construção de um percurso de autoria e se adquire com tempo, prática e reflexão.

Os estudos em didática das práticas de linguagem negam que a redação com tema livre estimule a criatividade. Hoje se sabe que depois da alfabetização há ainda uma longa lista de aprendizagens. Considerando a complexidade desse processo, pode-se elaborar e desenvolver um projeto de produção de fábulas com o 4º ano, por exemplo.

Inicialmente amplia-se o repertório nesse gênero literário. Assim se torna possível aos alunos observarem regularidades na estrutura discursiva e linguística, como o fato de os animais serem protagonistas e de o referido gênero possuir começo, meio e fim bem marcados.

**Sugestão:** No site [www.crianças.uol.com.br](http://www.crianças.uol.com.br) está disponível a versão animada da fábula *A cigarra e a formiga*, entre outras. Há também diversos vídeos bastante úteis a tarefas na sala de aula.

O segundo passo é o reconto oral de uma fábula conhecida, pois isso envolve organizar ideias e pode ser uma forma de planejar a escrita. Quando os alunos dominarem todas as informações de uma narrativa, podem focar suas atenções na forma de expor os elementos.

As propostas seguintes devem ser a reescrita individual e a produção de versões de fábulas conhecidas, com substituição dos personagens ou do cenário. Aos poucos, todos ganham condições de inventar situações. Nesse trabalho, é possível que alguns alunos demonstrem dificuldade para entender o sentido da moral da história. Se isso acontecer, orienta-se uma pesquisa sobre provérbios e seu uso cotidiano.

Com essa compreensão e um repertório de ditados populares, o professor propõe a criação de uma fábula individual e explica aos alunos que as fábulas geralmente têm como protagonistas inimigos tradicionais (cão e gato ou gato e rato, por exemplo). É esta a primeira restrição para a produção escrita do gênero. Em seguida, propõe-se que a turma lembre alguns provérbios que podem ser escolhidos como moral para as histórias criadas.

O professor deve, desde o início do projeto, informar à turma que as produções serão lidas por estudantes de outra escola, por exemplo, estratégia que serve de estímulo para a criação de tramas envolventes. Esse incentivo se deve ao fato de haver diferença entre escrever textos com autonomia - obedecendo à estrutura do gênero, sem problemas ortográficos ou de coerência - e se tornar autor. No primeiro caso, basta aprender as características do gênero e conhecer o enredo, por exemplo. No segundo, é preciso desenvolver ideias. Para alcançar esse objetivo, a interação com professores e colegas e o acesso a um repertório literário são fundamentais.

## **7. Outra sugestão para o uso de gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa: charge.**

O termo charge é um galicismo, isto é, um empréstimo da língua francesa, e significa “carga”. Na charge, a realidade é rerepresentada com o auxílio de imagens e palavras.

O gênero charge articula harmoniosamente as linguagens verbal e não-verbal e demonstra que o sentido é construído na oscilação entre o já-dito e o não-dito. Propõe-se usar esse sentido na sala de aula como opção viável para o ensino da leitura e da escrita da língua portuguesa.

Para isso, apresentam-se três pontos:

1) o material dos textos chargísticos é pouco explorado no contexto escolar, embora seja exuberante e digno de análise;

2) a intertextualidade é um recurso produtivo em sala de aula para subsidiar a competência argumentativa dos alunos a partir de relações lógico-discursivas trazidas à tona pelo gênero charge, que tem em sua natureza a capacidade de abordar temas polêmicos como a política, a religião, os conflitos sociais etc.;

3) as charges estão “presentes no dia a dia em jornais, revistas, outdoors, além de provocarem o humor e, conseqüentemente, o prazer no leitor.” (PEREIRA, 2006, p. 102)

A charge não se limita apenas a ironizar, mas acrescenta ao cômico, criado pela deformação da imagem, um dado singular: a crítica, que visa levar o leitor a solidificar sua posição acerca de um determinado aspecto da realidade, sendo o foco principal os fatos políticos.

Assim sendo, o leitor constrói o sentido, estabelecendo inferências a partir da relação entre a imagem que vê e a retomada do fato a que ela alude. Para isso, deverá saber o fato que origina a charge e suas circunstâncias históricas, políticas, ideológicas e sociais.

O leitor proficiente é aquele que é capaz de perceber as marcas deixadas pelo autor para chegar à formulação da suas ideias e concepções.

Essas marcas estão no texto, geralmente, de maneira intertextual.

As charges permitem a denúncia com uso de humor, situado num contexto histórico-social. Ao levar o leitor ao riso, ela promove a interação autor-leitor e o posiciona diante dos fatos.

A interpretação da charge por um leitor requer dele o conhecimento de aspectos linguísticos e não-linguísticos. Desse modo, a interpretação passa também pelos modelos prévios de mundo que o leitor conhece. Ele deve ver a charge como portadora de uma intenção comunicativa e entendê-la como a escolha do autor para marcar essa intenção.

### **Charge animada**

Assim como vários gêneros textuais, a charge também ganhou uma versão eletrônica. Há sites na Internet que as produzem e as divulgam semanalmente, e os usuários podem optar por assistir a elas on-line ou baixar o arquivo e assistir-lhes a qualquer momento.

**Dica:** Veja charges animadas nos sites [www.charges.uol.com.br](http://www.charges.uol.com.br) [www.animatunes.com.br](http://www.animatunes.com.br)

Diferentemente da charge normal, a charge animada utiliza efeitos visuais de animação e efeitos sonoros em sua apresentação. O foco da charge animada é o mesmo que a charge normal: a política, os fatos sociais, acontecimentos esportivos etc.

Porém, como todo gênero textual que ganha uma versão eletrônica, a charge animada é mais interativa e divertida, pois, quando as personagens reais são retratadas nela, as vozes e os gestos são igualmente representados. Músicas e efeitos sonoros são incorporados, e a animação ajuda o espectador a fazer uma melhor interpretação dos acontecimentos.

Mas, ainda assim, é preciso que se faça a leitura entre o dito e o não-dito na charge, pois, da mesma forma, a charge animada requer que o espectador saiba o fato político-social a que a charge faz analogia.

Para aproximar a produção escrita das necessidades cotidianas, uma boa estratégia é focar o desenvolvimento dos comportamentos leitores e escritores, ou seja, proporcionar aos alunos participação efetiva em atividades da vida social que envolvam ler e escrever. Noticiar um fato num jornal, ensinar as etapas para preparar uma sobremesa ou argumentar para resolver problema em um órgão público. Cada uma dessas ações envolve um tipo de texto com uma finalidade, um suporte e um meio de veiculação específicos.

## **Referências**

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – *Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A Sombra do Caos: ensino de língua X tradição gramatical**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PEREIRA, Tânia Maria Augusto. O discurso das charges: um campo fértil de intertextualidade. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da et al. **Ensino de língua: do impresso ao virtual**. Campina Grande, PB: EDUEP, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática** – *ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

# **DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO NA MÍDIA BRASILEIRA E PORTUGUESA**

*Michelly Santos de Carvalho*

*Francisco Laerte Juvêncio Magalhães*

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa observar o posicionamento da mídia sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Mas o que é o Acordo Ortográfico? Este tratado foi inicialmente assinado, em 1990, tendo por objetivo atenuar diferenças ortográficas entre os países de língua portuguesa. Após firmado o compromisso, determinou-se que o tratado entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994, após ser ratificado pelos diferentes países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No Brasil o Acordo foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995. No entanto, mesmo com as alterações preconizadas no documento a ratificação de 1990 não foi consumada naquele período, já que os países da CPLP não aderiram ao tratado, como se previa. Ela só ocorreu, em 2006, quando Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe assi-

nam o documento. Portugal ratificou dois anos depois, em 2008 (Decreto do Presidente da República Portuguesa n.º 52/2008 de 29 de Julho).

A reforma ortográfica tinha um prazo de transição de 6 anos em Portugal finalizando em 2015 e, de três inicialmente no Brasil cumprindo-se em 2012. Entretanto, por conta da pressão de inúmeros estudiosos e especialistas em Linguística, apoiados por parlamentares, a presidente brasileira, no período, Dilma Rousseff decidiu igualar o prazo brasileiro ao de Portugal, estabelecendo o limite até o fim de 2015 (DECRETO Nº 7875/12 DE 27, DEZEMBRO DE 2012).

O referido Acordo constitui muito polêmico em Portugal e no Brasil sendo os posicionamentos contrários e favoráveis repletos de representações sociais e questões identitárias. Assim, tal temática se mostrou um campo extremamente rico de trabalho. Nosso objetivo foi verificar como a cultura, os estereótipos sociais e as representações sociais da História de cada país influenciaram nas opiniões manifestadas nos materiais divulgados pelos colonistas da Folha de São Paulo (Brasil) e Diário de Notícias (Portugal). Desta forma, analisamos os artigos de opinião publicados na mídia impressa, especificamente, no jornal Folha de São Paulo (Brasil) e Diário de Notícias (Portugal) (material disponibilizado online), de janeiro de 2009 a julho de 2013, relacionados com o tema do Acordo Ortográfico, à luz da Análise Crítica do Discurso, principalmente pelo modelo sociocognitivo de van Dijk (e.g., van Dijk, 1993; van Dijk, 2005), e dialético-relacional Fairclough (1989/1996; 1992/2001).

Neste sentido, o leitor encontrará inicialmente neste material uma reflexão sobre a metodologia da Análise Crítica do Discurso (ACD), muito cara a nós e importante para a composição do estudo. Nesta, apresentamos as categorias de análise utilizadas no processo de observação dos jornais e, em seguida, a análise dos artigos de opinião publicados na Folha de São Paulo e Diário de Notícias.

## 1. Enquadramento geral da Análise Crítica do Discurso

Na década de 1970, um grupo de investigadores na Universidade de East Anglia (Reino Unido) concebe o termo ‘Linguística Crítica’, tendo as suas considerações sobre o assunto publicadas, no livro *Language and Control* por Roger Fowler e Gunther Kress. Entretanto, segundo Van Dijk (2005) alguns postulados da Análise Crítica do Discurso já podem ser observados antes da Segunda Guerra Mundial, na teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Conforme Fairclough (1992/2001, p. 46-47), Fowler e Kress tentam aliar um modelo de análise linguística textual com uma teoria social do fundamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, valendo-se da teoria linguística funcional articulada com Michael Halliday (1978, 1985) e conhecida como ‘linguística sistêmica’. Assim, têm a preocupação de analisar as correlações existentes entre a estrutura linguística e social. Pretendem atestar que as relações grupais e sociais, bem como a atividade cognitiva, atuam no comportamento linguístico e não linguístico dos indivíduos (GOUVEIA, 2001, p. 335). Fowler e Kress observam, por exemplo, que a sintaxe pode contribuir para uma concepção de mundo própria, sem que haja uma escolha consciente do sujeito. Os autores acrescentam que “a ideologia é linguisticamente mediada e habitual para um leitor acostumado, não crítico, que já foi socializado na sua sensibilidade ao significado dos padrões da linguagem” (Tradução nossa, FOWLER E KRESS, 1979, p.185).

Assim, a percepção de mundo dos sujeitos é produto da relação que estes conservam com as instituições e a estrutura socioeconômica das sociedades, com a colaboração das ideologias vigentes. Assim, como afirma van Dijk (2005: 19) “a ACD pode ser vista como uma reação contra os paradigmas formais dominantes dos anos 60 e 70 (frequentemente “associais” ou “não-críticos”)”. Desta forma, para o autor “a ACD não

é tanto uma direção, uma escola, ou uma especialização próxima de muitas outras “abordagens” nos estudos do discurso. Em vez disso, tem como objetivo oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação através do campo completo” (VAN DIJK, 2005, p. 19).

Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 20), pelas ideias de Fairclough (1989), considera que a linguagem é encarada de forma diferente pelos analistas/linguistas críticos daquilo que caracteriza a concepção dominante da linguística autónoma, e ao mesmo tempo do que alicerça muitas das imensas abordagens da análise do discurso. A principal intercessão entre os analistas/linguistas críticos e os analistas de discurso situa-se na concepção de discurso a partir da noção de fragmento/parte/instância da linguagem. Entretanto, diferente dos analistas de discurso para quem a ideia de discurso direciona para a noção de uso linguístico, para os analistas críticos o discurso apresenta-se como prática social, em relação com outras práticas sociais, e desta forma, socialmente determinada (GOVEIA, 2001, p. 338). Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 21) acrescenta que o processo de observação realizado pela Análise Crítica do Discurso avalia os sujeitos a partir da sua socialização e subjetividades, como expressão de uma produção realizada em contextos sociais, guiados por formas ideológicas e desigualdades sociais.

Para Wodak e Meyer (2009, p. 2) “A Análise Crítica do Discurso não está interessada em investigar a unidade linguística em si, mas as questões sociais inerentes a este processo, fenómenos de natureza complexa e que, por isto, precisam de uma abordagem multidisciplinar” (Tradução nossa, WODAK E MEYER, 2009, p. 2). A ACD tem o objetivo também desmistificar ideologias de poder vigente por meio do trabalho de investigação sistemática e análise de dados semióticos (neste caso, escrita, falada e visual) (WODAK E MEYER, 2009).

Segundo os autores a Análise Crítica do Discurso nunca foi, nem mesmo, tentou ser ou fornecer uma teoria simples ou específica. Segundo os autores os estudos são variados e oriundos de diversas origens teóricas, orientadas para distintos dados e metodologias. Assim, há também diversas abordagens e definições de “discurso”, “crítica”, “poder”, etc.

Para Teun van Dijk (2005), a ACD é uma vertente da análise do discurso que observa, primeiramente, como o uso do poder, a dominância e a desigualdade social colocados em prática, e ao mesmo tempo o modo como são reproduzidos e como resistem na sociedade, por meio do texto e da fala, dentro da conjuntura social e política.

Conforme Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 22), diversas abordagens à Análise Crítica do Discurso (por exemplo: FOWLER; HODGE; KRESS; TRUE, 1979; FAIRCLOUGH, 1985, 1989; VAN DIJK, 1993) apresentam diferenças que devem ser consideradas, mas compartilham em outros aspectos, também elementares, permitindo, desta forma, mencionar-se um projeto comum. Segundo a autora entre tais aspectos transversais às muitas destas percepções está o que Fairclough (apud PEDRO, 1997, p. 22) menciona sobre a importância da linguagem na produção, manutenção, e mudança das relações sociais de poder e de amplificar a consciência dos indivíduos sobre a forma como a linguagem contribui para a dominação de alguns sujeitos por outros, tendo em conta que essa consciência é o primeiro passo a emancipação. Segundo Emília Ribeiro Pedro (1997), é partindo desta concepção que Fairclough considera que o discurso é a “linguagem como prática social”.

Para Fairclough e Wodak (1997: 258), o discurso como prática social implica a existência de uma relação dialética entre um determinado evento discursivo e a(s) situação(ões), instituição(ões) e a(s) estrutura(s) social(ais) que os enquadra, sendo o evento discursivo moldado por estes aspetos e vice-versa. Em outras palavras, o discurso é socialmente cons-

titutivo e condicionado socialmente, além de constituir situações, objetos do conhecimento, identidades sociais e relações entre pessoas e grupos. Desta forma, conforme os autores, as práticas discursivas podem ter muitos efeitos ideológicos, ou seja, ajudam a produzir e a reproduzir relações desiguais de poder.

Gunther Kress (apud Pedro, 1997, p. 22), corroborando com tais ideias, acrescenta que os analistas críticos do discurso têm por objetivo mostrar a forma como as práticas linguístico-discursivas estão entrelaçadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação. Fazem isso quando desnaturalizam as práticas discursivas como um conjunto de práticas e textos de uma sociedade, entendida como um conjunto de comunidades ligadas discursivamente, tornando visível e patente aquilo que antes era invisível e aparentemente natural. O autor destaca que “os praticantes da ACD têm, de forma explícita ou implícita, o objetivo político mais vasto de questionar as formas dos textos, os processos de produção desses textos e os processos de leitura, juntamente com as estruturas de poder que deram azo a esses textos” (GUNTHER KRESS, apud PEDRO, 1997, p. 23 -24)

A Análise Crítica do Discurso também é designada, por alguns autores, de Análise de Discurso Crítica (exemplo, FAIRCLOUGH, 2001/1997; MAGALHÃES, 2010). Constitui-se por inúmeras percepções, no entanto, vamos discorrer aqui sobre as que consideramos mais importantes por serem as mais discutidas e por estar direta ou indiretamente relacionadas com nosso estudo.

Conforme Pedro (1997, p. 35-36) a abordagem constitutiva do discurso é baseada na gramática sistêmica funcional de Holliday (1985) na qual a linguagem possui três funções principais: ideacional (reside na estruturação de sistemas de conhecimentos e crenças); interpessoal (construção das autoidentidades e identidades coletivas, bem como o es-

tabelecimento e construção das relações sociais) e textual (estruturação, organização e disposição das informações no texto).

A partir destas ideias de Holliday, Fairclough concebeu o modelo tridimensional do discurso. Nesta conceção, “o discurso e qualquer exemplo concreto da prática discursiva são vistos como sendo simultaneamente (i) um texto linguístico, oral ou escrito, (ii) prática discursiva (produção e interpretação de texto) e (iii) prática sociocultural” (Fairclough, 1997, p. 83). Desta forma, o autor considera que um fragmento discursivo está envolvido na prática sociocultural em diversos graus, ou seja, na situação imediata, no aspeto mais alargado de uma instituição ou organização e num âmbito societal.

Em tal processo, fazem parte do método de análise do discurso “a *descrição* linguística do texto linguístico, a *interpretação* das relações entre os processos discursivos (produtivos e interpretativos) e o texto e, por fim, a *explicação* da relação entre os processos discursivos e os processos sociais” (ibidem). Estas conceções estão bastante explícitas no seguinte diagrama de Fairclough:

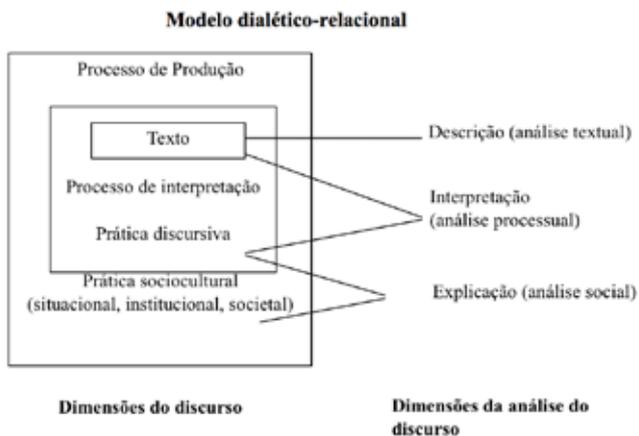
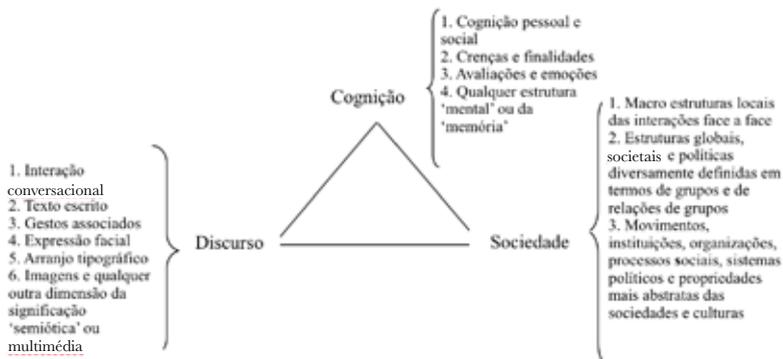


Diagrama de Fairclough (1997, p. 84)

Fairclough considera que a maneira como se produz e interpreta um texto, ou seja, a(s) ordem(s) do discurso dependem da natureza da prática sociocultural e do discurso que integra, incluindo a relação deste com hegemonias já existentes. Esta produção e interpretação também estão condicionadas pela natureza da prática discursiva que molda o texto e lega ‘vestígios’ nas suas características superficiais. Tem-se ainda a natureza da prática discursiva da interpretação textual que determina a forma como serão interpretados as características superficiais de um texto (FAIRCLOUGH, 1997, p. 83-84).

Para Fairclough, um aspeto importante que os governos têm utilizado resultante do modelo da análise crítica do discurso é a chamada tecnologização do discurso. Com o objetivo de construir uma nova hegemonia na ordem de discurso da instituição ou organização à qual se aplica, a tecnologização do discurso é um processo de intervenção na esfera das práticas discursivas e assenta-se numa luta mais generalizada para impor hegemonias reestruturadas às práticas e culturas institucionais. “(...) este processo compreende uma tentativa de elaborar uma nova síntese entre a prática discursiva, a prática sociocultural e os textos” (p. 89). Para que isso se concretize é estabelecido um processo de reformulação das práticas discursivas presentes e de formação dos empregados da instituição nestas práticas reformuladas. Tal processo baseia-se numa averiguação/pesquisa das práticas discursivas existentes no organismo e da sua eficácia.

Já Teun van Dijk propõe uma ACD sociocognitiva, na qual valoriza a importância basilar do estudo da cognição, e não somente da sociedade, no processo de análise crítica do discurso, da comunicação e da interação (van Dijk, 2005). Desta forma, o autor enfatiza a urgência de uma ACD vasta, diversa, multidisciplinar e guiada para problemas. E sugere ainda o domínio caracterizado como triângulo discurso-cognição-sociedade mais detalhado no diagrama a seguir:



Representação em diagrama do triângulo discurso-cognição-sociedade de Teun van Dijk (2005, p. 37)

Neste processo, é importante também ressaltar o papel das representações que organizam e influenciam a mente dos atores sociais (e.g., VAN DIJK, 1993; 2005). Segundo Emília Ribeiro Pedro (1997: 26) analisando as perceções de Teun van Dijk, “a «interface» teórica – e empírica – necessária, talvez o elo fundamental entre discurso e dominação, é a cognição social e esta dimensão tem estado, (...), na origem das limitações dos resultados produzidos quer pela linguística crítica quer pela análise do discurso”. Van Dijk e Fairclough constroem abordagens diferentes acerca da ADC. No entanto, permanecem fiéis ao arcabouço da Análise Crítica do Discurso, podendo-se, dessa forma, associar as duas abordagens, naquilo que não conflituem. Os trabalhos dos teóricos pretendem observar como se dão as práticas sociais realizadas pela linguagem, naturalizadas e legitimadas socialmente. Os dois autores trabalham com o discurso (texto em FAIRCLOUGH, 2001/1992), a prática discursiva (no caso de VAN DIJK (2005), inclui a análise cognitiva) e a prática social (van Dijk amplifica essa abordagem e utiliza “sociedade”).

A maior diferença entre as abordagens de cada autor reside na ênfase de van Dijk a análise cognitiva (sociocognitiva) que Fairclough

não realiza, já que sua abordagem é mais dialético-relacional. Segundo van Dijk “as ideologias e outras cognições sociais não estão reduzidas ou unicamente definidas em termos de ‘práticas’ sociais que elas controlam (COULTER, 1989), nem dos discursos que as expressam, transmitem ou ajudam a reproduzir (BILLING *et al.* 1988; BILLING 1991), nem mesmo das instituições em que são reproduzidas” (VAN DIJK, 2005, p. 121).

## **1.1 Categorias de análise**

Tendo em conta, especialmente, o modelo sociocognitivo de Teun A. van Dijk (por exemplo, 1993; 1997; 2005), estabelecemos algumas categorias para analisar o material proveniente dos jornais “*Diário de Notícias*” (Portugal) e “*Folha de São Paulo*” (Brasil), recolhidos durante o período de janeiro de 2009 a julho de 2013. O nosso objetivo principal é observar quais as ideologias que constituem os discursos destes jornais, através dos seus artigos de opinião sobre o Acordo Ortográfico, e o papel destes discursos na formação dos pilares essenciais que organizam as cognições sociais partilhadas pelos membros dos grupos sociais, organizações e instituições. Conforme van Dijk (2005: 118), “(...) as ideologias são tão cognitivas como sociais”. Funcionam como a interface entre as representações cognitivas e os processos subjacentes ao discurso e à ação, por um lado, e a colocação social e os interesses de grupos sociais, por outro. O autor define cognição social “como o sistema de representações mentais e de processos dos membros de grupos (...). Parte desse sistema integra o conhecimento sociocultural partilhado pelos membros de um grupo, sociedade ou cultura específicos” (VAN DIJK, 2005, p. 118)

Van Dijk (2005) afirma que o principal problema da maior parte das abordagens críticas à ideologia é o facto de se terem inspirado unicamente nas ciências sociais e em abordagens filosóficas. Tendem a ignorar a análise cognitiva detalhada e explícita e por este motivo estão inaptas

a estabelecer uma relação explícita de estruturas sociais como práticas sociais e discursos de indivíduos enquanto membros sociais.

### **1.1.2 Lexicalização**

A escolha de significados dos vocábulos realizada por meio da lexicalização, conforme Van Dijk (2005, p. 154), constitui uma das dimensões mais importantes de um discurso dominado por ideologias. Desta forma, tendo em conta a ideologia do enunciador, o discurso é construído e difundido. Cada unidade de significação é minuciosamente selecionada a fim de defender um certo ponto de vista. Neste âmbito, os elementos que favorecem o endogrupo (por exemplo, TAJFEL, 1983; LIMA; VALA, 2000) são evidenciados e os que o diminuem ou o culpabilizam são diminuídos.

Norman Fairclough (1989/1996), neste sentido, afirma que as diferenças ideológicas entre os textos são codificadas nas representações que fazem do mundo, através dos vocábulos escolhidos para compor o texto. Desta forma, as palavras utilizadas num texto, bem como a forma como são dispostas na frase/oração têm o seu valor ideológico.

Algumas palavras são ideologicamente contestadas e isso, conforme Fairclough, é algumas vezes visível num texto, como é o caso da palavra socialismo, evidenciada numa carta que afirmava ser um erro semântico crer que um termo como esse teria um sentido verdadeiro e um sentido literal que é uma convicção absoluta e não propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca. Entretanto, segundo o autor a palavra tem um núcleo comum “a crença de que o controle social deve ser exercido no interesse da maioria das pessoas que trabalham na sociedade”. Desta forma, considera que a carta parece ser uma sub-réplica de uma luta ideológica sob o véu semântico (FAIRCLOUGH, 1989/1996, p. 114).

### 1.1.3 Metáforas

Para Perelman (1993), a metáfora consiste numa analogia condensada, por conta da fusão do tema e do foro. “A partir da analogia A está para B assim como C está para D, a metáfora assumiria uma das formas “A de D”, “C de B”, onde A é C.” Entretanto, conforme o autor, estas são as metáforas mais falaciosas por serem impelidos a ver nelas uma identificação, quando isso só seria possível fazer de forma satisfatória reconstruindo a analogia com supressão dos termos ausentes. “(...) esta espécie de metáfora pode exprimir-se de forma ainda mais condensada e resulta da confrontação entre uma qualificação e a realidade à qual se aplica” (p. 133).

Já Fairclough (1989/1996) considera que a metáfora é uma forma de representar um aspeto da experiência em termos de outra, não sendo de forma restrita ao tipo de discurso tende a ser associado a um estereótipo - poesia e discurso literário. Segundo o autor, qualquer aspecto da experiência pode ser representado em termos de uma quantidade qualquer de metáforas. Para diferentes metáforas existem diferentes anexos ideológicos (idem, p. 119).

Conforme Fairclough, um exemplo muito comum de metáfora é a representação dos problemas sociais como doenças. O significado ideológico de metáforas de doença, para o autor, é que a mesma tende a ter interesses dominantes na sociedade como um todo. Outra questão é interpretar e utilizar expressões que não possuem um interesse tão representativo como sinal de enfraquecimento da sociedade. Para o autor, diferentes metáforas implicam diferentes formas de lidar com as realidades (idem, p. 120).

### 1.1.4 Pressuposições e Subentendidos

Ducrot define pressuposição como:

Sea A un enunciado. Diremos que el enunciado A presupone la significación expresada por el enunciado B si, por un lado, A contiene todas las afirmaciones transmitidas por B y si, por otro lado, la oración interrogativa ¿A? [“Est-ce que A?”] comprende también estas mismas informaciones. (DUCROT, 1984, p. 12)

Neste sentido, o autor defende que é importante diferenciar o que é dito, do que é pressuposto. Ducrot (1984, p. 34-35) diferencia pressuposto de subentendido, destacando que o segundo assume sua ausência no enunciado, sendoas informações deduzidas a partir da enunciação das sentenças. No caso dos subentendidos, mesmo não estando indicados na oração/frase podem ser observados. Nas palavras do autor:

(...) lo sobrentendido reivindica su ausencia del enunciado. Lo presupuesto, y con mayor razón aún lo afirmado, en cambio, se dan como aportes propios del enunciado (aunque en el caso de lo presupuesto este aporte sólo pretenda hacer recordar un conocimiento pasado). Se presentan como si se los hubiera elegido al mismo tiempo que el enunciado y comprometen luego la responsabilidad del que eligió el enunciado (aun cuando, en el caso de lo presupuesto, el hablante intente hacer compartir esa responsabilidad al oyente, disfrazando lo que dice bajo la apariencia de una creencia común). Al confiar así la búsqueda de los presupuestos al componente lingüístico, que trata del enunciado mismo, sin considerar sus condiciones de ocurrencia (mientras que un componente retórico sería el que puede prever los sobrentendidos, ya que toma en cuenta

las circunstancias de la elocución), hacemos justicia a cierta impresión o, por lo menos, a cierta pretensión de los sujetos hablantes. Tenemos aquí una segunda razón (que no bastaría, por otra parte, por sí sola) para distinguir estos dos tipos de componentes. (DUCROT, 1984, p. 35)

Conforme o autor, o subentendido adquiriu o seu valor em particular apenas em oposição a um significado literal de que é excluído. Para Ducrot, pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. Já o subentendido corresponde à forma por meio da qual, tal sentido deve ser interpretado pelo enunciatário. A pressuposição é de caráter linguístico (textual), enquanto o subentendido é de caráter retórico.

Já van Dijk considera a pressuposição um caso específico e conhecido de implicação semântica (2005, p. 171). Utilizando uma linguagem mais técnica, “uma proposição  $q$  é pressuposta por  $p$  se estiver implícita em  $p$  e em não- $p$ ”. Van Dijk completa o conceito destacando ainda que:

Em termos algo mais adequados, mas menos formais: qualquer proposição cuja veracidade seja aceite pelo enunciador de forma a permitir-lhe produzir um enunciado, mas que não se encontre declarada nesse enunciado, é uma pressuposição do enunciado. Em termos ainda menos precisos, mas relevantes a nível cognitivo, as pressuposições são simplesmente o conjunto de conhecimentos culturais tácitos que dão significado ao discurso. (VAN DIJK, 2005, p. 171)

Desta forma, o autor afirma também que as pressuposições podem desempenhar, no discurso, importantes funções ideológicas. Por estarem relacionadas a conhecimentos ou outras crenças que não são

declaradas o enunciador as toma como verdadeiras e são capazes de “apresentar” proposições ideológicas cuja veracidade não se constitui incontestável. Acrescenta Van Dijk “As pressuposições são um dos elementos principais dos argumentos ideológicos” (idem).

### **1.1.5 Ironia**

Segundo Cherubim (apud BENETTI, 2007, p. 40), a ironia configura-se numa figura de linguagem na qual se profere o contrário daquilo que se pensa, com intuito sarcástico. A mesma faz-se de forma dialógica ou intersubjetiva, exigindo desta forma que o interlocutor se posicione de uma certa maneira, para que cumpra o seu efeito (ibidem). Conforme Fairclough (1986/1996, p. 158), os estudos tradicionais sobre ironia a descrevem em termos de “dizer uma coisa e significar outra”. Citando Sperber e Wilson (1986) o autor afirma que esta explicação é de utilidade limitada, já que não se mencionou a natureza intertextual da ironia, ou seja, o facto de que um enunciado irónico ‘ecoa’ o enunciado de um outro. Fairclough destaca ainda:

(...) a ironia depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto. Esse reconhecimento pode ser baseado em vários fatores: uma evidente falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional (...) indicações no tom de voz do(a) falante ou no texto escrito (por exemplo, pôr palavras entre aspas simples); ou pressupostos dos intérpretes sobre as crenças ou os valores do(a) produtor(a) do texto (“nós estamos todos inteiramente conscientes das realizações económicas do comunismo” será facilmente reconhecido como irônico por leitores regulares do jornal *The Daily Telegraph* na Grã-Bretanha, ou em um discurso do presidente dos Estados Unidos da América). (FAIRCLOUGH, 1989/1996, p.158-159)

Desta forma, para Fairclough, a ironia não se configura e atua de forma tão simples como normalmente se pensa. Marcia Benetti (2007), citando Churubim (1989), afirma que existem essencialmente quatro formas de manifestar a ironia. Destas, a antífrase e o sarcasmo são os modos mais comuns. “A antífrase exprime ideias antitéticas por meio de palavras de sentido contrário, e o sarcasmo configura-se como uma ironia desqualificadora, ofensiva ou até mesmo injuriosa” (p.40). Segundo a autora a antífrase não se configura obrigatoriamente desqualificadora, podendo evocar-se a mesma para construir um sentido positivo, por exemplo, quando alguém diz “Fulano é horroroso”, tencionando exprimir que a pessoa é, na realidade, tão bonito que sua beleza é patente. Já o sarcasmo constrói-se de modo mais explícito, é sempre um escárnio excessivamente crítico.

Segundo Benetti (2007), a ironia constrói-se na tensão entre dois extremos: o sentido “literal” e o sentido metafórico. Entretanto, é preciso abrir um parêntese sobre a percepção de literalidade. Isso porque quando se fala dos conceitos fundamentais da Análise do Discurso não há sentido literal. “O sentido não reside “na palavra”, (...) é construído na ação dos sujeitos que participam da práxis discursiva. A formação dos sentidos depende, portanto, do que constitui esses sujeitos em termos de imaginário, ideologia, posicionamento e inscrição histórica, cultural e social” (p. 40).

O que tomaremos como literal, assim como Benetti (2007), é o sentido da palavra ou expressão que na construção histórica conquistou supremacia cultural, bem como no grupo em que vivemos, reduzindo – de forma mais incisiva ou não – os outros prováveis sentidos. “Se a ironia quer significar o contrário do que diz literal ou explicitamente, então precisa indicar ao leitor que ali existe uma espécie de farsa ou simulação – (...) precisa construir as marcas de uma literalidade que deve ser recusada pelo interlocutor” (BENETTI, 2007, p. 40). A ironia, para a autora, configura-se, desta forma, como um tipo bastante específico de discurso de ambiguidade atuando de forma estratégica.

### 1.1.6 Nível da descrição

Na conceção de van Dijk (1977, 2005), existem dois aspectos semânticos, usualmente ignorados, que podem desempenhar importantes funções ideológicas são eles: o nível de descrição e o grau de especificidade de um discurso ou fragmento de um discurso.

Como a própria designação sugere, van Dijk afirma que é possível descrevermos pessoas, locais e acontecimentos com mais ou menos pormenores e a diferentes níveis de abstração. Normalmente, tende-se a fazer isso quando tais fatores passam a ser importantes para a narrativa. A partir deste ponto, é possível afirmar, segundo o autor, que o critério determinante é a noção de certa forma ambígua de “relevância” (textual). Esta ideia pode ser considerada como uma condição interpretativa, ou seja, uma informação é menos relevante se não for necessária para a interpretação ou compreensão do resto do texto. Com exceção de determinados géneros como é o caso da literatura na qual descrições “irrelevantes” têm função estética. “A relevância e, por conseguinte, os níveis e a especificidade da descrição estão, portanto, estreitamente ligados a um género e a uma situação” (VAN DIJK, 2005, p. 174).

Segundo Teun van Dijk, as opiniões e as atitudes – e, consequentemente, as implicações ideológicas – podem, da mesma forma, ser associadas por descrições mais ou menos completas ou específicas. Sobre isso salienta o autor:

Todos sabemos, por exemplo, que o relato mediático de um crime pode dar a conhecer o pormenor (que, noutra situação, seria irrelevante) da origem ou aparência (“rosto”, cor) dos criminosos (embora essas referências não sejam tão frequentes quando se trata de brancos), sugerindo, dessa forma, a existência de uma relação elucidativa entre a pertença

a um grupo étnico e o crime. Do mesmo modo, há uma tendência para descrever as mulheres de maneira diferente dos homens, cuja aparência é considerada muito menos relevante, por exemplo em notícias de cariz político ou económico. (VAN DIJK, 2005, p. 174)

Assim, Teun van Dijk afirma que certos pormenores pouco relevantes de uma narrativa podem ser evidenciados, transmitindo desta forma estereótipos ou preconceitos com alicerces ideológicos.

No que toca a editoriais e artigos de opinião, o autor afirma que não é um género propenso a mostrar pormenores num âmbito concreto e detalhado, isso cabe às notícias, reportagens e artigos de fundo. Normalmente os artigos de opinião utilizam-se de raciocínios abstratos e descrições sumárias de acontecimentos. Assim, a divulgação de pormenores relativos a situações, indivíduos, lugares e acontecimentos pode suplantar uma característica argumentativa, retórica e, provavelmente, ideológica.

### **1.1.7 Movimentos semânticos locais**

Segundo Teun van Dijk (1984; 1987; 2005), as relações entre asserções de um discurso podem ser de natureza mais estratégica. “Podem ser passos ou movimentos funcionais, que ocorrem no âmbito de estratégias discursivas, globais, das quais fazem parte apresentar-se a outrem em termos positivos, salvaguardar as aparências, persuadir alguém ou defender-se” (VAN DIJK, 2005, p. 179). Um exemplo que ocorre em muitas situações é a negação no início da frase, seguida de uma conjunção coordenativa adversativa (e.g., mas, porém, todavia, entretanto, no entanto, etc.). Como acontece quando um indivíduo afirma “Não tenho nada contra os negros, mas...”. Este tipo de negação é apenas aparente, já que após a conjunção vem sempre afirmações negativas sobre os negros contradizendo, desta forma, a negação inicial.

O autor menciona também a autoapresentação positiva caracterizada como um procedimento semelhante ao acima citado em que o sujeito se exprime de forma positiva oralmente ou por escrito com o objetivo de evitar causar má impressão no recetor. Segundo Teun van Dijk a gestão da impressão social e a estruturação de uma autoimagem positiva são particularidades que lideram à identificação ideológica. Neste sentido, as atitudes relativamente ao endogrupo (vide, TAJFEL, 1983; LIMA; VALA, 2000) serão de natureza positiva, enquanto as atitudes em relação ao exogrupo de vários tipos podem ser negativas. Conforme Van Dijk os movimentos semânticos tais como os desmentidos são passos estratégicos muito relevantes, que o indivíduo fornece quando se apresenta a outrem como uma pessoa flexível, humana ou altruísta e pouco propensa a generalizações abusivas. Apesar de comuns nas trocas conversacionais do dia-a-dia (principalmente com pessoas estranhas), tais movimentos são de utilização obrigatória no discurso público mediático ou político, situações em que é indispensável uma imagem positiva que possibilitará a persuasão de um público composto por pessoas provenientes de variadas fações ideológicas.

### **1.1.8 Tópicos**

Conforme Teun van Dijk (2005), os tópicos exprimem a informação considerada mais importante pelo enunciador. Desta forma, a atribuição de tópicos não é apenas subjetiva, mas também está sujeita a um controlo ideológico.

Os discursos têm uma coerência tanto a nível local quanto no âmbito global podendo definir-se em termos de temas ou tópicos e explicar-se, de forma teórica, evocando macroestruturas semânticas, oriundas de asserções expostas no texto (van Dijk, 1980; 2005). Neste sentido, um resumo ou um título expressam normalmente uma parte ou o total das

macroproposições constituintes dessa macroestrutura. “Tal como sucede relativamente à coerência local, o facto de estes tópicos derivarem das proposições locais de um texto exige um conhecimento sociocultural do mundo, bem como um conhecimento representado em modelos mentais de acontecimentos específicos” (VAN DIJK, 2005, p. 182). A “definição” por parte do sujeito que constrói o discurso da situação considerada a mais importante depende não somente do conhecimento do mundo que se tem, contudo também de atitudes e ideologias de carácter mais geral. Isto aplica-se, também, na seleção dos factos (tópicos e temas) que atribui importância maior ou menor.

### **1.1.9 Contexto**

No processo de análise crítica do discurso é importante perceber o papel desempenhado pelo contexto, no qual o sujeito é constituído e constitui processos discursivos a partir da natureza de ator ideológico (ver PEDRO, 1997, FAIRCLOUGH, 1989; WODAK, 1996). Segundo Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 20), um dos aspetos que fundamentam as diferenças entre a Análise Crítica do Discurso e as outras abordagens é essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, conseqüentemente, na constituição do discurso.

Semelhante a outros modelos, os contextos são também representações de acontecimentos, situações e atores, designadamente os do acontecimento e do contexto comunicativo em curso (VAN DIJK, 2005, p. 147). Por outras palavras, são composições mentais concebidas pelos participantes na cena discursiva numa determinada circunstância social partindo de diferentes fatores importantes para a produção discursiva (FALCONE, 2012). Conforme Van Dijk (2005) “Os modelos contextuais são imprescindíveis na planificação e compreensão de inúmeras propriedades discursivas – normalmente resumidas em termos “pragmáticos” –,

tais como actos de fala, expressões de cortesia e auto-apresentação” (p. 147). Van Dijk destaca também que os modelos contextuais colaboram ainda no ponto de vista e na perspectiva a partir das quais os eventos de um modelo serão descritos no âmbito discursivo, o que clarifica as implicações primordiais ideológicas da posição social.

### **1.1.10 Modelos Mentais**

Para van Dijk (2005; 2006; 2000), os modelos são extremamente importantes na interface entre o social e o pessoal, entre o geral e o específico, entre as representações sociais e o seu emprego no discurso e noutras práticas sociais. Resumidamente, os modelos são representações pelos indivíduos das suas experiências diárias, neste caso, a observação ou participação em ações, eventos ou discurso (VAN DIJK, 2005, p. 191-192).

Na opinião de Teun van Dijk, os modelos mentais são pessoais, subjetivos e dependem do contexto. Constroem-se a partir do que as pessoas conhecem e pensam sobre os acontecimentos, clarificando o facto de esses acontecimentos e ações serem subjetivamente interpretados (ibidem). Assim, considera o autor que todas as nossas práticas sociais são controladas (intencionadas, percebidas) conforme os modelos mentais. “(...) os modelos constituem de facto a interface entre, por um lado, representações sociais incluindo ideologias, e, por outro, práticas sociais e discurso” (VAN DIJK, 2005, p. 192).

### **1.1.11 Tipos de argumentos: baseados na estrutura do real**

Conforme Perelman (1993, p. 97) na obra “Império Retórico” os argumentos baseados na estrutura do real habitualmente “apelam para ligações de sucessão, com relação de causa e efeito, ou para ligações de coexistência, como relação entre a pessoa e seus actos”. Nas ligações de

sucessão têm-se fenômenos de nível idêntico que se relacionam, enquanto nas ligações de coexistência a argumentação se ampara em termos de nível diferente, como a essência e as suas manifestações (idem).

Desta forma, tal tipologia pode ser constituída “desde que haja elementos do real associados uns aos outros numa ligação reconhecida, é possível fundar nela uma argumentação que permite passar daquilo que é admitido ao que se quer fazer admitir” (PERELMAN, 1993, p. 97).

Apresentamos neste tópico a metodologia da Análise Crítica do Discurso. A partir deste, desenvolvemos algumas categorias de análise que vamos aplicar ao estudo dos artigos de opinião acerca do Acordo Ortográfico. No ítem seguinte vamos apresentar a análise feita aos artigos de opinião publicados no jornal *Diário de Notícias*.

## **2. Análise Crítica do Discurso ao Diário de Notícias**

Nesta investigação empírica realizámos uma análise dos discursos dos jornais *Diário de Notícias* (Portugal) e *Folha de São Paulo* (Brasil). Inicialmente delimitamos como período análise de 2008 a 2010, tendo em conta que o Acordo Ortográfico foi ratificado por Portugal e Brasil, em 2008, e começou a vigorar em 2009, em ambos os países. Entretanto, decidimos retirar o ano de 2008 do *corpus* e verificar os desdobramentos sobre o assunto partir de 2009 (ano em que começou a vigorar o Acordo Ortográfico em Portugal e no Brasil) e incluir os anos de 2010, 2011 e 2012.

Entretanto, no Brasil, o assunto foi repensado por conta de pressões de vários setores, nomeadamente professores, linguistas e a própria população, os quais alegaram que o prazo de adaptação (instituído até 2012) teria sido demasiado curto e que seriam necessárias algumas alterações ao texto do Acordo. Desta forma, a presidente brasileira, Dilma

Rousseff, decidiu adiar o período de transição até 31 de Dezembro de 2015, igualando ao prazo de Portugal. Esta modificação gerou várias polémicas, principalmente, em Portugal. Assim, por conta da imensa discussão que a medida suscitou nos primeiros meses de 2013 em Portugal e no Brasil decidimos incluir o primeiro semestre deste ano na análise. Neste sentido, o nosso período de análise incluiu o material de janeiro de 2009 a Julho de 2013.

Primeiramente havíamos decidido analisar todas as peças que foram veiculadas no período estipulado para o estudo, no entanto, observamos que o material era muito extenso para uma análise de discurso aprofundada (encontramos 193 peças no *Diário de Notícias* e 97 na *Folha de São Paulo*). Analisamos as peças recolhidas e vimos que havia bastantes artigos de opinião sobre o tema do Acordo Ortográfico, por isso decidimos que nos debruçaríamos apenas sobre estes textos (38 do *Diário de Notícias* e 37 da *Folha de São Paulo*). No entanto, em alguns artigos o Acordo não era o tema principal ou falava-se apenas sobre as mudanças num carácter mais descritivo. Assim, decidimos que analisaríamos apenas os artigos de opinião em que o Acordo Ortográfico fosse o tema principal e o autor abordasse o tema de forma mais analítica e menos descritiva. Neste sentido, efetuamos a análise de 30 artigos de opinião do *Diário de Notícias (DN)* e 20 artigos do jornal *Folha de São Paulo*.

Utilizamos como critério para a seleção desses diários o facto de que possuem grande número de exemplares nas suas tiragens, nos respectivos países, e por serem considerados imprensa de referência. Segundo Cascais (2001, p. 108), a imprensa de referência consolida-se nos meios de comunicação social por adquirirem “estatuto de qualidade e credibilidade que os torna uma referência para o público e para o restante dos meios”. Estes jornais também disponibilizam as edições virtualmente na

internet, o que facilitou também a nossa investigação.

O nosso principal objetivo neste trabalho é observar quais os discursos veiculados pela mídia selecionados nomeadamente pelos cronistas englobados no período analisado e quais os possíveis fatores que os influenciam na produção de sentidos sobre o Acordo Ortográfico.

A partir de uma abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, vamos proceder ao estudo dos discursos veiculados nos artigos de opinião publicados pelos jornais acima mencionados. Neste sentido, delimitamos como já foi mencionado, algumas categorias de análise, baseadas principalmente no modelo sociocognitivo de Van Dijk (vide VAN DIJK, 1993; VAN DIJK, 2005) e dialético-relacional Fairclough (1989/1996; 1992/2001).

Acompanhe abaixo a análise de cada um dos jornais considerando as categorias referidas anteriormente.

## **2.1 Estudo do *Diário de Notícias***

No estudo dos artigos de opinião do *Diário de Notícias* selecionamos 30 artigos que faziam menção direta ao Acordo Ortográfico de maneira analítica e não se limitavam a uma mera descrição das regras, como já mencionamos anteriormente. Deste total, seis artigos são do período de janeiro a julho de 2013, doze de 2012, dois de 2011, cinco de 2010 e cinco de 2009. Notamos que a maior contribuição no *Diário de Notícias* com a escrita sobre o Acordo foi do escritor e antigo Presidente da Fundação Centro Cultural de Belém, Graça Moura, um dos maiores opositores do tratado. Dos 30 artigos recolhidos para análise, 20 são do literário. Primeiro, devemos enfatizar que, como Presidente da Fundação Centro Cultural de Belém (CCB), não permitiu que o Acordo entrasse em vigor

nesta instituição, solicitando que o corretor ortográfico fosse retirado dos computadores da mesma<sup>1</sup>.

Segundo o jornal *Expresso* uma circular interna ordenou que fosse retirado dos computadores o *software* que fazia a conversão automática dos textos para o Acordo Ortográfico. A medida teve o apoio da administração do CCB, a qual a acatou por unanimidade as justificativas de Graça Moura, após analisar um extenso documento elaborado por este (EXPRESSO, 2011, s/p). O documento afirmava que “o Acordo Ortográfico não está nem pode estar em vigor”, tendo em vista que Angola e Moçambique não ratificaram o tratado (idem).

De maneira geral, os artigos de Graça Moura revelam para além do seu posicionamento desfavorável face ao Acordo, uma ideologia patriótica em favor da Língua Portuguesa e do legado deixado por Portugal nesta língua. Em outras palavras, defende o Português Europeu (PE) da forma como estava, sem a influência do Acordo Ortográfico. Para van Dijk (2005, p. 118) as ideologias formam os quadros básicos que constituem as cognições sociais compartilhadas pelos membros de grupos sociais, organizações ou instituições. As ideologias funcionam como a interface entre as representações cognitivas e os processos subjacentes ao discurso e à ação, por um lado, e pela posição social e os interesses grupais por outro. Segundo van Dijk esta conceção de ideologia permite ainda designar a ligação decisiva entre análises macro de grupos e análises sociais de âmbito mais micro da interação ao nível individual e do discurso.

Neste processo de estabelecimento e exposição das suas ideologias, Graça Moura utiliza principalmente argumentos baseados na estru-

---

1 Diário de Notícias (2012) “Vasco Graça Moura anula acordo ortográfico no CCB”. Disponível em [http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content\\_id=2282037&especial=Revisitas%20de%20Imprensa&seccao=TV%20e%20MEDIA](http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=2282037&especial=Revisitas%20de%20Imprensa&seccao=TV%20e%20MEDIA), acesso em 21 de Janeiro de 2014  
Expresso (2012) “Vasco Graça Moura acaba com Acordo Ortográfico no CCB”. Disponível em <http://goo.gl/yyTgxP>, acesso em 21 de Janeiro de 2014

tura do real, ou seja, argumentos que podem ser confirmados por meio de factos. É possível observar tais aspetos nas várias ideias apresentadas pelo autor, nas quais recorre a aspectos jurídicos que deveriam ter sido respeitados por quem instituiu o Acordo Ortográfico em Portugal. Para Graça Moura, o Acordo necessita de imensas reformulações e todos os países da CPLP deveriam ter assinado o protocolo para o mesmo entrar em vigor. Se apenas 4 países assinaram, não deveria ter sido implementado em Portugal. Para o escritor, foi uma medida compulsória e pouco inteligente do governo. Os argumentos acima mencionados são apresentados na maior parte dos artigos do autor, que não se cansa de lembrar ao governo de que o tratado não deveria estar em vigor. Desta forma, segundo Graça Moura, os órgãos que afirmam já estarem a utilizar as novas regras, encontram-se numa espécie de teatralização: “(...) vigora sem rodeios especiais o princípio do faz-de-conta. Faz-se de conta que o Acordo já se aplica a pleno e estropia-se alegremente a nossa língua” (GRAÇA MOURA, *DN*, 21 de novembro de 2012).

Desta forma, consideramos que a pertença do autor ao grupo dos literários, os quais no geral posicionam-se contra o tratado, a sua trajetória pessoal como literário e advogado, bem como em outros âmbitos, influenciaram fortemente as ideologias, a construção cognitiva e social e, consequentemente, a forma como Graça Moura interpreta e constrói o seu posicionamento acerca do Acordo Ortográfico. É importante frisar que os argumentos apresentados por Graça Moura enfatizam sempre os mesmos aspetos: o Acordo Ortográfico está mal concebido; há problemas com duplas grafias; perda da identidade da língua portuguesa, em Portugal, por causa das concessões feitas no que toca especialmente à retirada das letras mudas; para além de apenas metade dos países terem assinado o tratado; há também, segundo o autor, pouco conhecimento por parte dos políticos das nuances que permeiam o protocolo. O que verificamos é que Graça Moura opta por destacar os pontos negativos

do Acordo Ortográfico. Para além de mencionar aspectos que projetam uma distinção positiva do *endogrupo* (TAJFEL, 1983).

A ameaça à identidade portuguesa pelo Acordo Ortográfico para Graça Moura e outros cronistas contrários ao tratado, resulta da aproximação da Língua Portuguesa à versão da mesma praticada no Brasil. Este tipo de posicionamento funciona como um mecanismo ideológico de argumentação. Conseguimos observar estes aspectos, por exemplo, no artigo “Angola já não é nossa”, publicado em 17 de março de 2010, em que Graça Moura destaca que Angola não pertence ao Brasil e nunca lhe pertenceu. Neste artigo o escritor menciona que Angola não tem intenção de assinar o Acordo até o mesmo ser analisado pelos órgãos competentes naquele país. Reiter (2005, p. 89) afirma que “o legado do colonialismo ainda influencia fortemente as formas pelas quais Portugal define sua pertença nacional”. O autor considera que a posição de “nação intermediária” (p. 81), na qual ocupa uma posição ambivalente na hierarquia internacional influencia para uma dupla tensão: “Por um lado, o orgulho nacional, prejudicado por comparações potencialmente humilhantes com as mais ricas e mais poderosas nações da Europa, exige a evocação do passado ‘glorioso’ de Portugal. Mas a distância em relação a alguns aspectos daquele passado também é necessária [...]. A consequência disso é uma espécie de neurose portuguesa sobre o seu passado colonial” (REITER, 2005, p. 87). Essa neurose é designada por alguns autores (vide LOURENÇO, 2004; MARTINS, 2006; e CARVALHO; CABECINHAS, 2013) como “nostalgia imperial”.

A importância que o Brasil tem neste processo do Acordo é evidenciada no artigo “O cadáver adiado” (publicado em 02 de janeiro de 2013), o qual menciona que bastou “meia dúzia” de pessoas no Brasil reclamarem para o prazo de adaptação ser ampliado e ser estabelecido que é preciso rever as regras. Em Portugal milhares de pessoas já haviam

assinado inúmeras petições contra o tratado e nada foi feito.

“Bastariam, pensava eu, o simples jogo dos princípios do Direito<sup>2</sup> num Estado que se reclama dele, a mera verificação da ocorrência ou não de determinados pressupostos, a reconhecida competência ou mesmo a simples informação da maioria dos especialistas e dos utilizadores qualificados da língua, enfim, o sentimento expressivamente maioritário da opinião pública, para travar a calamidade”. (GRAÇA MOURA, DN, 7 de março de 2012)

Conforme Teunvan Dijk (2005, p. 125), “os falantes da elite e as instituições podem restringir a compreensão dos seus discursos deste modo [pela complexidade da oração]<sup>3</sup>, controlando assim o acesso ao discurso público (...). O público pode, por exemplo, ser excluído do debate das elites e da tomada de decisões (...)”. Nesta mesma linha de pensamento, Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 25) afirma que um dos objetivos da Análise Crítica do Discurso é observar e mostrar o papel do discurso na (re)produção da dominação. Podemos observar no enunciado acima exposto que Graça Moura dá vasão e legitimidade especialmente ao discurso jurídico e oficial, caracterizado-os como opinião pública, já que a opinião das pessoas comuns não foi considerada pelas autoridades competentes. Citamos como exemplo a petição contra o Acordo Ortográfico que contou com mais de cem mil e duzentas assinaturas, referida por Graça Moura no artigo intitulado “100 201 assinaturas” em 4 de março de 2009, no *Diário de Notícias*. Graça Moura observando que a tal petição não provocou a reação esperada no governo vigente, utilizou-se de outra estratégia, dando primazia às elites do conhecimento na qual o autor se inclui. Assim, se não deram ouvidos a população que ao menos atendam aos pedidos daqueles

2 Todas as palavras sublinhadas nas citações caracterizam-se como ênfase nossa.

3 Parênteses nosso

que detêm reconhecida competência por se enquadrar entre os especialistas e usuários qualificados da língua. Graça Moura afirma:

“(...) quem ataca o AO, recorre a argumentos jurídicos e técnicos que ainda não foram refutados. Quem defende o AO sem conseguir desenvolver uma contra argumentação nesse plano faz tábua rasa dos princípios elementares do Estado de Direito, colocando-se numa posição autoritária de que o dito está em vigor “porque sim” e tem de se aplicar “porque sim”. (GRAÇA MOURA, *DN*, 07 de março de 2012)

Graça Moura, neste excerto, tenta direcionar a discussão para o plano jurídico, segundo ele inquestionável. Tais colocações também nos levam a inferir que há um reforço do poder entre as elites, seja no plano jurídico ou técnico. Na percepção de van Dijk (1993, p. 249-250), a dominação é o exercício do poder social por elites, instituições ou grupos, consequência da desigualdade social. Nesta, estão incluídas a desigualdade política, a desigualdade cultural e a desigualdade resultante da diferenciação pela classe, raça, sexo e características étnicas.

Para Graça Moura, os defensores do Acordo Ortográfico põem-se numa posição autoritária tentando sustentar o Acordo sem explicações plausíveis. Entretanto, depositar a decisão sobre o caso principalmente no plano jurídico e técnico também é, de certa forma, impositivo.

## **2.2 Lexicalização**

Nos artigos de opinião publicados por Graça Moura, sobre o Acordo Ortográfico, no *Diário de Notícias*, observamos que é travada uma espécie de luta em benefício da nação. A língua personifica o último bem

intimamente relacionado com o passado glorioso da época colonial. Apesar da mesma ter sido criada através das inúmeras influências que sofreu o “galego-português”. Este quase não se diferenciava do galego até o século XIV (FERREIRA, 2001), mas existe a crença de que a língua portuguesa surgiu em Portugal, sendo difundida por este. Assim, todos os países colonizados por Portugal devem-no tal patrimônio e, desta forma, devem ter em consideração este aspecto antes de promover/sugerir alterações a língua. Este foi sempre um dos principais entraves ao estabelecimento de um Acordo entre os países de língua portuguesa. Portugal pretendia um Acordo que preconizasse quase sempre às suas regras ortográficas, em detrimento dos outros países.

Graça Moura, influenciado pelas ideias citadas anteriormente, considera que o Acordo Ortográfico beneficia apenas o Brasil, distanciando Portugal das suas origens. Verificamos este facto pelas palavras utilizadas por si. Destacamos algumas:

“A novidade mais importante parece ser a de que, no âmbito do trabalho dessa comissão e fora dele, se verifica uma certa mobilização de professores impacientes e desesperados<sup>4</sup>, que vêm dizer de sua justiça e da sua amarga experiência. E também nos jornais, em vários registos e com vários argumentos, a luta continua.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 08 de março de 2013)

“Com o Movimento contra o Acordo Ortográfico e as bases do respectivo manifesto, a sociedade civil portuguesa revelou-se muito mais lúcida do que as luminárias de uma geoestratégia que, em matéria de língua, propende manifestamente para a obscuridade balofa.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 17 de março de 2010)

---

4

As palavras sublinhadas caracterizam-se como ênfase nossa

Vocábulos como, *mobilização, desesperados, justiça, luta, movimento e manifesto* demonstram a forma como Graça Moura lida com o assunto. Para o escritor há uma guerra em curso, e a sua posição é a de defender os interesses de Portugal. Araújo e Ferreira (2015, p. 12) falam de uma “reversão histórica de papel”. Os autores afirmam que esta expressão é vista de forma dispersa em vários discursos, do tipo mediático e/ou político e até mesmo reproduzidos na linguagem e nos discursos do senso comum transportando consigo todos os elementos de um discurso ideológico, reificado, normalizador. Seria, ao entender dos autores, uma espécie de “colonismo às avessas”. Os países que antes tiveram grande projeção mundial como colonizadores estão cada vez mais perdendo lugar frente às antigas colónias e criando uma certa “dependência” em relação a estes países no que toca a questões económicas e de vaga de imigração. “Objectivamente “reversão de papel” significa inversão de papel que é intencionalmente marcado como “histórico”, isto é, por outras palavras, de “império”, Portugal passa a “colónia” e de “velhos domínios” os países que recebem os qualificados passam a “a senhores”” (ARAÚJO; FERREIRA, 2015, p.12).

O combate, mencionado por Graça Moura, conta com a adesão da população em geral e dos profissionais que trabalham diretamente com a língua. Neste âmbito, com a intenção de desacreditar o Acordo, muitas das orações que constrói são elaboradas com expressões de elevado peso negativo. Seguem alguns exemplos:

“A questão fica assim metida numa espécie de camisa de onze varas<sup>5</sup> ou de anestesia paralisante no que toca às decisões urgentes de suspensão e revisão do Acordo que deveriam ter sido tomadas há muito tempo e não o foram, o que acarreta consequências trágicas que se avolumam à medida que

---

5 Sublinhado nosso.

os meses vão passando. Não se tem feito nada para alterar o que está a acontecer nas escolas e sobre uma situação que, ao que consta, tem sido objecto de informação mais do que abundante na comissão parlamentar.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 8 de março de 2013).

“Os partidos políticos com assento parlamentar têm vindo a pactuar, sem excepção, com esse estado de coisas. Ninguém lucra absolutamente nada com ele. Mas tudo isso redundaria apenas num simples exercício de humor de gosto discutível, se não se traduzisse numa violência quotidiana contra a língua. E o certo é que, se as coisas continuarem assim, dentro de uma geração ninguém conseguirá pronunciar correctamente a língua portuguesa tal como ela é falada deste lado do Atlântico.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 21 de Novembro 2012).

Observamos nestes dois excertos que o autor considera a situação como um caos com consequências trágicas para o país. No primeiro, destaca que a questão está inserida numa “camisa de onze varas”, ou seja, numa situação muito embaraçosa. Já no segundo enxerto declara que a situação é uma atividade de “humor de gosto discutível” e uma “violência quotidiana contra a língua”. Segundo o autor cada vez mais Portugal se distancia da verdadeira ortografia, aquela que se praticava antes do acordo, e isso deve influenciar na pronúncia das palavras. Agora a ortografia vai ficando cada vez mais incorreta. Para o autor se as coisas continuarem desta forma, dentro de uma geração ninguém conseguirá proferir corretamente a língua portuguesa da forma como é praticada deste lado do Atlântico.

Graça Moura destaca ainda nos seus artigos que o governo revela-se cada vez mais inábil, porque não toma uma posição crítica em

relação ao Acordo. No artigo intitulado “Silly season” e “silly country” designa o país como “pateta e patético”. É comum no discurso de Graça Moura a utilização de orações complexas com léxicos de difícil compreensão. Nestas o autor tenta desvalorizar ao máximo o sujeito(s) alvo do discurso.

“E sendo assim quanto à nossa língua materna, com a responsabilidade e a cumplicidade vergonhosas de governantes e de parlamentares, porque é que havemos de admirar--nos do que se passa com a Justiça? A silly Justiça é só mais uma consequência do abastardamento de tudo, a começar pelo da língua portuguesa. Em breve, seremos the silliest country, se é que já não somos.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 18 de agosto de 2010)

Como podemos observar neste fragmento do texto de Graça Moura, para impulsionar um imaginário coletivo negativo sobre o tratado, caracterizado como uma espécie de ideologia anti-Acordo, Graça Moura utiliza a estratégia de desvalorização da postura dos governantes, pelas opções tomadas em relação ao Acordo Ortográfico. A legitimidade liga-se com o “direito do sujeito de dizer ou de fazer”. Já a credibilidade com a “capacidade do sujeito de dizer e de fazer” (CHARAUDEAU, 2006, p. 67). Segundo Charaudeau, “Questionar a legitimidade é questionar o próprio direito não a pessoa; questionar a credibilidade é questionar a pessoa, uma vez que ela não apresenta provas de seu poder de dizer ou de fazer” (CHARAUDEAU, 2006, p. 67). Seguindo nesta perspectiva, temos também o artigo “100 201 assinaturas” no qual Graça Moura designa as ações do governo em favor do Acordo Ortográfico como uma “trapalhice oficial”, vejamos:

“O que é mais extraordinário ainda é que a trapalhice oficial continua a imperar nestas matérias, apesar de não se poder ignorar que a Assembleia da República, nos termos legais, terá ainda de tomar posição sobre a petição contra o Acordo Ortográfico. (...) não foi só a inexistência do vocabulário ortográfico imprescindível e exigido pelo próprio texto do Acordo como condição prévia de aplicação; não foi só a ausência total, tanto de estudos como de posições e decisões, da parte do Ministério da Educação e da sua responsável. Há agora uma série de questões práticas.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 4 de março de 2009)

Observamos que Graça Moura constrói a imagem dos governantes portugueses como “trapalhões apáticos” que ignoram todas as evidências contra a aprovação do Acordo. O discurso configura-se, assim, como bastante crítico e ácido. O autor reafirma também os argumentos que utiliza contra o Acordo: a questão de não se ter realmente um escrita unificada, já que existem muitas exceções; não foram feitos, segundo ele, estudos profundos sobre o assunto; para além de não se considerarem as opiniões dos profissionais que trabalham diretamente com a língua. Estas razões estão sempre a ser lembradas como uma forma de não as deixar cair em esquecimento.

O escritor salienta também a fraqueza do governo que não teve “coragem de respeitar as opiniões autorizadas”. Aqui, a estratégia é conseguir a adesão dos leitores descredibilizando os governos e a diplomacia portuguesa que “levaram as mãos” para o assunto.

“Faltou-lhes a coragem<sup>6</sup> de respeitar as opiniões autorizadas, a capacidade de reflectir com lucidez sobre o assunto, a vontade cívica de se informarem

---

6

Todas as palavras grifadas caracterizam-se como ênfase nossa.

em condições. Acabaram a produzir este lindo serviço, com a notável exceção do relatório Barreiras Duarte, aprovado por unanimidade na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (Abril de 2009), mas que não teve qualquer efeito prático.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 02 de Janeiro de 2013)

“A diplomacia portuguesa tem falhado sistematicamente<sup>7</sup> as suas tentativas de acelerar a ratificação de uma coisa que ela mesma não sabe muito bem explicar aos seus interlocutores aquilo que seja ou em que consiste.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 08 de maio de 2013)

A partir das construções, “faltou-lhes a coragem”, “reflectir com lucidez”, “vontade cívica”, poderíamos inferir que o autor estaria a caracterizar o governo como um “sujeito” sem audácia, confuso, pouco patriótico. Considera a diplomacia portuguesa (por meio das expressões “tem falhado sistematicamente”, “não sabe muito bem explicar”) falha e sem instrução sobre as questões que aborda. Desta forma, Graça Moura enumeraparticularidades altamente negativas para a administração e a diplomacia de um país, o que os descredibiliza o governo perante os leitores. É interessante observar que independente do governo que está no poder o autor critica a falta de destreza dos governantes no tratamento da questão.

Ao observarmos as expressões utilizadas no texto, notamos que Graça Moura sugere um conhecimento que, segundo ele, seria partilhado. Tal aspecto está relacionado com o controlo do significado. Conforme Van Dijk (2005, p. 126), “a coerência local depende dos modelos, isto é, de representações ideológicas da situação. Razões tendenciosas e causas que definem as relações no modelo podem, por conseguinte, aparecer

em semânticas locais facciosas”.

Van Dijk (2005) menciona que outra propriedade importante da semântica do discurso e da relação com modelos mentais subjacentes e, desta forma, com cognições sociais, é a implicação. Isto porque segmentos dos modelos podem ser conhecidos dos recetores, podendo assim os enunciatários (alvo do discurso) deduzirem a informação. Para o autor, estes processos podem ser ideologicamente controlados quando se sugere que um conhecimento é comum, mesmo quando não o é. Observemos os seguintes períodos construídos por Graça Moura:

“A primeira dessas questões é a da entrada em vigor do AO. Toda a gente sabe que, não tendo sido ratificado pelas Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique, ele não entrou em vigor.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 22 fevereiro de 2012)

“A evidência era gritante: se esse protocolo, soi-disant dispensador de mais de três ratificações, não tinha sido ratificado por todos os estados signatários, também não estava, nem está, em vigor na ordem jurídica internacional e muito menos nas ordens jurídicas nacionais... Agora ficou claro que este entendimento é pacífico.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 11 de abril de 2012)

Na primeira citação, o autor diz que a informação é de conhecimento de todos “toda a gente sabe”, a fim legitimar e controlar ideologicamente o discurso. Já na segunda afirmação destaca que a “evidência era gritante”, ou seja, visível aos olhos de qualquer um e o “entendimento é pacífico”.

Um discurso ideológico tende a valorizar o endogrupo omitindo

informações ou expondo de uma forma que não tenham muita importância no contexto. Já a informação desfavorável ao exogrupo será disposta de forma bastante explícita (VAN DIJK, 2005). “Os nossos erros ou crimes são descritos não só de um modo eufemístico (e atribuídos a circunstâncias fora do nosso controlo, ou atribuídos às nossas vítimas), como o são em termos mais gerais e abstractos”.

Nas afirmações a seguir, Graça Moura culpabiliza os responsáveis pelo Acordo Ortográfico em Portugal, pela falta de consciência para a situação que se instalou: duas ortografias, sendo que a correta (a antiga) e a outra, a do Acordo. A antiga, segundo o autor, só se mantém por conta da bravura de alguns colaboradores da imprensa portuguesa que se mantêm fiéis à norma antiga.

“Ninguém parece ter sequer acordado para a necessidade de uma revisão. As duas grafias coexistem, porque, felizmente, um quotidiano importante e uma grande parte dos colaboradores da imprensa lusitana se mantêm fiéis à grafia anterior e esta é, por enquanto, a única que, legalmente, pode e deve ser aplicada. Toda a gente sabe que é assim e não vale a pena repeti-lo.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 21 de novembro de 2012)

O autor considera que as autoridades ainda não acordaram para a realidade: a necessidade de uma revisão ao Acordo. Noutro artigo, Graça Moura tenta descredibilizar um texto publicado por Fernando dos Santos Neves. Este último fez um artigo designado “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico”, onde tenta desmistificar os argumentos utilizados pelos opositores do Acordo Ortográfico. Graça Moura faz um desmembrando dos aspectos apresentados por Fernando Santos Neves e satiriza todas as “teses” apresentadas pelo mesmo.

“Estas são um autêntico azorrague cairológico para, respectivamente, as motivações patrioteiras dos editores que não leram o pequeno ensaio que o autor publicou no Público em 2006; os que não vislumbram que o AO é “uma questão político-estratégica”; os que vão na “ressaca colonialista<sup>8</sup>”; os que padecem do “síndrome salazarista de Badajoz” (ao que o próprio autor não escapa inteiramente, pois fala no “Governo da Nação”)...” (GRAÇA MOURA, *DN*, 17 de agosto de 2011)

Neste artigo, Graça Moura não apenas dialoga (BAKHTIN, 1981; 1992)<sup>9</sup> com o texto “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico”, mas também como outros textos de Fernando dos Santos Neves (por exemplo o artigo “11 teses sobre a lusofonia” publicado em 5 de novembro de 2003). O artigo aqui analisado intitulado “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico” deste último autor, menciona que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa deixou de ser um problema meramente linguístico, tornando-se fundamentalmente político. Além de disso, tenta mostrar também a importância do Acordo do ponto de vista cultural e ideológico.

Num outro texto publicado pelo *siteticiberduvidas.pt*<sup>10</sup> intitulado “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: problema linguístico ou problema político”, Fernando dos Santos Neves defende o Acordo afirmando: “Obviamente com uma ortografia, mesmo se, também obviamente,

---

8 As palavras grifadas caracterizam-se como ênfase nossa.

9 Está relacionado com o mecanismo de interação com outros textos num mesmo texto. A enunciação está sempre a recorrer a outros textos para fundamentar seus posicionamentos (processo que ocorre de forma consciente ou não), ou mesmo, para promover uma reação direta ou indireta. Para Bakhtin “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.” (Bakhtin, 1992, p. 123).

10 Neves, F. (2008). Ortográfico da Língua Portuguesa: problema linguístico ou problema político. Disponível em <<http://www.ciberduvidas.pt/acordo.php?rid=1597>>. acesso em 07 mai. 2015.

plural, e com ou sem os portugueses, mas, neste último caso, para mal, vergonha e desgraça de todos os que, com o denominado síndrome salazarista de Badajoz, continuarão a dar razão às tristemente célebres atitudes e palavras do ditador “orgulhosamente só”!” O termo “síndrome salazarista de Badajoz” também aparece no texto “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico”. O autor explica que a expressão está sendo usada para “aludir ao facto de Salazar nunca ter ido, simbolicamente, além da cidade fronteiriza de Badajoz e que, também simbolicamente, traduz a estreiteza das suas vistas e visões (...)”. Já a expressão “ressaca colonialista” aparece tanto no texto de Fernando dos Santos Neves, como no artigo de Graça Moura. No texto de Fernando dos Santos Neves é utilizado para dizer que é um dos motivos, por vezes inconsciente, para o antagonismo de muitos portugueses ao Acordo Ortográfico, estes para o autor, não se apercebem o quanto agem de forma anacrónica e ultrapassada ao pensarem assim.

Graça Moura emprega estas duas expressões (“ressaca colonialista” e “síndrome salazarista de Badajoz”) com a finalidade de contestá-las. Para o autor se aqueles que não concordam com o Acordo Ortográfico padecem da “ressaca colonialista” e sofrem da “síndrome salazarista de Badajoz”, o próprio Fernando dos Santos Neves também se inclui entre essas pessoas, já que fala no Governo da Nação.

Assim, por meio da ironia e da estratégia de desqualificação do enunciador, Graça Moura monta a sua argumentação. Observe o trecho: “Acrece que o número de “onze teses” configura já um autêntico estribilho curricular, uma vez que ele também é autor de mais “Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e no Espaço Lusófono”” (GRAÇA MOURA, *DN*, 17 de agosto de 2011). É assim em todo o artigo:

“Com tanta artilharia pluriparadigmática, os “inimigos do Acordo Ortográfico” não ganharam para o susto e ainda se arrepiaram mais ao lerem que, na nona tese, o autor propõe para a CPLP “o nome mais caiológico<sup>11</sup> e menos restritivo de Comunidade Lusófona”, implicando assim que a referência à língua portuguesa na sigla é afinal redutora. (...)”. (GRAÇA MOURA, *DN*, 17 de agosto de 2011)

“A prosa do criador do epistemema primordial é um tanto ou quanto rebarbativa. Repare-se naquele fatal “Brasil, etc.” e noutros requintes estilísticos de lógica expositiva e concordância gramatical. O mais curioso é que a tese, desta vez tão cairológica-mente expendida em favor da designação da língua como “portuguesa” e figurando-se, a não ser assim, a emergência de “algum legítimo sofrimento para todos os portugueses”, contraria mui convictamente os enérgicos epistememas das quinta, sexta, sétima e oitava teses”. (GRAÇA MOURA, *DN*, 17 de agosto de 2011)

A estratégia argumentativa é realçada pela utilização de terminologias (dentre elas, “caiológico” e “epistemas”, este último vocábulo empregado por Graça Moura como “epistemema”) utilizadas por Fernando dos Santos Neves, mas empregadas por Graça Moura num estilo irónico.

Seguindo na mesma linha de pensamento de Graça Moura, a professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ex-ministra da cultura do governo de José Sócrates, Isabel Pires de Lima, no artigo “Desacordo ortográfico: pior a emenda que o soneto”-considera o Acordo Ortográfico um desastre para a língua portuguesa. Alerta para o facto de já ter chamado a atenção sobre o assunto há cinco anos e de não ter sido ouvida. Desta forma, partilha do mesmo posicio-

---

11 Sublinhados nossos.

namento anti-Acordo de Graça Moura, recorrendo a uma linguagem dramática para tratar do assunto.

“Pelo título do presente artigo, poderá o leitor adivinhar que a preocupação<sup>12</sup> de hoje é maior que a de então porque os meus receios confirmaram-se e são acompanhados da mágoa que se sente quando se chamou a atenção para os perigos antes do desastre se consumir”. (ISABEL PIRES DE LIMA, *DN*, 16 de janeiro de 2013)

Neste excerto podemos constatar esta linguagem catastrófica por meio dos léxicos escolhidos para descrever o Acordo.

“Alertei na altura para os perigos de romper a unidade ortográfica que existia no seio de todos os países da CPLP com exclusão do Brasil, se não fosse garantida - como não foi - a simultânea adesão e aplicação do Acordo por parte de todos os países. Sabemos hoje que, à exceção de Portugal, nenhum dos países da CPLP acionou o Acordo e o Brasil acaba de alargar para 2016 o prazo para o fazer entrar em vigor depois de se propor emendá-lo...” (ISABEL PIRES DE LIMA, *DN*, 16 de janeiro de 2013)

Nesta citação, a autora deixa subentendido que o Acordo foi concebido somente por conta de interesses do Brasil. Segundo Isabel Pires de Lima a unidade ortográfica entre Portugal e os países africanos (Português Europeu) e o Timor-Leste foi quebrada quando o Portugal aderiu ao Acordo. Conforme a autora até a data da publicação de seu artigo,

---

12

Todas as palavras sublinhas nesta página caracterizam-se como realçe nosso.

nenhum dos países da CPLP acionou o Acordo, entretanto, na altura o Acordo já havia sido ratificado por Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Seguindo na mesma linha de Isabel Pires de Lima, o sociólogo Mário Bacelar Begonha, no artigo “A língua e sua escrita”, publicado em 2012, afirma que estão renunciando a ortografia portuguesa a fim de evidenciar o “poder de uma ex-colónia”. Assim, podemos constatar o acionamento da memória coletiva fornecendo contributos para estabelecimento da representação social sobre o assunto.

“É que se querem abdicar de certa grafia para mostrar superioridade de ex-potência colonial e facilitar a vida (a escrita) àqueles que só sabem escrever de acordo com o som, ou melhor, com a melodia da voz, façam-no para exportação, mas conservem também no meio intelectual a forma antiga.” (MÁRIO BACELAR BEGONHA, *DN*, 15 de fevereiro de 2012)

Insiste-se também na ideia de que o Acordo Ortográfico segmenta a escrita, resultando em “três versões”: escrita do Acordo (utilizada em Portugal), português europeu (utilizado em África) e o português do Brasil. Desta forma, conforme os autores de alguns artigos, a aplicação do Acordo só traz confusão para língua e a destabiliza. Defendem de forma implícita que esse Acordo é uma apologia ao *anarquismo ortográfico*.

“Caso não se assegure tal garantia – e reproduzo as minhas palavras de há cinco anos atrás -, “poderá até acontecer um cenário perverso de fragmentação - a criação de uma unidade ortográfica entre Portugal e Brasil, com África de fora; ou mesmo o aparecimento<sup>13</sup> de três blocos, Portugal (com nova

ortografia daqui a seis anos), África mantendo a atual (europeia) e Brasil continuando com a sua. Lembro que o Brasil não mudou a sua ortografia em acordos anteriores... Nesse caso, será bem pior a emenda que o soneto. Esperemos que não!” (ISABEL PIRES DE LIMA, *DN*, 16 de janeiro de 2013)

“Desde há muitos anos que leio vários artigos sobre a questão do acordo ortográfico e, não tendo qualquer dúvida quanto à importância da língua portuguesa nas ligações com todos os aglomerados populacionais que falam português por esse mundo fora, ainda não tomei conhecimento completo da razão pela qual chegámos à situação atual de haver três ortografias possíveis.” (JOSÉ CARLOS GONÇALVES VIANA, *DN*, 01 de abril de 2013)

“Por outro lado, o que interessa, para além da questão jurídica e cultural de fundo, é uma questão política assaz bizarra. E a questão política actualmente resume-se a isto: estão a ser aplicadas não uma, mas três grafias da língua portuguesa. A correcta, em países como Angola e Moçambique, a brasileira (no Brasil) e a pateta (em Portugal e não se sabe em que outras paragens).” (GRAÇA MOURA, *DN*, 21 de novembro de 2012)

Observamos, na maior parte dos posicionamentos apresentados pelos autores, uma forte questão ideológica, influenciada principalmente pela posição social ocupada por Portugal no passado colonial e pela identidade nacional construída, tendo como base especialmente este último fator. Na terceira citação, por exemplo, observamos que Graça Moura defende que a escrita correta é a praticada por Angola e Moçambique, países que escrevem como Portugal antes de este aderir ao Acordo.

Observamos que o facto de o Brasil ser uma ex-colónia e de ser percebido como o principal interessado no Acordo algo recorrente nessas citações, significa que pode existir uma questão de fundo muito mais séria na rejeição ao Acordo. O sentimento contrário a uma espécie de neurose colonialista (REITER, 2005) – o poder do Brasil contra os interesses portugueses o que reduziria a importância de Portugal frente a sua ex-colónia e ao mundo. Trata-se de um sentimento nacionalista de defesa de certas posições descurando as vantagens políticas e/ou económicas da valorização e energização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O facto de somente alguns países da CPLP terem aderido inicialmente ao Acordo não quer dizer que não venham a aderir futuramente caso sintam que o acordo foi positivo para os países que o ratificaram.

### **2.3 Metáforas**

Uma forte marca discursiva nos textos analisados é a utilização de metáforas. No caso de Graça Moura, por exemplo, o facto de ser também escritor, pode influenciar para esta característica.

O Acordo Ortográfico é tão mal feito que nem o Brasil o aceita... Logo à nascença, já era um cadáver adiado. Com vénia de Fernando Pessoa, agora não se pode deixar que, sem a necessária revisão, ele procrie seja o que for. (GRAÇA MOURA, *DN*, 02 de janeiro de 2013)

Só resta a esperança de que então, na prateleira esquecida de um armário desconjuntado, a um canto desta terra lúgubre e deserta, algum retardatário descortine um boião de formol, contendo um ser em posição fetal, muito encarquilhado e repugnante. Mais tarde se há-de perceber que se tratava do Acordo Ortográfico. (GRAÇA MOURA, *DN*, 28 de abril de 2010)

Esta característica está relacionada com a trajetória pessoal do autor, conhecimento pessoal, informação biográfica, experiências passadas (VAN DIJK, 2005, p. 120). Assim, o facto de escrever poesia, ensaios e romances contribui para que escolha muitas vezes utilizar o artifício da metáfora. No segundo enxerto Graça Moura caracteriza o Acordo Ortográfico como um feto num boião de formol. Feto resultante de um abordo feito pela Língua Portuguesa:

“E se a ministra da Educação se distrair, enquanto Portugal fecha para obras, a língua portuguesa fecha para fazer um aborto.

No encerramento falimentar do País hão-de fazer-se ouvir as lamúrias do costume. Virão os cangalheiros, os gatos-pingados, os portadores de círios, de pendões e de estandartes, as carpideiras, os moncos caídos, os cortejos de lorpas, as coroas de flores, os dísticos de “eterna saudade”, os mirones de ademanes compassados.” (GRAÇA MOURA, *DN*, 28 de abril de 2010)

O autor considera o Acordo Ortográfico resultado de um aborto porque, para o escritor, o Acordo Ortográfico já nasceu morto. Isso por conta das incongruências jurídicas, falta de clareza das regras, a questão de apenas quatro países terem o ratificaram, bem como outros aspectos. E o facto de a presidente brasileira Dilma Roussef ter adiado o prazo de adaptação até Dezembro de 2015 reforça ainda mais essa ideia. Na mesma linha de pensamento o jornalista Pedro Correia (2013, p. 15), autor do livro *Vogais e Consoantes Politicamente Incorrectas do Acordo Ortográfico*, considera que o tratado surgiu de um parto difícil que durou anos.

Com um raciocínio semelhante ao de Graça Moura, segue o texto do engenheiro José Carlos Gonçalves intitulado “O acordo ortográfico

e o cidadão interessado”. Neste, o autor menciona que línguas como a espanhola, a francesa e a inglesa, cujos países de origem também foram impérios coloniais, sendo tais línguas utilizadas até o presente momento, não há indícios históricos de acordos ortográficos. Isto aconteceu, segundo o autor, porque houve a partir do século XIX, o desenvolvimento de editoras privadas, localizadas nos países de origem, as quais enviavam os livros que os habitantes das ex-colônias necessitavam. Tal iniciativa proporcionou que as ex-colônias continuassem a manter uma uniformidade ortográfica em relação ao seu país de origem. Algo que não se configurou em relação ao Brasil porque quando isto poderia ser instalado, as lutas travadas com as tropas napoleônicas, bem como as posteriores lutas entre liberais e absolutistas, deixaram Portugal em constante perturbação e vulnerabilidade. Assim conforme o autor:

“Não é pois de estranhar a ausência de editoras portuguesas no mercado brasileiro, como aconteceu com os países atrás indicados, razão pela qual apareceram ali várias editoras que naturalmente adotaram a língua que mais se adaptava aos condicionamentos locais. É assim se formou o “português” do Brasil.” (JOSÉ CARLOS GONÇALVES VIANA, *DM*, 01 de abril de 2013)

Temos nesta citação uma clara referência à importância de Portugal durante as grandes navegações e o imperialismo português. Uma tentativa de explicar o porquê do país não ter conseguido criar a mesma ligação que outros impérios estabeleceram com suas antigas colônias, especialmente no que diz respeito ao Brasil. Afirma José Carlos Viana:

“Os portugueses não só não foram capazes de aproveitar as enormes riquezas herdadas de D. João II mas também não conseguiram concretizar as ini-

ciativas empresariais que lhes possibilitariam agora não ser preciso um acordo ortográfico praticamente impossível a menos que seja de acordo com o Brasil. E isto pouco tem a ver com o Governo, pois trata-se essencialmente de uma questão da sociedade civil e em particular da nossa iniciativa empresarial, tradicionalmente fraca e muito encostada aos apoios do Estado” (JOSÉ CARLOS GONÇALVES VIANA, *DN*, 01 de abril de 2013)

Conseguimos estabelecer nas citações acima citadas uma nítida relação com a teoria da “nostalgia imperial” (LOURENÇO, 2004; MARTINS, 2006). Observamos através do discurso de José Carlos Viana uma tentativa de explicar a perda de influência de Portugal em relação à língua portuguesa no Brasil, e o motivo por este país manter-se rebelde em relação à língua. Segundo o autor, esta questão deriva de há muitos anos. Portugal foi invadido pelas tropas napoleónicas e não conseguiu manter os olhos sobre o Brasil.

Sabe-se também que o Brasil sempre quis cortar o “cordão umbilical” com Portugal e o poderia fazer especialmente pela língua e pela ortografia. Desta forma, foi recusando todos os acordos ortográficos e se distanciando cada vez mais deste país. Por exemplo, José Luiz Fiorin (2009, p. 9) afirma que após a independência de Portugal, houve um momento em que foi necessário o Brasil consolidar-se como uma nação e para isso seria preciso mostrar a sua identidade linguística e, desta forma, a diferença entre o português falado no país colonizador e o português brasileiro. “No entanto, falávamos (como falamos ainda) português. Contudo, era necessário demarcar a diferença da língua falada no Brasil. Falava-se português sim, mas um português diferente. O guarani mostra, além da fundação da nacionalidade, a identidade da língua falada no Brasil (...)” (idem). Assim, de acordo com o autor, analisando as ideias

de José de Alencar, na obra “O guarani”, “a identidade da língua falada no Brasil é correlata à do homem brasileiro, cuja origem o romance descreveu. Não se trata do português tal como é falado em Portugal, mas de um português modificado pela natureza brasileira” (FIORIN, 2009, p. 10). Neste sentido, afirma Fiorin “a língua falada no novo país é um reflexo, na pronúncia, na sintaxe e no léxico, das suavidades e asperezas da natureza da América” (idem).

O padre e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Anselmo Borges, fala no seu artigo “O Acordo Ortográfico: inútil e prejudicial” sobre o papel da escola e dos professores na formação dos alunos. Menciona ser favorável a uma formação holística, mas considera que o português e a matemática têm um papel imprescindível e é neste âmbito que entra a discussão acerca do Acordo. Questiona assim para que serviria um acordo que traz mais exceções que regras, que ainda não foi ratificado por Angola e Moçambique. Se antes as pessoas já davam imensos erros, agora é que a situação irá piorar. Podemos verificar um possível posicionamento que liga a teoria da “nostalgia imperial” nas palavras do autor quando utiliza a fala do *Jornal de Angola* (jornal oficioso do regime angolano) que diz:

“não queremos destruir essa preciosidade (a língua portuguesa) que herdámos inteira e sem mácula” e: “se queremos que o português seja uma língua de trabalho na ONU, devemos, antes de mais, respeitar a sua matriz e não pô-la a reboque do difícil comércio das palavras. Há coisas na vida que não podem ser submetidas aos negócios”. (ANSELMO BORGES, *DN*, 14 de abril de 2012)

Neste caso, o autor utiliza as palavras de outrem para ratificar

as suas opiniões, por meio da estratégia do discurso autorizado. Aqui a referência dos próprios angolanos à matriz portuguesa da língua reforça uma nostalgia portuguesa em relação ao passado. Traz à tona também os requícios de uma dominação que não se encerrou por completo no imaginário angolano.

## 2.4 Nível da descrição

Conforme Teun Van Dijk, o nível de descrição e o grau de especificidade de um discurso ou do fragmento de um discurso pode exercer importantes funções ideológicas. Podem-se mencionar pormenores irrelevantes de uma narrativa, tendendo a transmitir estereótipos ou preconceitos como doutrinas ideológicas (VAN DIJK, 2005, p. 174).

Editoriais e artigos de opinião, por exemplo, “não pertencem a um género propenso a exhibir pormenores a um nível concreto e detalhado. Pelo contrário, os aspectos semânticos típicos dos artigos de opinião são, nomeadamente, raciocínios abstractos e descrições sumárias de acontecimentos relatados de forma mais pormenorizada em notícias e artigos de fundo” (idem). Observemos a seguir uma citação do Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Anselmo Borges, sobre esta questão.

E é aqui que se coloca a questão do Acordo Ortográfico. Para que serve? Unificar a ortografia? São tantas as excepções que não se vê unificação! E a Inglaterra preocupa-se com a unificação do inglês? (...). (ANSELMO BORGES, *DN*, 14 de abril de 2012)

Nesta citação, o autor contesta a necessidade de um Acordo Ortográfico e questiona “*E a Inglaterra preocupa-se com a unificação do inglês?*”.

Qual é a importância de se questionar se este país tem esta preocupação ou não? Principalmente porque as diferenças ortográficas presentes no inglês dos EUA e da Inglaterra não são consideradas erros, e sim variantes, o que não ocorre com o português. De forma implícita, o autor demonstra a importância que ainda se dá a Inglaterra na atualidade

## **2.5 Tipos de argumento - argumentos baseados na estrutura do real**

Observamos que o tipo de argumentação mais utilizada pelos autores analisados designa-se “Argumentos Baseados na estrutura do Real”. Perelman (1993, p. 97) afirma que esta tipologia pode ser constituída “desde que haja elementos do real associados uns aos outros numa ligação reconhecida (...)”.

Há duas formas diferentes, conforme Perelman, de construir esse tipo de argumentação: ligações de sucessão e ligações de coexistência. Na primeira, encontra-se fenómenos de nível idêntico que se relacionam. Já na segunda forma, a argumentação se sustenta em termos de nível desigual.

A partir do excerto abaixo, podemos observar que há uma ligação de causa entre os fenómenos. Neste caso específico, Graça Moura salienta os efeitos da discussão a respeito do Acordo já se arrastar há tanto tempo:

“É de notar que a situação se arrasta penosamente desde há não sei quantos anos, tendo variado numa escala que vai percorrendo todos os graus imagináveis, do triunfalismo irresponsável ao mutismo embaraçado” (GRAÇA MOURA, *DN*, 08 de maio de 2013)

Na sequência do tipo de argumentação que expomos anteriormente Graça Moura menciona:

“Se o tivessem feito, teriam percebido sem grande convulsão cerebral por que razões até o Brasil recusa o dito na sua forma presente, de tão mau que o papel é, e ficavam também a saber que o adiamento veio culminar um processo de protestos consecutivos da sociedade civil brasileira reclamando toda uma série de alterações às normas nele contidas”. (GRAÇA MOURA, *DN*, 16 janeiro de 2013)

Neste sentido, Graça Moura argumenta que mesmo o Brasil que supostamente mais beneficiou do Acordo, manifesta-se contrário às regras, tendo em conta a sua má constituição.

Baseado também em argumentos jurídicos, os professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, José de Faria Costa e Francisco Ferreira, afirmam que o Acordo Ortográfico foi feito ferindo alguns princípios para um tratado internacional. “De entre eles, o da inalterabilidade do texto (art. 10.º da CV) e o do dever geral de boa-fé (art. 18º da CV), traduzindo-se este último num dever de abstenção dos actos que atendem contra o objecto ou fim da convenção” (JOSÉ DE FARIA COSTA; FRANCISCO FERREIRA, *DN*, 13 de fevereiro de 2012). Tal como Graça Moura, os professores José de Faria Costa e Francisco Ferreira insistem também no facto de que, para estar em vigor, todos os membros da CPLP deveriam ter ratificado o tratado, o que não aconteceu.

“Por força do art. 8.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, a vigência internacional de um tratado é condição da sua vigência interna. Ora,

no plano internacional, um tratado entra em vigor logo que o consentimento a ficar vinculado por ele (através do acto de ratificação) seja manifestado por todos os Estados que hajam intervindo na respectiva negociação (cfr. art. 24.º, n.º 2 da Convenção de Viena Sobre o Direito dos Tratados, de 1969 - CV). Admite-se, é certo, no n.º 1 da mesma disposição, a possibilidade de as partes convirem numa solução diversa, designadamente a da entrada em vigor da convenção internacional em causa no momento em que se atinja um determinado número de ratificações. Sucede, todavia, que tal solução, apresentando-se como perfeitamente concebível para tratados multilaterais gerais, não parece feita à feição de tratados com um número limitado de partes... E, muito em particular, de um tratado com as especificidades do AO, em que claramente se sobrepuja o imperativo de que ele constitua uma totalidade solidária... (...)” (JOSÉ DE FARIA COSTA; FRANCISCO FERREIRA, *DN*, 13 de fevereiro de 2012)

O sociólogo Mário Bacelar Begonha, por meio do mesmo tipo de argumentação, afirma que escrever conforme o Acordo é um retrocesso. Isso porque o que antigamente era considerado errado agora não o será mais. Destaca o autor:

“Para todos aqueles que foram obrigados a dividir “orações” n’Os Lusíadas como foram todas as gerações da primeira metade do séc. XX (...), vemo-nos, neste momento, confrontados, e “obrigados” (?), a escrever de uma forma “errada” no passado, e pela qual fomos severamente castigados. “Querem” (?) agora que escrevamos cometendo os erros pelos quais fomos castigados no passado, e querem que o façamos sem violentarmos as nossas consciências.” (Mário BACELAR BEGONHA, *DN*, 15 de fevereiro de 2012)

Para enfatizar o seu posicionamento, utiliza léxicos com uma forte carga emotiva e densa, como podemos observar nos termos em destaque. Recorre para o facto de escrever conforme o Acordo Ortográfico seria violentar a sua consciência. Também utiliza o argumento da perda de identidade:

Descaracterizar a cultura através da “linguagem” escrita que passa a ser diferente pode levar também a abdicar da gravata e do casaco, quando se vai à opera ao S. Carlos... E por que não? Ou aí já acham mal? É que na Praia do Meco já tomam banho sem roupa...mas ainda não é obrigatório lá ir... (MÁRIO BACELAR BEGONHA, *DN*, 15 de fevereiro de 2012)

Conforme o autor, abdicar da escrita é uma forma de renúncia a própria cultura. O Acordo contribui, na opinião do autor, para escrever com erros, como no passado, e “emagrecer” a cultura portuguesa por meio da língua. Podemos observar que os argumentos utilizados pelos autores acima traduzem um modelo mental baseado na identidade nacional, mas também na cognição pessoal pela pertença a(os) grupo(s), bem como à sua biografia.

O provedor do leitor do *DN*, Oscar Mascarenhas, escreve um artigo no qual expõe as opiniões dos leitores do jornal acerca do Acordo Ortográfico. Primeiramente, destaca a revolta de um leitor que solicitou o cancelamento da sua assinatura por saber que o jornal aderira ao Acordo Ortográfico. “O leitor despedia-se do *DN*, deixando de o ter até que o Acordo Ortográfico de 1990 seja extinto” (OSCAR MASCARENHAS, *DN*, 02 de janeiro de 2012). Já uma leitora favorável à reforma, questiona o porquê da maioria dos colonistas do jornal não terem ade-

rindo à reforma se no *Diário de Notícias* já estava em vigor. “(...) Podem as instituições ou indivíduos não aderir a uma legislação nacional se esta não lhes agrada?” (OSCAR MASCARENHAS, citando. Leitora do *DN*, 21 de janeiro de 2012). O provedor do leitor apresenta alguns dos argumentos contrários que já ouviu:

“Tenho assistido sem grande vibração, diga-se à troca de opiniões mais ou menos acaloradas, mas ou menos profundos sobre a questão do Acordo Ortográfico. Descaracterização da Língua, submissão ao Brasilês, com tudo se argumenta, até com o “matriotismo” obstinado do “foi assim que me ensinou a minha santa professora da escola primária””. (OSCAR MASCARENHAS, citando Leitora do *DN*, 21 de janeiro de 2012)

Depois, Oscar Mascarenhas escolhe este último argumento para descaracterizá-lo, afirmando que tal alegação é bastante fraca, tendo em vista que há muito tempo já se trai as professoras primárias quando se aceita uma ou outra reforma ortográfica. O texto do provedor do leitor do *DN* pede que haja uma coerência da parte do jornal, o qual deve seguir uma única norma ou a do Acordo, ou voltar à escrita antiga. É preciso, segundo o mesmo, dar alguma satisfação aos leitores. O que o autor pretende é que o jornal tome uma posição em relação ao assunto. Se continua ou não com o Acordo. Na construção de sua análise o autor optou por fazer uma descrição detalhada dos factos, a fim de contextualizar bem a situação em que se encontra. Mesmo expondo argumentos favoráveis e contrários à reforma e estabelecendo críticas a alguns dos argumentos contrários, observamos a sua tomada de posição quando diz “O atual Acordo segue a mesma lógica do outro - o de pantufas - só que é mais fonético, por assim dizer, escrevendo-se as palavras como são

pronunciadas. A escrita fica por vezes parecida com a dos Patos Donalds da nossa infância? Que mal tem? Até dá saudades, bem vistas as coisas” (idem). Assim, afirma que o Acordo segue a mesma lógica do outro de “pantufas” e que a escrita fica parecida com a do Pato Donalds manifestando explicitamente o seu posicionamento contrário.

No artigo “Aristocracia ortográfica”, o autor João César das Neves, Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa, tenta eximir-se da tomada de posição sobre o tema. Para isso expõe os argumentos favoráveis e contrários da questão tentando desmistificá-los. Enfatiza o autor:

“No que toca às partes em confronto, vejo erros dos dois lados. Os que tomam o novo Acordo como atentado à cultura nacional esquecem que a nossa escrita não é a de Gil Vicente, nem sequer de Eça. O que hoje usamos vem do Formulário Ortográfico de 1911, resultado da ânsia legalista da Primeira República, cuja arrogância ingénua aspirava a regulamentar tudo. (...)”. (JOÃO CÉSAR DAS NEVES, *DN*, 27 fevereiro 2012)

“Os que apregoam a nova regulamentação como indispensável exageram o significado de pequenos detalhes. Existem importantes diferenças regionais em todas as línguas dominantes, sem que tal prejudique a sua influência. Basta abrir o Thesaurus do editor Word para ver 21 alternativas de Spanish, 16 de English, seis de French e duas de Portuguese convivendo pacificamente”. (JOÃO CÉSAR DAS NEVES, *DN*, 27 fevereiro de 2012)

Assim, para João Neves os dois lados que se digladiam possuem equívocos. Da mesma maneira que afirma ser a escrita de hoje muito distante da escrita de Gil Vicente, criticando os opositores do Acordo, tam-

bém diz que lhe custa “escrever com erros”. Observamos aqui o que Van Dijk (2005) caracteriza como *movimentos semânticos locais*, apresentar-se a outrem em termos positivos, a fim de resguardar as aparências, persuadir alguém ou proteger-se. Para completar o conflito de ideias apresentadas, afirma: “Em toda a questão, tenho uma única ideia clara. O projecto de regulamentação legal da ortografia é, em si mesmo, manifestação de um dos traços mais fortes da nossa cultura.” (JOÃO CÉSAR DAS NEVES, *DN*, 27 fevereiro 2012).

No decorrer do texto, João Neves descreve o país como culturalmente aristocrata. Normalmente, apenas as elites, especialistas em leis e políticos detêm confiança. Para o autor, há uma nítida desconfiança da “gente comum”, de mercado e forças sociais livres. Segundo João Neves, tanto a direita quanto a esquerda são oligárquicas. “(...) Ambas consideram o povo incapaz, necessitando de orientação. O próprio povo está de acordo, ansiando por chefes salvadores ou acusando os líderes de todo o mal” (JOÃO CÉSAR DAS NEVES, *DN*, 27 fevereiro 2012). Considera o autor que o projeto de regulamentação do Acordo é uma manifestação dessa característica aristocrática de Portugal. “Não seríamos portugueses se não gastássemos tempo e recursos numa discussão deste tipo. Apesar de alterarem a escrita, são os defensores das novas regras ortográficas quem realmente manifesta o fundo da nossa tradição. Este aspecto merece atenção, até por se relacionar com a origem da crise económica”. (idem).

Segundo o colunista, “A ideia espantosa de a escrita, manifestação por excelência da vida de um povo, ser negociada por academias e imposta por lei só poderia surgir num país de atitude aristocrata, hoje como na Primeira República” (JOÃO CÉSAR DAS NEVES, *DN*, 27 fevereiro 2012). Podemos, a partir destas colocações, incluir o Brasil que como, numa espécie de herança aristocrata, procedeu da mesma forma impondo as novas regras ao povo.

Para João Neves, a solução passaria por catalogar e classificar as diversas ortografias como formas variantes e admissíveis de uma língua dinâmica.

Ao contrário do que observamos na *Folha de São Paulo*, em que ainda aparecem alguns artigos favoráveis ao Acordo Ortográfico, no *Diário de Notícias*, no período analisado, apenas um colonista se manifestou claramente favorável à reforma. O autor em questão é o Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, Jorge Bacelar Gouveia. O facto de pertencer a uma Instituição ligada à Língua Portuguesa no âmbito deontológico, ou seja, a trajetória pessoal do colunista pode ter influenciado não somente no seu posicionamento, como também os argumentos que utiliza. Jorge Bacelar põe em causa no artigo “O Acordo Ortográfico é inconstitucional?” a alegação de Graça Moura de que o Acordo Ortográfico não está e nem poderá vigorar enquanto todos os países pertencentes a CPLP assinarem o tratado. Tendo em conta que segundo alguns autores (exemplo, GRAÇA MOURA, *DN*, 11 de abril de 2012; e JOSÉ DE FARIA; FERREIRA ALMEIDA, *DN*, 13 de fevereiro de 2012) este é um dos principais requisitos para a elaboração de um tratado internacional. Jorge Bacelar desconsidera tal argumento alegando que “se trata de um conjunto de normas sem sanção, aquilo que os romanos designam por *lex imperfecta* a sua violação não acarreta penalidades, ainda que seja uma orientação normativa que deva ser seguida” (JORGE BACELAR GOUVEIA, *DN*, 8 fevereiro de 2012).

O autor utiliza argumentos baseados na estrutura do real, ou seja, em factos, neste caso, a designação desta norma jurídica para celebração de tratados. Desta forma, é possível comprovar os pressupostos os quais defende. Assim, Jorge Bacelar relativiza o principal argumento jurídico utilizado por vários outros autores analisados e destaca que estão a dramatizar muito a questão.

Expomos neste capítulo uma análise a 30 artigos de opinião publicados no jornal *Diário de Notícias* de janeiro de 2009 a julho de 2013. Observamos que os colunistas são explicitamente contra o Acordo Ortográfico (com exceção de um que se manifestou favorável). Parece haver uma espécie de ressentimento pelo facto de o Brasil ser considerado líder no processo de negociação do tratado. Os autores dos artigos analisados consideram que os portugueses estão a abdicar da ortografia “correta” em favor de uma ex-colónia. Da mesma forma que nos grupos focais, o Acordo é percebido como uma ameaça a identidade portuguesa. A seguir apresentamos a análise dos artigos de opinião dos cronistas brasileiros do jornal *Folha de São Paulo*.

### **3. Análise de Discurso Crítica a Folha de São Paulo**

Analisamos 20 artigos publicados no *Jornal Folha de São Paulo*, referentes ao período de janeiro de 2009 a julho de 2013. Como mencionámos anteriormente, não analisamos todos os artigos de opinião deste período, utilizamos somente aqueles que faziam alusão direta ao Acordo Ortográfico de forma mais analítica e pouco descritiva.

Verificamos, neste contexto, que Pasquale Cipro Neto aparece com mais contribuições em relação aos outros colunistas, cinco textos, e Arnaldo Nisker vem em seguida com três. No total de 20 artigos analisados, catorze são contrários ao Acordo e seis são favoráveis ao mesmo. Tal como em Portugal observámos a predominância de artigos contrários ao Acordo Ortográfico. Os textos de Pasquale Cipro Neto são caracterizados por uma escrita acessível e simples. O modelo mental (VAN DIJK, 2006) construído pelo autor foi baseado principalmente no facto de ser professor de Língua Portuguesa, o que influenciou na forma como o texto foi organizado. O autor está sempre a tentar desmistificar as regras do Acordo e ao mesmo tempo criticá-las. É um grande opositor da reforma.

Costuma utilizar uma argumentação baseada na estrutura do real, recorre também a questões jurídicas.

### **3.1 Modelos mentais**

A partir da observação da produção, compreensão textual (conceção sobre tema), as implicações, a natureza social, avaliação (juízo de valor) e a conseqüente representação social a respeito do Acordo Ortográfico, elaboramos o que consideramos ser o modelo de Pasquale Cipro Neto. O colunista constrói o seu modelo, especialmente, pela crítica às atitudes do governo em relação ao processo de ratificação e entrada em vigor do tratado, bem como a censura às regras concebidas pelo mesmo.

Com o decreto de Lula, as editoras correram para publicar livros que pudessem receber o selo “Conforme o Acordo Ortográfico”. Pois era aí que estava o nó da grande lambança. Impreciso em muitos itens, o texto do “(Des)Acordo” --um verdadeiro horror-- pôs em maus lençóis os profissionais das editoras. Foram muitas as interpretações opostas de alguns dos itens da peça oficial. (PASQUALE CIPRO NETO, *Folha de São Paulo*, 29 de Dezembro de 2012)

Pasquale Cripo Neto considera que o Acordo foi elaborado sem um grande rigor apresentando inúmeras incongruências e erros, conseqüência também da pressa pela ratificação e entrada em vigor. A implicação dessa falta de harmonia é, segundo o colunista, a aparência de um trabalho improvisado e caracterizado por interesses ocultos.

No que concerne à natureza social e, de forma específica, à pertença ao(s) grupo(s), notamos principalmente a influência do facto de ser professor de língua portuguesa. Tal aspecto impulsiona-o a estar sempre

a fazer críticas às regras implementadas pelo Acordo, como algo que o incomoda, mas também pelas implicações socioculturais que as mudanças podem provocar.

Desta forma, a análise global das perceções de Pasquale sobre o tema é que o tratado é uma grande confusão, sem rigor e feito à pressa, com uma finalidade pouco clara e com a aparência de que a língua seria o último item da lista de prioridades, tendo os interesses económicos os primeiros lugares.

A conceção e representação da realidade por meio de avaliações e valorações sobre eventos, atores sociais e grupos atuam de forma significativa no processo de construção dos modelos sociais. No caso de Cássio Schubsky estes aspetos manifestam-se não somente pela crítica ao evento em si (Acordo Ortográfico) como também pelo próprio sentido dado a língua. Para o colunista, o português é uma “língua morta” que se renova. Para caracterizar tal aspecto Schubsky personifica a língua por meio de uma *prosopopeia*<sup>14</sup> mencionando que os acordos servem apenas para agitar a “vidinha” monótona da língua portuguesa e perturbar as pessoas.

Na verdade, nosso idioma é uma língua morta, que vai renascendo a cada passo. Um monte de palavras fica no limbo -abandonados vocábulos, perdidos nas páginas empoeiradas dos alfarrábios. E surgem expressões novas, que caem no gosto popular, a partir de certos círculos linguísticos, ganham a simpatia geral e morrem de cansaço, digo, de tanto uso. Depois, ressurgem de novo, para, ao cabo, voltar à tumba lexical. Enfim, para alguns, a língua é viva e renasce das cinzas. (...) (CÁSSIO SCHUBSKY, *Folha de São Paulo*, 01 de janeiro de 2010)

---

14 Figura de linguagem também conhecida como personificação consiste em atribuir a seres inanimados características, sentimentos e ações de seres humanos (Infopédia (2003-2015). “Prosopopeia” Porto: Porto Editora. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$prosopopeia-\(retoria\)](http://www.infopedia.pt/$prosopopeia-(retoria))>. Acesso em 15 de mar. 2015.

A experiência pessoal e a biografia do enunciador, bem como a sua pertença a(o)s grupo(s) influencia fortemente no posicionamento, como já foi mencionado. Desta forma, um Acordo que preconize mudanças em regras ortográficas, que implique a saída da zona de conforto e suscite a retirada de alguns minutos ou horas para rever as regras e apreendê-las no dia-a-dia, já é complicado para quem não se preocupa muito com isso. E no caso de quem precisa saber o mais rápido possível para se manter atualizado para realizar o seu trabalho de forma mais eficaz, pode levar a uma postura dura contra a mudança.

O modelo de Antonio Delfim Netto centra-se, principalmente, na estrutura governamental ultrapassando, inclusive, o governo vigente. A representação social que faz da administração estatal é baseada na falta de compromisso com execução das obras que se compromete, levando a uma verdadeira máquina de desperdício de dinheiro público. O autor considera o Acordo comparável com a execução de obras, como: construção de pontes, portos, usinas térmicas ou hidrelétricas, os quais demoram muitos mais anos que os definidos inicialmente para as suas edificações. Antonio Delfim Netto considera também que deveriam ter sido outros atores sociais ou os membros das academias de letras a assumir a tarefa da elaboração de um Acordo. Neste caso, instituições sociais que têm um maior respaldo e competência literária para tratar desses assuntos.

O que desejo é chamar a atenção para o que ocorre quando os governos (do Brasil e de Portugal) são estimulados a “meter a mão” numa tarefa que deveria ser deixada às respectivas academias de letras. (...).

Como era de esperar, tudo isso era só encenação e conversa! Em setembro de 2008 (como nada tinha

acontecido), o então presidente Lula assinou um decreto determinando que em 1º/1/2009 o acordo começaria a funcionar e que em 31/12/2012 as duas grafias seriam uniformizadas. Gastou-se um rio de dinheiro público (...). Produziu-se apenas uma enorme confusão e uma bem-vinda barreira de críticas pertinentes. (ANTONIO DELFIM NETTO, *Folha de São Paulo*, 06 e fevereiro de 2013)

Considerando o exposto acima, Antonio Delfim Netto pondera que há uma teatralização das atitudes e das ações empreitadas pelo governo em relação ao assunto. Segundo o jornalista, definiu-se uma coisa e fez-se outra. Assim, as representações sociais ligadas ao modelo mental construído definem o governo e as instituições sociais, ligadas a implementação do tratado, como incongruentes com seus preceitos e desleais com a sociedade.

Por outro lado, a partir de um modelo contextual baseado em aspectos históricos e culturais, a professora emérita da Universidade do Estado de São Paulo, Maria Helena Neves, menciona que no quadro atual de globalização e ampliação do universo da língua oficial portuguesa, o Brasil parece ser o que foge a regra. Isso tendo que conta que a maior parte dos países que compõe a CPLP rege-se pela norma portuguesa (Português Europeu).

“Ora, todos eles, até agora, se regem pela fixação ortográfica de Portugal, o que compõe um cenário estranho, que coloca o Brasil numa situação oficializada de ortografia discrepante daquela dos demais componentes do bloco de países de língua oficial portuguesa. Aí está montada, afinal, a situação incontestável da conveniência de um acordo ortográfico para esse concerto de nações de mesma língua”. (MARIA HELENA DE M. NEVES, *Folha de São Paulo*, 04 de janeiro de 2009)

Na mesma linha da professora Maria Helena Neves, o escritor português João Pereira Coutinho constrói um modelo de natureza social em que prevalece a pertença a(os) grupo(s) e à sua biografia. Desta forma, partilha em seu texto as ideias do escritor Pedro Correia, autor de “Vogais e Consoantes Politicamente Incorretas do Acordo Ortográfico”. “(...) é imperdível porque Pedro Correia narra, com estilo intocável e humor que baste, como foi possível parir semelhante aberração” (JOÃO PEREIRA COUTINHO, *Folha de São Paulo*, 04 de junho de 2013).

O modelo formado por Coutinho, implicitamente, tem raízes, sobretudo, na valorização do passado colonial. Tais aspectos ficam alocados no imaginário português e influenciam fortemente na ideologia nacionalista e na conceção de cultura. E, de forma explícita aparecem algumas vezes no discurso sobre o Acordo Ortográfico. Aspectos que transmitidos por um enunciador dotado de uma certa credibilidade legitimam o imaginário português sobre o assunto. Por isso, Coutinho afirma dividir a opinião sobre o Acordo com Pedro Correia: “Felizmente, não estou sozinho nestas observações: Pedro Correia acaba de publicar em Portugal ‘Vogais e Consoantes Politicamente Incorrectas do Acordo Ortográfico’ (...). Atenção, editores brasileiros: o livro é imperdível.” (JOÃO PEREIRA COUTINHO, *Folha de São Paulo*, 4 de junho de 2013)

No caso dos autores favoráveis ao tratado, podemos citar por exemplo Evanildo Bechara. O modelo concebido por este autor acerca do Acordo baseia-se especialmente na formação profissional, mas também nos argumentos utilizados pelos linguistas ligados à elaboração do Acordo. A instituição a que pertence, responsável pela elaboração do Vocabulário Ortográfico de Língua Portuguesa (VOLP), tem bastante influência na divulgação e solidificação dos argumentos oficiais, os quais são utilizados pelo autor, são eles: defesa da unidade da língua; inter-

câmbio cultural; aumento do mercado editorial; estabelecimento de laços comuns; prevaecimento da unidade cultural dos países; ampliação do espaço da política do idioma; aproximação entre os países.

Com o Acordo, amplia-se significativamente o mercado consumidor de livros e periódicos, com a mobilização de leitores em todo o universo da Lusofonia. Mesmo diante da necessária e urgente superação de espaços de mútuo desconhecimento. A edição de livros, com especial reflexo positivo no âmbito da literatura, ganhará maior agilização e implicará redução de custos. (EVANILDO BECHARA, *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 2012)

No campo linguístico, amplia-se o espaço de uma política do idioma que aproxime ainda mais os países. Na direção da preservação da língua comum, em especial diante de ameaças glotofágicas globalizantes, respeitadas as diversas normas paritárias nacionais. A propósito, torna-se fundamental o trabalho de caracterização de tais normas, felizmente em processo. Há que considerar, nessa direção, que se trata da uniformização da grafia e não da língua portuguesa. (EVANILDO BECHARA, *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 2012)

A partir do que vimos nestes excertos e do que já comentamos, consideramos que a ideologia do endogrupo (Academia Brasileira de Letras - ABL) contribui bastante para a valorização dos aspectos ligados ao Acordo pelo autor. Desta forma, as construções mentais elaboradas neste contexto da instituição social, partindo de diferentes elementos como a formação profissional, as discussões levantadas na ABL, as funções desenvolvidas nesta instituição, o trabalho executado neste âmbito a respeito

do Acordo, os membros da Academia, bem como outros aspectos, inseridos numa situação social específica (a elaboração e divulgação do Acordo Ortográfico) são importantes para a produção discursiva do autor.

Outro cronista favorável ao tratado é Arnaldo Niskier. Segundo este autor, sendo a CPLP composta de vários países, cuja língua oficial é o português, constituindo um gigantesco mapa de falantes, a unificação ortográfica seria um ponto de convergência ainda maior entre esses países. O modelo formulado por Niskier compõe-se num contexto formado pela Lusofonia, CPLP e pela língua portuguesa. Partindo de tais aspectos, o autor considera que haveria um enriquecimento cultural e linguístico entre os países da comunidade lusófona.

A ideologia vigente é a do progresso pela língua, crescimento caracterizado pelo fortalecimento do português como língua de trabalho nos organismos da ONU. Observa-se também um certo ressentimento pelo facto de no passado o Brasil não ter tido voz no assunto e agora pelo grande desenvolvimento mostrado encontrou destaque no processo de elaboração das regras do Acordo.

“Se o português for unificado, como acontece com o francês e o inglês, certamente ganhará pontos a tese da sua presença como língua oficial nos organismos da ONU – o que hoje é impossível dadas as diferenças de grafia nas oito nações lusófonas (aí já incluído o Timor Leste)”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 11 de março de 2009)

Para o autor a maior parte da população brasileira aceita e adota o Acordo de bom grado, o que não se verifica. Verificamos também neste excerto que o autor expõe um argumento permeado de equívocos tendo em vista que o inglês e o francês não se configuram línguas de grafia unificada. O autor menciona ainda:

“Em 1911, quando se pensou pela primeira vez no assunto, escreveu-se muito a respeito, mas a decisão foi unilateral: fez-se o que foi determinado pelo governo português. Ninguém “deu bola” para a posição brasileira, então uma nação bastante atrasada e com altíssimo índice de analfabetos.

Hoje, temos um grande peso específico na matéria, pois somos 190 milhões de falantes, quase 20 vezes a soma de todos os demais países da comunidade de língua portuguesa. Parece, no entanto, impossível o entendimento. Demonstramos uma grande boa vontade, não ocorrendo o mesmo por parte dos parceiros”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 11 de março de 2009)

Por meio de alguns pressupostos e subentendidos observa-se na citação acima que há uma ideologia de valorização e reforço do poderio internacional brasileiro. Podemos notar tal aspecto, quando o autor menciona que antes (1911) ninguém ligava para um “país atrasado” e com altíssimo índice de analfabetos e, atualmente, esta mesma nação tem um grande peso na matéria por possuir 20 vezes mais falantes de língua portuguesa que todo o restante da CPLP.

Já o modelo elaborado por José Luiz Fiorin é baseado na sua trajetória como professor de linguística da USP, pelo trabalho realizado no Ministério da Educação (MEC) como membro da Comissão da Língua, pela identidade política do grupo(s) a que pertence e pelos atores sociais envolvidos no processo.

O português é a única língua com estatuto de idioma oficial em vários países que tem duas ortografias reguladas por lei: uma utilizada no Brasil e outra,

em Portugal e nos demais países lusófonos. (JOSÉ LUIZ FIORIN, Folha de São Paulo, 1 de janeiro de 2009)

(...) A língua, além da função comunicativa, tem funções simbólicas: representa a nação, é instrumento de resistência contra a dominação estrangeira, etc. Como diz um de seus considerandos, o acordo “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua”. É nesse contexto que deve ser visto, em seu valor simbólico. Visa a afirmar, por meio da unificação ortográfica, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da CPLP. (JOSÉ LUIZ FIORIN, *Folha de São Paulo*, 1 de janeiro de 2009)

Primeiramente podemos observar que este texto foi publicado no primeiro dia do prazo de adaptação no Brasil por este motivo o texto serve como uma espécie de propaganda do Acordo. Depois, pelo facto de ter relações diretas com a comissão da língua do Ministério da Educação, e ligar-se ao processo de elaboração e divulgação do Acordo Ortográfico, é uma das vozes oficiais sobre o assunto. A fim de dar maior credibilidade e validar as suas afirmações, Fiorin envereda pelo lado do simbolismo emotivo da questão, como podemos observar no segundo enxerto.

Desta forma, o autor tenta no seu discurso apresentar os aspectos relevantes da questão, as vantagens do mesmo e contesta os argumentos contrários tentando desmistificá-los.

Pontos importantes e intrinsecamente relacionados com a construção dos modelos são os contextos. É importante, neste âmbito, observar a ligação entre o texto e o contexto no processo de construção do

discurso a respeito do Acordo. Os léxicos escolhidos, os tópicos, os movimentos semânticos que ocorrem no discurso, bem como outros aspectos de extrema importância no processo de composição das representações mentais do autor e o reflexo que tais modelos têm na construção de outros modelos mentais pelos leitores/co-enunciadores do discurso.

### 3.2 Lexicalização

Como já foi mencionado anteriormente, a escolha dos vocábulos num discurso influencia não só a forma como a mensagem é passada como também o que se quer demarcar, e ainda, aquilo que se pretende deixar implícito, ou mesmo ocultar. Ao contrário do maior opositor do Acordo Ortográfico no *Diário de Notícias*, Graça Moura, o qual detém a maior quantidade de textos sobre o Acordo no período delimitado para análise, Pasquale Cipro Neto utiliza léxicos mais comuns e de fácil entendimento.

Assim como grande parte dos cronistas portugueses do *Diário de Notícias* que analisamos, o Professor de Língua Portuguesa, Pasquale Cipro Neto considera o Acordo uma imposição do governo ao povo brasileiro:

“Nas últimas colunas, fiz diversas referências ao “Volp” (“Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”), peça fundamental depois que foi imposta a reforma ortográfica no Brasil (a bandeira do “Acordo” -a unificação da grafia em todos os países lusófonos- ainda não se materializou).” (PASQUALE CIPRO NETO, *Folha de São Paulo*, 16 de abril de 2009)

O autor contesta o poder dominante (neste caso o governo brasileiro) que, para além de subjugar a maior parte das instituições sociais e políticas, pretende, inclusive, controlar a cultura e a identidade nacional.

Ao contrário do que acontece muitas vezes nos artigos do *DN* sobre o Acordo Ortográfico, no caso específico da *Folha de São Paulo*, nos textos de Pasquale Cipro Neto, o modelo mental elaborado direciona o assunto para problemas relacionados com a perda de identidade, submissão e/ou opressão de um país pelo outro. O modelo de Pasquale tenta “acalorar” a questão e proporcionar a criação de um modelo mental pelos leitores, a partir da discussão sobre o tema, questionar a forma arbitrária como foram tomadas as decisões e principalmente debater sobre as opções ortográficas tomadas.

Através de interpretações contextuais a respeito das instituições ligadas à questão, a cultura e os atores envolvidos, Pasquale propõe alguns exemplos de fracassos no que toca a publicação de manuais e dicionários. Chama atenção para a falta de competência de quem está a frente destas iniciativas, bem como a confusão em relação as novas regras, pouco claras. Através da interpretação dos elementos do contexto e as definições atribuídas a esta situação o colunista construiu um modelo mental o qual sugere que o Acordo serviu principalmente aos interesses das grandes editoras que correram para publicar seus manuais e dicionários, segundo as regras estipuladas pelo tratado.

Por meio de um modelo que opta por uma linguagem simples e direta, da mesma forma que Pasquale Cipro Neto, o colunista Ruy Castro manifesta a sua oposição ao Acordo Ortográfico. Num artigo, de 17 de junho de 2009, intitulado “Rebeldes da língua” o autor menciona que escritores renomados têm resistido às reformas que têm surgido desde último século.

Abgar Renault (1901-1995), um dos nossos mais subestimados poetas modernos –não necessariamente “modernistas”-, nunca aderiu às reformas ortográficas

ficas de 1943 e 1971. Até morrer, escreveu belezas como “Quando me sumo na total ausência/ do curso opaco e ascetico do som no/ e não estou em mais nenhum lugar,/ mil invisíveis cousas misteriosas/ talvez ocorram sobre o chão, pelo ar”. (RUY CASTRO, *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 2009)

Tenhamos atenção às expressões em destaque que enfatizam o nível de interesse de Abgar Renault pelas reformas ortográficas que neste caso é nenhum. Diz que o filólogo nunca aderiu às reformas ortográficas. Enfatiza o facto de Abgar Renault não dar importância às convenções que iam surgindo, e mesmo assim, tal aspecto não influenciou em nada a sua carreira, tendo escrito excelentes obras até o fim de seus dias.

Como o próprio título do artigo enfatiza, os autores mencionados por Ruy Castro são “rebeldes da língua”, aqueles que não se curvam às imposições ortográficas do governo. Neste contexto, enfatiza a palavra “desobediência” e exalta o facto de os portugueses serem contra o Acordo Ortográfico e não quererem abrir mão de certas características da ortografia.

“Mas sua desobediência civil foi bonita. Movimento parecido, só que em massa, está acontecendo em Portugal, com a recusa dos lusos a aderir ao “acordo” ortográfico recém decretado e já em uso no Brasil. Os portugueses não querem dispensar o “c” de “insecto”, o “p” de “Egipto” ou o “h” de “húmido”, além dos tremas e hifens. É como eles veem a língua, e fazem bem em defender seu patrimônio.” (RUY CASTRO, *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 2009)

O modelo mental construído pelo autor baseia-se especialmente na evocação de contextos que ratifiquem as suas ideias. Neste caso, prevalece o discurso de autoridade por meio da referência a nomes impor-

tantes que nunca aderiram às reformas e, mesmo assim, obtiveram êxito em suas carreiras. A repulsa que segundo o autor os portugueses possuem em relação ao Acordo é uma forma de defesa do património. Tal aspecto está relacionado com o que alguns portugueses defendem: a retirada das consoantes mudas pode afetar a questão identitária e contribuir para a alteração da pronúncia das palavras posteriormente (Tal aspecto foi amplamente discutido nos grupos focais realizados com estudantes do primeiro ciclo na Universidade do Minho. O resultado destas discussões pode ser visto no capítulo VIII do presente trabalho).

Observamos na maioria dos textos portugueses, publicados no *Diário de Notícias*, a construção de um modelo mental que aponta para uma espécie de “nostalgia imperial”. Não fugindo a regra, o texto do escritor português, João Pereira Coutinho, deixa implícita tal característica quando diz que todos os países de língua portuguesa “respeitavam” o acordo de 1945.

“Mistério. Em todos os países de língua portuguesa, com a exceção do Brasil, respeitava-se o acordo de 1945. E nem mesmo as diferenças na ortografia brasileira incomodavam os portugueses (ou vice-versa).” (JOÃO PEREIRA COUTINHO, Folha de São Paulo, 4 de junho de 2013)

Assim, baseado no contexto de instituições portuguesas, o autor evoca através da disposição do vocábulo “respeitavam” na frase, a ideia de que seria uma norma e que os brasileiros não cumpriam, transgredindo-a, algo que não corresponde à realidade. Segundo o Diário da República de 1990 n° 193 (4392) o Brasil não assinou a Convenção Ortográfica LusoBrasileira de 1945 porque preconizava uma unificação absoluta a custa de algumas determinações consideradas inaceitáveis para os

brasileiros, uma espécie de retrocesso da ortografia e imposição de uma característica que dificultaria a pronúncia de algumas palavras. As regras são: a volta das consoantes mudas que há muito tinham sido abolidas da escrita brasileira e a resolução das discordâncias de acentuação das vogais tónicas “e” e “o”, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, das palavras proparoxítonas. A Convenção Ortográfica sugeria que se adotasse a norma portuguesa, a qual se baseava em escrever os vocábulos com as características supramencionadas com acento agudo e não circunflexo. Desta forma, a unificação absoluta seria impossível, era necessário rever as regras e estabelecer um Acordo mais flexível. Já o documento que institui o Acordo Ortográfico no Brasil (Lei do Acordo Ortográfico - Decreto 6583/08) não mencionou os motivos pelos quais o Acordo de 1945 fracassou, afirma apenas que “não produziu os almejados efeitos, já que ele foi adotado em Portugal, mas não no Brasil” (S/P).

João Pereira Coutinho afirma ainda que o Acordo Ortográfico é conhecido em Portugal como Aborto Ortográfico, retomando as ideias de Pedro Correia, autor do livro “Vogais e Consoantes Politicamente Incorretas do Acordo Ortográfico.

O acordo ortográfico é conhecido em Portugal como o aborto ortográfico. Difícil discordar dos meus compatriotas. Basta olhar em volta. Imprensa. Televisões. Documentos oficiais. Correspondência privada. (JOÃO PEREIRA COUTINHO, *Fórmula de São Paulo*, 4 de Junho de 2013)

Essa concepção, apresentada pelo autor, é também defendida pelo cronista do *DN*, Graça Moura, que enfatiza esta ideia, especialmente no artigo “Boião de formol”, publicado em 28 de abril de 2010. Neste, o autor considera o Acordo como um “aborto ortográfico” por ter surgido de um parto forçado e sem muita discussão pública. Observamos aqui a influência do modelo construído pelos autores e difundido para seus

leitores.

### 3.3 Tópico

Para Van Dijk (2005, p. 182), “Em termos intuitivos, os tópicos exprimem aquela que é considerada a informação mais “importante” de um discurso”. Neste sentido, têm uma grande contribuição na construção dos modelos mentais e das representações sociais que os leitores fazem sobre a realidade tratada. Podemos ressaltar, no caso do Acordo Ortográfico, nos artigos de opinião selecionados na *Folha de São Paulo*, que os tópicos dos textos são direcionados principalmente para ambiguidades/equívocos cometidos em relação às regras e às atitudes precipitadas das autoridades responsáveis pela questão. Podem se apresentar, por exemplo, por meio de resumos do texto ou nos títulos das peças jornalísticas/artigos de opinião. No caso dos artigos de opinião de Pasquale Cipro Neto verificamos os tópicos principalmente nos títulos dos seus textos:

- i. “O (Des)Acordo Ortográfico” – *Folha de São Paulo*, 01 de janeiro de 2009
- ii. “Diário da reforma ortográfica” – *Folha de São Paulo*, 16 de abril de 2009
- iii. “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões” – *Folha de São Paulo*, 27 de maio de 2010
- iv. “...mas nada para os bombeiros” – *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 2012
- v. “Opinião: Os tropeços e o tombo do ‘(Des)Acordo Ortográfico’” – *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 2012

No artigo intitulado “O (Des)Acordo Ortográfico”, observamos que o título resume a ideia principal do texto: a confusão que existe há bastante tempo em torno do tema. Expõe uma condensada cronologia do Acordo e utiliza a gravidez como metáfora para o ciclo do tratado. Ressalta que este último é resultado de uma gravidez complicada e de um parto forçado, o qual caracteriza como “parto a fórceps alto” citando o dicionário Houaiss afirma ser aquele no qual se aplica *fórceps* à cabeça da criança antes da mulher entrar em trabalho de parto. Segundo Pasquale, havia ainda algumas questões a serem resolvidas antes de se pôr o tratado em vigor no Brasil. Assim, o Acordo foi aprovado, conforme o autor, de forma muito precipitada. Se houvesse um pouco mais de tempo para maturação das ideias e tivessem discutido mais sobre alguns problemas ortográficos que ainda persistiam, evitar-se-ia tantas ambiguidades e erros como os que parecem no “Dicionário Escolar da Língua Portuguesa” de 2009.

O artigo de título “Diário da reforma ortográfica” continua a demarcar o assunto como confuso e precipitado. Fala do “VOLP” (“Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”), texto onde estão todas as regras ortográficas da língua portuguesa. Este instrumento ortográfico é caracterizado como a “bíblia” da ortografia. O autor utiliza o termo bíblia e sacramentado para designar o Volp a fim de dizer que esta ferramenta é sagrada e não pode ser questionada, e mostra como a questão é difícil de ser contornada porque vem de cima para baixo, é algo imposto arbitrariamente. Aqui o autor contesta claramente a noção de dominação e hegemonia aplicada pelo governo. Conforme Emília Ribeiro Pedro (1997, p. 29), o poder e a dominação estão organizados e institucionalizados, implicando que a organização social, política e cultural da dominação também se constitui numa hierarquia de poder. Isso ocorre porque alguns membros de grupos e de organizações dominantes assumem uma função no planejamento, na tomada de decisões e no controle das relações e processos da ativação do poder.

Na mesma linha de pensamento, Thaís Nocoleti de Camargo constrói um modelo mental baseado no contexto das instituições que elaboraram o Acordo Ortográfico. Considera o projeto do Acordo inconsequente e o texto lacunar e ambíguo. Por este motivo, alguns investigadores da língua do Brasil e de Portugal elaborarem dicionários com imensas divergências entre si. Para definir a escrita dos vocábulos e tornar mais claros certos pontos do texto oficial esperava-se, segundo a colunista, uma obra concebida em conjunto com os países que ratificaram o Acordo. Entretanto, a ABL (Academia Brasileira de Letras) decidiu antecipar-se no empreendimento e elaborou o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa). Nas palavras da colunista: “Em lugar da solução dos pontos ambíguos do texto, o que se viu foi um misto de inobservância de princípios claramente propostos no documento oficial com hesitação entre o novo e o antigo, redundando, em muitos dos casos, em escolhas aparentemente aleatórias” (THAÍS NOCOLETI DE CAMARGO, *Folha de São Paulo*, 22 de abril de 2009).

Já Pasquale Cipro Neto, num texto intitulado “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões”, tem na composição do título uma citação da canção “Língua” de Caetano Veloso. Pasquale afirma no subtítulo que estes versos de Caetano Veloso resumem os (des) enredos das duas línguas portuguesas. Algo aparentemente contraditório já que para o autor as diferenças idiomáticas entre Portugal e Brasil não comprometem muito a comunicação entre brasileiros e portugueses. O artigo tenta esclarecer a diferença entre língua e ortografia. Confusão que se intensificou com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico. Aproveita para enumerar algumas diferenças idiomáticas entre Brasil e Portugal. É interessante observar que, apesar de ser um artigo de opinião, está situado na secção de turismo. Tal aspeto indica que a opinião do autor, no que toca à questão da língua e do Acordo Ortográfico, é deslocada para as expressões idiomáticas que, por sua vez, remetem para a ideia de

que há pouco comprometimento das autoridades detentoras do poder no entendimento da língua. Desta forma, as pessoas, apesar dessas diferenças, podem viajar para Portugal sem grandes problemas de comunicação interpessoais. Ao mesmo tempo que dá a sua opinião sobre o tema da língua e das diferenças idiomáticas entre Portugal e Brasil, faz uma espécie de publicidade de Portugal incentivando as pessoas a visitarem o país com a justificativa que não terão problemas de comunicação.

Uma característica bastante expressiva no discurso de Pasquale Cipro Neto é manifestação do seu posicionamento contra o Acordo através de críticas às regras adotadas e isso faz-se principalmente por meio de exemplos do que considera ambíguo ou equivocado. Um desses casos foi manifestado no dia 21 de junho de 2012 num artigo cujo título é “...mas nada para os bombeiros”. Inicia o texto tentando se eximir do facto de, possivelmente, frequentar redes sociais, já que a frase que vai comentar foi divulgada numa destas plataformas. Menciona que o filho lhe passou a informação. A frase foi publicada por ocasião de um acidente. Quem divulgou a frase disse que o acidente ocorreu numa determinada rua e acrescentou “(...) mas nada para os bombeiros”. Segundo Pasquale, a frase ficou ambígua porque agora não se pode mais diferenciar o verbo da preposição por meio do acento agudo. Por conta disto, o significado ficou “no ar”, não se sabia inicialmente se eles estavam a dizer que ninguém os pára ou se, apesar de muito trabalho, não é dada uma gratificação. Verificando depois o contexto em que foi escrito, observou-se que afinal era a segunda hipótese: uma reclamação. O autor enfatiza que não entende o porquê de tal regra ter mudado. Diz ainda que os “acordistas” ainda vão ter muito trabalho com ele (Pasquale) e muitos outros, os quais farão de tudo para adiar o tratado. Afirma ainda:

“A relação que alguns colegas e eu temos com o ‘(Des)Acordo’ é meio parecida com a que Chico

teve com a ditadura. O percurso do ‘(Des)Acordo Ortográfico’ no Brasil, além de ditatorial, foi irresponsável, infantil e infantiloide -- uma perfeita birra de criança, que quer porque quer o que quer. (...)” (PASQUALE CIPRO NETO, *Folha de São Paulo*, 21 de 06 de 2012)

Esta tentativa de prolongar o prazo de adaptação é corporizada através de algumas ações contra o tratado. Uma delas, conforme Pasquale Cipro Neto, está na 9ª Vara da Justiça Federal de Brasília, interpelada pelo professor Ernani Pimentel, na qual pede o adiamento do prazo de adaptação do Acordo até que Congresso se pronuncie acerca da alterações elaboradoras pela Academia Brasileira de Letras (ABL).

No artigo “Os tropeços e o tombo do ‘(Des) Acordo Ortográfico””, Pasquale Cipro Neto faz uma pequena cronologia do Acordo, mostrando como ocorreram as negociações do mesmo e o que apregoava. Entretanto, segundo o colunista, depois de ratificado, houve não mais que um aproveitamento das editoras e muitos erros que levaram ao adiamento do prazo de adaptação para que haja uma revisão do texto. Segundo Pasquale, a própria Academia Brasileira de Letras caiu numa armadilha por causa da pressa em elaborar um dicionário com as novas regras.

“A própria Academia Brasileira de Letras, responsável pela elaboração do “Vocabulário Ortográfico”, caiu na arapuca quando publicou um dicionário escolar em cujas páginas iniciais havia explicações relativas ao ‘(Des)Acordo’, com exemplos que ilustravam as modificações por ele instituídas. Detalhe: nas páginas internas desse dicionário, os tais exemplos apareciam com grafia diferente... Surreal! Dinheiro público e privado pelo ralo!” (PASQUELE CIPRO NETO, *Folha de São Paulo*, 29 de Dezembro de 2012)

Quanto a isto e a outros aspetos, Pasquale diz que tentou advertir os responsáveis pelo Acordo Ortográfico. Depois de bastante insistência e com a ajuda de alguns políticos, as reclamações chegaram à Presidente Dilma Ruossef que decidiu adiar o prazo de adaptação até dezembro de 2015 (DECRETO n° 7875/12). Esta informação justifica o título do texto, ou seja, depois de vários tropeços, principalmente, em relação aos equívocos cometidos na elaboração dos dicionários e, sobretudo, do vocabulário ortográfico, vem o tombo maior, o alargamento do período de transição. “A expectativa é, sobretudo, pela rediscussão do tema, a revisão do texto oficial e, conseqüentemente, a eliminação das aberrações. Valeu o esforço! É isso.” (PASQUELE CIPRO NETO, *Folha de São Paulo*, 29 de Dezembro de 2012). A partir do exposto acima, é possível dizer que o modelo mental apresentado por Pasquale enfatiza críticas às regras adotadas a partir do que as instituições e os atores sociais envolvidos fizeram para elaborar o tratado. O jornalista tentou, para além de apresentar o modelo mental poderá influenciar na construção dos modelos mentais pelos leitores, mostrar que seu trabalho não ficou apenas na teoria e na crítica. Destacou que tem tentado mudar a realidade da questão através de ações impetradas na justiça. Aspetos considerados imprescindíveis no processo de legitimação do discurso do enunciador.

Já o tópico do texto “Reforma Ortográfica: mais custos que benefícios” de Thaís Nicoleti de Camargo elabora um modelo mental pela descredibilização do VOLP e os mentores do Acordo Ortográfico. A forma como se configura tanto um quanto o outro mostra, conforme a autora, um trabalho ineficaz e feito de forma inábil. Diz o tópico: “A reforma ortográfica apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância de critérios” (THAÍS NICOLETI DE CAMARGO, *Folha de São Paulo*, 22 de abril de 2009).

Cássio Schubsky constrói um modelo pela crítica às instituições

que mantém uma instabilidade nas regras ortográficas no país. No tópico do artigo “Rephoma ortográfica”, menciona que estão sempre a impor reformas ortográficas e antes mesmo que se consiga aprender as regras em vigor surgem outras. Nas palavras do autor: “A gente passa 30 anos tentando decorar a regra de uso do hífen e, depois que consegue, pronto: muda tudo” (CÁSSIO SCHUBSKY, *Folha de São Paulo*, 01 de janeiro de 2010).

### **3.4 Movimentos semânticos locais**

Conforme van Dijk (2005), os movimentos relacionais existentes entre as proposições num discurso podem ser de natureza mais estratégica. Assim, podem ser passos ou movimentos funcionais que nas palavras do autor sucedem no domínio de estratégias discursivas, globais, neste caso, apresentar-se a outrem em termos positivos, resguardar as aparências, convencer alguém ou defender-se. “Um exemplo sobejamente conhecido que encontramos em muitos discursos racistas é a própria negação do racismo em frases como ‘Não tenho nada contra os negros, mas...’” (p. 179).

Podemos verificar tal aspeto no artigo no artigo “Reforma é tímida e confusa, diz professor da Unesp”, Sebastião Ignacio, autor do mesmo, diz que em princípio é favorável a qualquer reforma ortográfica que venha a auxiliar o ensino e a vida daqueles que escrevem. Entretanto, no caso específico do Acordo Ortográfico as medidas tomadas foram tão irrisórias e os maiores problemas não foram levados em consideração que nada facilitarão a alfabetização. Afirma o autor:

Qualquer especialista sabe que as maiores dificuldades na aquisição de nosso sistema ortográfico residem na representação de alguns fonemas (unidades sonoras) como o que se representa por “X”

e por “CH” (xale, chapéu, enxame, encher) e o que se representa por “Z”, por “S” e por “X” (rezar, pesar, examinar). Em contrapartida, há os grafemas (letras) que representam vários sons: “S” representa “S” e “Z” (ensaboar, casar) e assim por diante. Isso sim complica a alfabetização. (SEBASTIÃO EXPEDITO IGNÁCIO, *Folha de São Paulo*, 2 de janeiro de 2009)

Neste sentido ficou implícito o modelo mental (num contexto de crítica às instituições ligadas às letras e aos mentores do Acordo), baseado num posicionamento contrário do autor em relação a este tratado. Observamos ainda que no Brasil os colonistas costumam caracterizar o Acordo Ortográfico como uma “Reforma Ortográfica”. Esta caracterização inexistente em Portugal reflete a representação que se faz do Acordo no Brasil, especialmente entre aqueles que são contrários ao tratado. Sebastião Expedito Ignácio questiona o que se entende por “reforma da língua” deslocando a discussão para este âmbito. Sabemos que o Acordo está relacionado com a questão ortográfica e, não, linguística. Para o autor, o Acordo não foi um tratado, mas uma alteração das regras da língua no Brasil. Por este motivo, foi ineficaz porque não tratou problemas fundamentais da língua portuguesa. Assim, o cronista desvia-se da questão essencial do tema, levando-nos a um movimento semântico. Ou seja, para além de não ser uma reforma da língua o objetivo do Acordo Ortográfico não é promover uma grande alteração no quadro da mesma, melhorando certos aspectos ortográficos para facilitar a alfabetização. Tal aspecto seria apenas uma consequência da reforma. O principal objetivo do Acordo é promover uma unificação ortográfica entre os países de língua portuguesa e não resolver os problemas ortográficos, bem como de outros contornos da Língua Portuguesa no Brasil. Este país, apesar de ter tido um papel preponderante no processo, não é o centro da reforma.

Os deslocamentos semânticos também ocorrem no texto de Thaís Nicoleti de Camargo, no artigo “Reforma Ortográfica: mais custo que benefícios”, no qual a colunista afirma que o intercâmbio cultural entre os países da comunidade lusófona é positivo, mas que isto não ocorrerá com a extinção de hífens ou de acentos, os quais apenas eliminam pequenas diferenças, que não impedem a compreensão de textos escritos tanto no Brasil como do outro lado do atlântico. Conforme a autora é preciso fazer políticas de incentivo a este intercâmbio e não pequenas mudanças ortográficas. A questão que se coloca é que, segundo o protocolo modificativo do Acordo – Diário da República N° 193 (1991) –, tais alterações não foram feitas para facilitar a compreensão dos textos que antes já eram compreendidos, o objetivo do tratado é uniformizar a ortografia no sentido de facilitar as relações entre os países, tornar única a escrita de textos oficiais e dar visibilidade internacional para a língua. O intercâmbio cultural seria apenas uma consequência desse processo.

Nesta mesma linha de raciocínio Sebastião Expedito Ignácio, no artigo “Reforma é tímida e confusa, diz professor da Unesp” afirma que considerar o Acordo como promotor de um maior intercâmbio sociocultural entre os países de língua portuguesa é transpor a sua capacidade. “Será que haverá maior interação entre esses países se passarmos a escrever “língua” sem trema?” (SEBASTIÃO EXPEDITO IGNÁCIO, *Folha de São Paulo*, 2 de janeiro de 2009). Para o autor, o que fomenta maior integração entre grupos que falam a mesma língua é valorização da mesma como veículo oficial nos eventos, científicos ou não, além da divulgação mútua de suas literaturas e intercâmbio dos seus textos.

### **3.5 Estratégias discursivas**

Uma estratégia discursiva bastante utilizada pelos autores dos artigos de opinião analisados tanto no *DN*, quanto na *Folha de São Paulo*,

é a descredibilização do discurso do *outro*. O *outro* nos artigos observados são usualmente: o Acordo Ortográfico, os mentores do tratado e as pessoas favoráveis à reforma.

A descredibilização ocorre quando se põe em causa as ações e as perspectivas do *outro*. Esta ação ocorre pelo levantando de possíveis defeitos e erros do “sujeito”, ou mesmo questionando a sua legitimidade<sup>15</sup>.

“Por maior que seja a boa vontade, não se encontra a realização de uma só ideia que tenha saído do papel e tenha sido entregue ao público no tempo aprazado e com custos ajustados de forma razoável. E praticamente todas terminam no Tribunal de Contas, ou nas delegacias de polícia...”

Esses fatos não se limitam a obras “físicas” --uma estrada, uma ponte, um porto, uma usina térmica ou hidrelétrica. Temos agora um exemplo surrealista: o Acordo Ortográfico, nascido de genitores duvidosos e colocado na “roda” em Lisboa, nos idos de 1990!” (ANTÓNIO DELFIM NETTO, *Folha de São Paulo*, 6 de fevereiro de 2013)

Aparece nestes excertos uma descrença nas instituições governamentais e na política. A descrição dos factos deixa implícito a falta de compromisso dos governantes com povo e uma falta de clareza e competência na gestão estatal. Aspetos que já estão de certa forma naturalizados pela sociedade brasileira, o que nos leva a crer na possibilidade de já fazer parte da cognição social brasileira.

Outra estratégia discursiva muito utilizada é a ironia (exemplo, FAIRCLOUGH, 1989/1996; BENETTI, 2007). O que tomaremos

<sup>15</sup> “A legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um saber (ser reconhecido como sábio), em nome de um saber-fazer (ser reconhecido como especialista) (CHARADEAU, 2006, p. 67).

como literal, assim como Benetti (2007), é o sentido da palavra ou expressão que na construção histórica conquistou supremacia cultural, bem como no grupo em que vivemos, reduzindo – de forma mais incisiva ou não – os outros prováveis sentidos. “Se ironia quer significar o contrário do que diz literal ou explicitamente, então precisa indicar ao leitor que ali existe uma espécie de farsa ou simulação – (...) precisa construir as marcas de uma literalidade que deve ser recusada pelo interlocutor” (idem). A ironia, para a autora, configura-se, desta forma, como um tipo bastante específico de discurso de ambiguidade atuando de forma estratégica. Nas ironias que se seguem observamos a ênfase no sarcasmo:

FICO PENSANDO nos enormes benefícios que a reforma ortográfica trouxe para o povo brasileiro nesse primeiro ano de sua vigência ainda não obrigatória. Fico pensando, pensando... e não chego a conclusão nenhuma. Talvez se possa aludir ao fato de a supressão de alguns acentos implicar redução no gasto de tinta para impressão, o mesmo valendo para a retirada da letra C em muitas palavras da grafia portuguesa, como “contracto”, “facto” etc. Ou quem sabe se possa festejar que leitores preguiçosos acorram às gramáticas e aos dicionários em busca das novas regras, umentando, em decorrência disso, o conhecimento da língua portuguesa. (CÁSSIO SCHUBSKY, *Folha de São Paulo*, 1 de janeiro de 2010)

Podemos observar no excerto acima, a ênfase em expressões de cunho pejorativo. Sabe-se que reduzir algumas letras ou acentos não influencia em nada na quantidade de tinta que utilizamos para escrever as palavras. Por isso, o autor utiliza argumentos como este para dizer que as vantagens do Acordo Ortográfico são tão pequenas que se reduzem às situações descritas acima.

Tenhamos atenção também para a ironia (neste caso a antítese) utilizada por João Pereira Coutinho quando trata os académicos que trabalharam na elaboração do Acordo como “iluminados”. O termo deveria se referir a uma espécie de revelação, uma epifania de ideias, mas ao contrário, conforme considera João Pereira Coutinho, ocorreu o contrário daquilo a que se refere o vocábulo, e surgiu uma verdadeira “aberração”.

“Sem surpresas, a aberração surgiu na cabeça de duas dezenas de iluminados que, em 1990, se reuniram na Academia de Ciências de Lisboa para “determinar” (atenção ao autoritarismo do verbo) como os 250 milhões de falantes da língua deveriam escrever. Qual foi a necessidade teórica ou prática do conluio?”. (João Pereira Coutinho, *Folha de São Paulo*, 4 de junho de 2013)

“Acontece que as cabeças autoritárias sempre desprezaram a riqueza da diversidade”. (JOÃO PEREIRA COUTINHO, *Folha de São Paulo*, 4 de junho de 2013)

Para além de classificar o Acordo Ortográfico como uma “aberração” o autor enfatiza termos imperativos para qualificar a forma como o mesmo foi elaborado e, posteriormente, imposto às pessoas. O autor afirma também que tais personalidades autoritárias desprezam a diversidade de cada povo, ou seja, uma uniformização como esta, desconsidera as características das partes envolvidas e “estandardiza” toda a gente.

Em alguns dos artigos de opinião analisados da *Folha de São Paulo*, observamos que os autores enfatizam a falta de interesse dos portugueses em aderir ao Acordo.

“À medida que crescem os indícios de que os portugueses jamais seguirão as novas regras -- lá houve sábia reação popular contra o projeto --, fica claro que entramos numa fria. (...)” (HÉLIO SCHWARTSMAN, *Folha de São Paulo*, 22 de dezembro de 2012)

“(...) E os portugueses, que se têm mostrado os mais inteligentes da piada, pelo visto não estão nem “tchuns” para o acordo ortográfico, em um desprezo altivo.” (Cássio Schubsky, *Folha de São Paulo*, 01 de janeiro de 2010)

“Algo me diz que a razão desse adiamento é para tentar convencer os portugueses a aderir ao “acordo” e abrir mão do “c” e do “p” em “facto”, “dircção”, “óptimo”, “Egipto” -- letras que influem na sua pronúncia dessas palavras. Mas para que unificar a ortografia se suas pequenas variantes são perfeitamente compreensíveis nos dois lados do Atlântico?” (RUY CASTRO, *Folha de São Paulo*, 22 dezembro de 2012)

A questão é que apesar do desinteresse por parte da população em geral, o Acordo já vigora, desde 2011, em alguns órgãos e instituições públicas, em Portugal, como por exemplo, na Universidade do Minho (DESPACHO RT 34/2011).

### **3.6 Favoritismo ao Acordo Ortográfico**

Ao contrário do que aconteceu no *DN*, em Portugal, em que encontramos apenas um texto favorável ao Acordo, no jornal brasileiro *Folha de São Paulo* encontramos seis artigos.

Observamos uma ambivalência no modelo mental apresentado pelos autores acerca do tema. Os artigos contrários criticam a forma como o Acordo foi elaborado; mencionam o caos que foi o VOLP o qual

para além de muitos erros, conduziu a um desperdício de dinheiro público; falam do texto do tratado que segundo eles está cheio de ambiguidades, questões que pintaram um quadro de confusão e penumbra sobre o Acordo Ortográfico.

Do lado oposto, encontramos os pró-acordo que enfatizam o tratado como forma de internacionalizar a língua portuguesa e promover o intercâmbio cultural entre os países da comunidade lusófona. Figuram um panorama cor-de-rosa no país, alegando que já se adota as regras sem problemas e que os intelectuais aceitaram de bom grado o tratado. Afirmam que opositores, apenas pretendem contrariar a decisão governamental. Arnaldo Niskier, por exemplo, diz que o Brasil aceitou bem a reforma e que as reações contrárias vêm de Portugal.

“Enquanto os meios intelectuais, no Brasil, aceitaram bem a reforma, em Portugal há uma grande reação. Um abaixo assinado de 100 mil pessoas pediu a revisão do assunto. Alguns escritores chamam a decisão de “bizarrice” e acusam o texto do Acordo de “inúmeras contradições e até mesmo equívocos”, o que não representa nenhuma tragédia, pois a correção poderá ser feita até 2012”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 11 de março de 2009)

“Os nossos irmãos portugueses e algumas nações luso-africanas, como Angola e Moçambique, por interesses variados, resistiram à adoção, que tem por finalidade essencial a simplificação da escrita do nosso idioma. Nada mais do que isso. E com um claro objetivo estratégico: postular assim a oficialização do português como língua de trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU), o que eleva o nosso status internacional”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 14 de fevereiro de 2013)

Ao contrário do que acontece nos textos desfavoráveis ao Acordo Ortográfico, na *Folha de São Paulo* e no *DN*, em que se apontam problemas de ordem jurídica, bem como em relação às regras adotadas, os textos favoráveis ao tratado na *Folha* atuam como uma reação aos argumentos contrários. Tal aspecto verifica-se quando Arnaldo Niskier afirma que a principal finalidade do tratado é a simplificação do idioma, nada para além disso. Uma resposta aos que consideram o Acordo uma ferramenta política, tanto do lado brasileiro quanto do lado português. O autor tenta responder às questões levantadas pelos opositores recorrendo, inclusive, ao discurso emotivo.

“O que dói um pouco, nisso tudo, é a posição de alguns escritores de Lisboa. Escrevem contra o Acordo e contra o Brasil, acusando-nos de tentativa de neocolonialismo. Seguramente, esse não é o melhor caminho para que venha o entendimento desejado”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 11 de março de 2009)

Tal acusação de neocolonialismo apontada pelo colunista, também mencionada em outros artigos do autor, ocorre porque o modelo mental elaborado por muitos portugueses considera que existem excessivas cedências de Portugal em relação ao Brasil, no que toca às regras estabelecidas pelo Acordo.

“O acordo entrará em vigor, definitivamente, no dia 1º de janeiro próximo. Há resistência em Portugal, com a tese absurda de que o Brasil tenta uma nova forma de colonialismo cultural com a sua implantação (“cedências excessivas”, dizem eles) ou o emprego de “bizarrices”, como acusa o escritor Graça Moura”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 8 de agosto de 2012)

Esta relutância em relação ao Acordo Ortográfico é um reflexo de outros planos. Sabemos da importância que o Brasil e Angola estão tendo no plano económico mundial. Tais países têm feito várias ofertas de ajuda à Portugal no sentido de superar-se a crise. Desta forma, o Acordo Ortográfico é um objeto concreto que os portugueses podem apontar da influência de uma ex-colónia sobre o país. Aspecto considerado inaceitável tendo em conta a importância que Portugal teve no passado no período dos descobrimentos. O passado glorioso é uma “muleta” que ainda ampara a autoestima portuguesa, ver esse amparo ser-lhe retirado pela influência das suas ex-colónias, pode se configurar muitas vezes doloroso.

Observamos que são as elites do poder interessadas no processo de implantação do Acordo Ortográfico, que estão bastante representadas nos artigos de opinião favoráveis ao tema na *Folha de São Paulo*. É o caso de Arnaldo Niskier, membro da Academia Brasileira de Letras, José Luiz Fiorin, membro da Comissão Nacional de Língua Portuguesa do MEC, Evanildo Bechara, Filólogo e membro da Academia Brasileira de Letras. O discurso destes co-enunciadores incide sobre os seguintes pontos:

- 1) Intercâmbio Cultural: o Acordo Ortográfico promoveria uma maior relação entre os países e fomentaria a troca de impressões, bem como uma maior circulação do material cultural destes países.

“Resta-nos o obstáculo das diferenças que o Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa procura corrigir, sem buscar a unidade prosódica que seria fora de propósito. Cada país da comunidade lusófona deve falar preservando as suas características. Assim se garantem a variedade e a riqueza do idioma”. (ARNALDO NISKIER, *Folha de São Paulo*, 08 de agosto de 2012)

“Será possível melhorar o intercâmbio cultural entre os países em que se fala português; reduzir o custo da produção de livros; facilitar a difusão bibliográfica e de novas tecnologias e aproximar as nações”. (EVANILDO BECHARA, *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 2012)

- 2) Unidade da Língua Portuguesa: o Acordo transformaria a Língua Portuguesa numa língua mais coesa e simplificada impulsionando uma maior proximidade e unidade entre os países.

“A língua, como fator relevante de aproximação e de unidade, passa a contribuir ainda mais para a solidificação dos laços e dos interesses comuns. Sem prejuízo das diversidades culturais, ainda que complexas, das nações que têm o português como idioma oficial. A unificação tem sido altamente benéfica para a unidade intercontinental e seu prestígio no concerto das nações, embora não isenta de percalços”. (EVANILDO BECHARA, *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 2012)

“Para pôr fim a essa situação de duplicidade de ortografia, que tem raízes históricas profundas, foi assinado um acordo de uniformização ortográfica entre os oito Estados nacionais da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)”. (JOSÉ LUIZ FIORIN, *Folha de São Paulo*, 01 de janeiro de 2009)

- 3) Internacionalização da Língua Portuguesa: com o Acordo, a língua portuguesa ganharia mais visibilidade pela unidade no cenário mundial, aumentando, desta forma as chances de se tornar língua de trabalho nos organismos internacionais da ONU.

“A língua, além da função comunicativa, tem funções simbólicas: representa a nação, é instrumento de resistência contra a dominação estrangeira, etc. Como diz um de seus considerandos, o acordo “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua”. É nesse contexto que deve ser visto, em seu valor simbólico. Visa a afirmar, por meio da unificação ortográfica, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da CPLP”. (JOSÉ LUIZ FIORIN, *Folha de São Paulo*, 01 de janeiro de 2009)

“Constitui importante instrumento para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional, pondo um ponto final na existência de duas normas divergentes e oficiais”. (EVANILDO BECHARA, *Folha de São Paulo*, 29 de dezembro de 2012)

Este é um dos fortes argumentos utilizados pelos defensores do Acordo e pela voz institucionalizada do governo. O facto de não ser necessário fazer mais duas versões de documentos oficiais em português e a unidade que a língua portuguesa ganha com o Acordo contribuindo para evitar uma futura segmentação da língua. Observamos ainda que no geral o modelo construído pelos autores favoráveis ao Acordo é baseado no que diz as instituições sociais ligadas à implantação do Acordo Ortográfico.

## **Considerações Finais**

Observamos em nossa análise que a maior parte dos colunistas do *Jornal Diário de Notícias* é explicitamente contrária à reforma realizada pelo Acordo Ortográfico. Entretanto, alguns autores não exibem de forma direta os seus posicionamentos. Parecem a favor num momento e contrários noutros. Porém, o discurso muitas vezes irónico revela a real

posição em relação ao assunto.

No caso de Graça Moura, o qual detém mais da metade dos artigos analisados no *DN*, observamos que responde negativamente às ações de governo, aos interesses dos editores, aos articulistas favoráveis ao acordo, numa estratégia de ampliar a questão para uma política de defesa da identidade e da língua portuguesa como um estilo patriótico. Não mede as palavras para desqualificar o governo (independente do partido que esteja no poder) e a diplomacia portuguesa. Em nosso entender, essa é uma estratégia para sensibilizar a sociedade a aderir ao seu discurso inflamado contra o Acordo. Emprega, também, um tom de desconstrução dos argumentos favoráveis e desqualifica os seus interlocutores, sobretudo, através da estratégia de satirização.

Já os outros colunistas de maneira geral consideram que o Acordo Ortográfico configura-se como um desastre para a língua portuguesa. Há uma espécie de ressentimento pelo facto de o Brasil ser percebido como o líder no processo de negociação do Acordo. Consideram assim que os portugueses estão a renunciar a ortografia “correta” em favor do poder de uma ex-colónia. Por isso, consideramos que existe, de certa forma, uma “nostalgia imperial” presente no imaginário português por conta da imagem de Portugal enquanto “Império Português”. Segundo Maria Manuel Baptista (2006), o que se verifica na atualidade é que muitas das representações concebidas durante o período Salazarista parecem continuar presentes no imaginário cultural português, “(...) talvez não de todo o escol intelectual português, mas certamente numa parte dele e em maior escala na memória cultural portuguesa” (BAPTISTA, 2006, 26) estabelecendo-se o que Freud (apud BAPTISTA, 2006) designou como uma espécie de “regresso dorecalcado”.

Para além dos aspetos acima citados, os autores consideram também que o Acordo Ortográfico possui regras obscuras e muitas duplas gra-

fias o que resultou numa “confusão” ao invés de uma unificação ortográfica. Para além destes aspectos, observamos também que, a maior parte dos cronistas utilizaram argumentos jurídicos para validar suas posições.

No caso dos artigos analisados no jornal *Folha de São Paulo*, os argumentos contrários residem principalmente na crítica as regras estabelecidas pelo tratado, na atitude precipitada do governo em implementar o mais rápido que pudessem as alterações, e na falta de perícia técnica por parte dos mentores do Acordo. Assim, aprovou-se, conforme os autores, um projeto totalmente imaturo e inconsistente. Pasquale Cipro Neto, um dos colunistas que detêm mais artigos analisados, considera que era preciso mais tempo para discutir as regras e aprovar algo mais conciso e com menos erros. Assim, para este o trabalho final parece completamente improvisado e descuidado.

A partir do que fomos já mencionando acima, foi possível notar uma diferença entre os argumentos dos colunistas brasileiros e portugueses. Entre os primeiros, o problema do Acordo Ortográfico foi principalmente burocrático e de conteúdo. Já entre os autores portugueses, a questão é mais profunda e liga-se, particularmente, à identidade portuguesa e à diminuída importância de Portugal frente ao tratado, resultando numa “inversão de papéis” (ARAÚJO; FERREIRA, 2015). Concebe-se, assim, que a ex-colônia está sobressaindo-se sobre o colonizador.

Outro aspeto relevante entre os artigos analisados na *Folha de São Paulo* e no *Diário de Notícias*, é que observamos apenas um texto inteiramente favorável no segundo jornal, ao contrário, do que aconteceu no primeiro em que encontramos seis artigos. Entretanto, o discurso favorável da *Folha* configura-se como institucionalizado já que dá voz aos argumentos do governo, o principal interessado no tratado. Os colunistas favoráveis têm sempre algum papel importante na elaboração do material que divulga as novas regras e/ou está ligado ao Ministério da Educação.

O nosso estudo mostrou que as posturas assumidas pelos colonistas evidenciam que as polêmicas em relação ao Acordo Ortográfico estão muito além do ser favorável ou contrário, no caso português interferem na sua percepção de identidade e na relação de poder com os outros países da CPLP. No lado brasileiro o tratado interfere especialmente no âmbito educacional. Como a maior parte dos colonistas defendeu há um sério problema na compilação e articulação das regras no país.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, E.; FERREIRA, F. “Um olhar sobre as mobilidades de profissionais qualificados portugueses nos media estrangeiros”. vol. 9, n.2, p.133-148, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/scjXGb>>. Acesso em 12 fev. 2016.

BAPTISTA, M. M. “A Lusofonia não é um jardim ou Da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos””. In M. Martins, H. Sousa e R. Cabecinhas (Ed.), **Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media**, p.23-44, 2006. Porto: Campo das Letras. Disponível em <<http://mariamanuelbaptista.com/pdf/ALusofoniaoemJardim.pdf>>. Acesso em 20 set. 2014.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENETTI, M. “A ironia como estratégia discursiva da revista Veja”. In **LÍBERO - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero**, v. 10, n. 20, p. 37-46, 2007

CARVALHO, M., CABECINHAS, R. “The Orthographic (dis)Agreement and the Portuguese identity threat”. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, 25, 82-95, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIRA, P. **Vogais e consoantes politicamente incorrectas do acordo ortográfico**. Lisboa: Guerra & Paz, 2013.

DIÁRIO DA REPÚBLICA Nº 193. Resolução da Assembleia da República Nº 26/91, 1991. Disponível em <<http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf>>, acesso em 20 dez. 2015.

DUCROT, O. **El decir y lo dicho**. Buenos Aires: Librería Hachette S.A, 1984.

DUCROT, O. “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. In **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. Nova Iorque: Longman, 1989/1996.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992/2001.

FAIRCLOUGH, N. “Discurso, mudança e hegemonia”. In Pedro, E. R. **Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos**. Pedro, E. R. (org.). Lisboa: Caminho, 1997

FAIRCLOUGH, N. L.; WODAK, R. “Critical discourse analysis”. Invan Dijk , T. A. (ed.), *Discourse Studies. A Multidisciplinary Introduction*, v. 2. London: **Sage**, p.258-284, 1997.

FALCONE, K. “Discurso e cognição”. In **EUTOMIA Revista de Literatura e Linguística**, v. 9, n. 5, 264-284, 2012. Disponível em <[http://www.revistaeutomia.com.br/v2/wp-content/uploads/2012/08/Discurso-e-cogni%C3%A7%C3%A3o\\_p.264-2841.pdf](http://www.revistaeutomia.com.br/v2/wp-content/uploads/2012/08/Discurso-e-cogni%C3%A7%C3%A3o_p.264-2841.pdf)>. Acesso em 1 mar. 2014.

FERREIRA, J. **Estudos de história da língua portuguesa: obra dispersa**. Braga: universidade do Minho, 2001.

FIORIN, J. “Acordo tem valor simbólico e alcance político”, 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0101200905.htm>>. Acesso em 21 jan. 2014.

FOWLER, R.; KRESS, K. “Critical linguistics”. In FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G.; TREW, T. **Language and control**. Londres: Routledge, 1979.

GOUVEIA, C. “Análise crítica do discurso: enquadramento histórico”. In **Saberes no Tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**, Lisboa: Edições Colibri, pp. 335-35, 2001.

LOURENÇO, E. **O Nau de Ícaro, seguido de imagem e Miragem da Lusofonia**, Lisboa: Gradiva, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997/1987.

MARTINS, M. M. “A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico”. In MARTINS, M.M.; SOUSA, M. H.; CABECINHAS, R. (Eds.), **Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media**. Porto: Campo das Letras, 79-87, 2006.

MARTINS, M. M. (2014). “Língua portuguesa, globalização e lusofonia”. In EDUC / PUC-SP, 15-33, 2014. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29178>>. Acesso em 05 dez. 2015

PERELMAN, C. **O império retórico : retórica e argumentação**. Porto: Asa, 1993.

REIS, C. “A Questão da Lusofonia”. In **Jornal de Letras**, 30 de julho de 1997.

REITER, B. “Portugal: national pride and imperial neurosis”. **Race e Class**, n. 47, p. 79-91, 2005.

TAJFEL, H. **Social identity and intergroup relations**. Londres/ Paris: Cambridge University Press/ Maison des Sciences de l’Homme, 1982. Disponível em <<http://goo.gl/MzdlJr>> Acesso em 15 fev. 2015.

TAJFEL, H. **Human groups and social minorities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. Disponível em <<http://goo.gl/IU-Lhv7>>. Acesso em 15 mai. 2015.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

VALA, J. “Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano”. In VALA, J; MONTEIRO, M. (orgs.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

VAN DIJK, T. A. “Principles of critical discourse analysis”. In **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993

VAN DIJK, T. A.. **Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse**. Londres: Longman, 1977.

VAN DIJK, T. A. **Prejudice and discourse: An Interdisciplinary study of global structures in discourse, Interaction, and cognition**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1984. Disponível em <<http://goo.gl/yRXGWh>>. Acesso em 12 dez. 2015.

VAN DIJK, T. A.. “Episodic models in discourse processing”. In: R. HOROWITZ, e S.J. SAMUELS (eds.), **Comprehending oral and written language**. Nova Iorque: Academic Press, p. 161-196, 1987. Disponível em <<http://goo.gl/Zwv6GQ>>. Acesso em 12 dez. 2015.

VAN DIJK, T. A. “Cognitive Discourse Analysis”, 2000. Disponível em <<http://www.discursos.org/unpublished%20articles/cogn-dis-anal.htm>>. Acesso em 29 abr. 2015.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Idología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 2006.

WODAK, R.; MEYER, M. “Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology”. London: **Sage**, p. 1-33, 2009

WODAK, R. **Disorders of Discourse**. London: Longman, 2009.

# ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E COMUNICAÇÃO: QUEM É RAFAEL BRAGA VIEIRA EM O GLOBO.COM?

*Viviane de Melo Resende<sup>1</sup>*

(Universidade de Brasília/ CNPq, Brasil)

*Rosimeire Barboza da Silva<sup>2</sup>*

(Universidade de Coimbra, Portugal)

## **Introdução: situando o estudo**

Este capítulo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “Entre a justiça e os direitos humanos, o encontro da situação de rua com a lei e com a mídia: o caso Rafael Braga Vieira em diferentes

1 Doutora em Linguística e docente da Universidade de Brasília, onde orienta pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Linguística e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. É pesquisadora do CNPq e coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC) da Universidade de Brasília. Coordena o projeto de pesquisa “Entre a justiça e os direitos humanos, o encontro da situação de rua com a lei e com a mídia: o caso Rafael Braga Vieira em diferentes gêneros discursivos” (FAP-DF Edital 3/2016). Seus interesses de pesquisa orbitam a situação de rua na perspectiva da representação discursiva e da mobilização social.

2 Psicóloga, atualmente é doutoranda em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), Portugal. Seus interesses de pesquisa estão voltados para formas de participação ativa das pessoas em situação de rua e para suas lutas e reivindicações democráticas. É parte da equipe editorial do jornal O Trecheiro: Notícias do Povo da Rua. É membro do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC) da Universidade de Brasília. Desde 2013, participa do projeto de pesquisa “Entre a justiça e os direitos humanos, o encontro da situação de rua com a lei e com a mídia: o caso Rafael Braga Vieira em diferentes gêneros discursivos”.

gêneros discursivos”.<sup>3</sup> Trata-se de projeto em parceria com Rosimeire Barboza da Silva, como explico a seguir. Neste texto, a Introdução é de minha responsabilidade individual – por isso refiro minha própria experiência e permito-me dizer “eu”. O restante do capítulo é trabalho desenvolvido em coautoria com essa co-investigadora essencial que é a Rosimeire Barboza da Silva. Decidi assinar individualmente esta Introdução porque senti a necessidade de referir aspectos de minha biografia como pesquisadora, a fim de trazer ao debate um pouco do que discuti na conferência de abertura do I ENDIS.<sup>4</sup>

O caso de Rafael Braga Vieira não é um tema de pesquisa que eu tenha escolhido; o projeto de pesquisa que referi não foi cuidadosamente desenhado em gabinete para posterior busca por fomento e execução. É, ao contrário, um caso que se me apresentou e não pude furtrar-me a debater. É verdade que tenho discutido a necessidade de planejamento epistemológico cuidadoso de projetos em ADC. É também verdade que falei justamente sobre isso no I Encontro Nacional Discurso, Identidade e Subjetividade, o produtivo evento de que este livro é resultado.<sup>5</sup> Em minha conferência no I ENDIS, argumentei que, uma vez que em análise de discurso crítica se procura estabelecer um quadro analítico capaz de

3 Uma versão anterior deste texto, inédita como texto escrito, foi apresentada em novembro de 2015, na mesa plenária “Red Latinoamericana de análisis crítico del discurso sobre la pobreza”, no XI Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED), em Buenos Aires, Argentina. Este capítulo é expandido no texto que será publicado, no Chile, em livro organizado por Lésmer Montecino Soto. No texto ampliado, todos os textos aqui analisados também recebem o escrutínio pela categoria analítica de intertextualidade, o que permite apontar a quase exclusividade da articulação de textos da esfera judicial. Na seção final deste texto, temos alguns comentários sobre a intertextualidade na amostra. O processo judicial movido contra Rafael Braga Vieira é analisado em Resende e Silva (2015a).

4 O texto apresentado na conferência de abertura do ENDIS não foi enviado para este livro porque, como expliquei na ocasião da conferência, trata-se de texto a figurar como capítulo do livro *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*, que será publicado pela editora Pontes em 2017 (Resende, no prelo).

5 Mais uma vez, expresso meu agradecimento ao Dr. Laerte Magalhães pelo convite para participar do I ENDIS, o que me proporcionou uma produtiva semana em Teresina. Também agradeço a sua equipe, especialmente a Thalyta Gonçalves, Pedro Júlio Oliveira, Thiago Melo e Ana Carolina Trindade, pela competente organização e calorosa recepção. Estendo meus agradecimentos a todos/as os/as estudantes e pesquisadores/as que se inscreveram no curso “Da ontologia social do discurso ao enquadre epistemológico básico em ADC”, permitindo-me proveitosa interlocução sobre algumas das questões também discutidas aqui.

mapear conexões entre relações de poder e recursos discursivos acessíveis a pessoas ou grupos sociais, e materializados em eventos discursivos, então essa postura científica – uma proposta ontologicamente complexa do funcionamento da sociedade e da linguagem na sociedade – exige uma epistemologia também complexa, o que requer um rigoroso planejamento de pesquisa.

Então devo esclarecer: dizer que o projeto não se construiu da maneira usual – quando em nossa posição de cientistas construímos o problema em objeto, para a partir daí nos fazermos perguntas a seu respeito – não é o mesmo que negligenciar a necessidade de reflexão epistemológica sobre ele, mesmo quando a contingência que se apresenta nos obriga a conduzir essa reflexão ao mesmo tempo em que nos conduzimos na própria pesquisa, conforme as possibilidades que temos diante de nós. E foi assim com este projeto. A verdade é que há projetos que escolhemos, e há projetos que nos acolhem. Dos primeiros, desenhamos planejamentos cuidadosos em gabinete, traçando seus mapas, compondo equipe, escolhendo recortes; os segundos são mais exigentes: neles, os problemas de pesquisa mostram-se irrecusáveis, absorvendo-nos por inteiro, acordando aquela ânsia por compreender e colaborar que nos faz cientistas. Foi assim com Rafael Braga Vieira.

Eu já cooperava com a Rosimeire Barboza da Silva em outro projeto;<sup>6</sup> já vínhamos rascunhando outros escritos em coautoria quando ela me provocou com o caso de Rafael. Como resistir-lhe? Considerando que na ocasião eu já vinha trabalhando com a temática da situação de rua havia mais de dez anos, é claro que não me poderia ser indiferente a história de um jovem, negro, empobrecido, vivendo sazonalmente em situação de rua e que (alvo da seletividade do sistema penal brasileiro) se tornou o único condenado em primeira instância pelas chamadas Jorna-

---

6 Nosso trabalho anterior resultou no texto “Critical discourse analysis: voice, silence and memory - one case about public sphere”, publicado em *Critical Discourse Studies* (ver Resende; Silva, 2015b).

das de Junho no Brasil, ocorridas em 2013. Tampouco poderia resistir ao chamado de cooperação desta seriíssima militante de direitos humanos que é a Rose – e tive razão: com ela tenho aprendido muito.

Começamos por explorar o processo judicial que foi movido contra Rafael, procurando compreender, por meio do estudo dos pressupostos nos textos judiciais, as motivações por trás de sua condenação.<sup>7</sup> Aí foi o início deste projeto interdisciplinar e colaborativo. Na equipe do projeto, cooperamos a querida Rosimeire Silva, psicóloga de formação inicial e socióloga de formação pós-graduada, e eu, linguista com especialidade em análise de discurso crítica, contando ainda com o apoio imprescindível da advogada Luciana Ribas, de São Paulo, e do advogado Renan Sotto Mayor, do Rio de Janeiro, e mais recentemente da doutoranda em Linguística Sinara Bertholdo. Nesse processo de pesquisa, também estamos em contato com advogados/as do Instituto de Defesa de Direitos Humanos (DDH) e com o coletivo de ativistas da Campanha Liberdade para Rafael Braga.

Realizada a análise dos documentos dos autos do processo, passamos aos textos publicados em *O Globo*, o foco deste capítulo. Ainda aguardam nossas lentes analíticas outros dados: os textos de midiativismo que vimos colecionando desde 2013; a entrevista com advogados do DDH, que defendem Rafael Braga Vieira desde 2014; a entrevista com membros da Campanha Liberdade para Rafael Braga, um coletivo que se reúne todas as semanas na Cinelândia, no Centro do Rio, para discutir o caso e promover ações que o visibilizem; a entrevista com o próprio Rafael Braga Vieira. Trata-se, então, de um projeto policêntrico, no sentido definido por Clara Keating (2015): um projeto em que se entrecruzam objetos oriundos de diferentes locais de produção discursiva com seus

---

7 Nossas análises de todos os textos do processo disponíveis para livre acesso na Internet estão publicadas no livro *La sociedad, la comunicación y sus discursos*, organizado por Neyla Par-do Abril e editado pelo Instituto Caro y Cuervo, na Colômbia (Resende; Silva, 2015a). Um recorte com as análises apenas do texto da Sentença que o condenou será publicado no livro que resultará do I Critical Applied Linguistics Congress, previsto para ser publicado em 2017 pela EdUEL.

regimes particulares de ordens de trabalho, ordens de discurso, interesses, relações. Tudo isso traz ao projeto complexidade e desafios adicionais. É relevante mencionar aqui, ainda, que entre 2013 e 2016 este foi um projeto de pesquisa independente, sem fomento,<sup>8</sup> e que levamos em paralelo a outros projetos de pesquisa de que precisamos prestar contas.<sup>9</sup> Entendo este projeto como mais um elemento da necessária integração entre o fazer acadêmico e a ação política: compreendo que em ciência crítica as duas ações não se separam; ao contrário, entrecem-se numa relação indispensável.

Neste capítulo, o caso será abordado por meio da análise discursiva crítica (Fairclough, 2003; van Leeuwen, 2008; Ramalho e Resende, 2011) de notícias e artigos de opinião veiculados no portal web do jornal O Globo (oglobo.globo.com). O objetivo é analisar a representação de Rafael Braga Vieira nos textos a que se tem acesso por meio do argumento de busca “Rafael Braga Vieira” no referido portal, especificamente as oito matérias que noticiam fatos diretamente ligados ao caso de Rafael, conforme a pesquisa que realizamos em maio de 2015 no portal.<sup>10</sup> Já tendo analisado, em trabalho anterior (Resende; Silva, 2015a), os textos disponíveis no processo eletrônico, interessou-nos agora investigar como o obscuro processo contra Rafael aparece representado no principal diário do Rio de Janeiro.

---

8 O projeto foi submetido a edital de apoio à pesquisa da FAP-DF em 2015 e recusado. Voltamos a submetê-lo em 2016, e recebemos aprovação. No momento, aguardamos convocatória para assinatura do Termo de Outorga pelo Edital 3/2016.

9 No meu caso, os projetos “Violação de direitos como violência e mobilização social como resistência: uma investigação discursiva” (CNPq/ Universal 470300/2013-2, encerrado em dezembro de 2016) e “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq/PQ 304075/2014-0). No caso da Rosimeire Silva, seu projeto de doutoramento, levado a cabo no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

10 A pesquisa por “Rafael Braga Vieira” no portal de O Globo em maio de 2015 também resultou outros sete textos, mas que não noticiam fatos ligados ao caso de Rafael, apenas o tomam como exemplo para discutir o tema mais amplo das chamadas Jornadas de Junho. Esses textos não são discutidos aqui, mas no capítulo que será publicado no Chile, em livro organizado por Lésmer Montecino Soto, analisamos também esses sete textos.

## 1. A prisão de Rafael Braga Vieira em junho de 2013: uma breve contextualização

As manifestações multitudinárias que ocorreram, em diversas capitais do Brasil, no mês de junho de 2013, ficaram conhecidas como 'Jornadas de Junho'. Tais manifestações, embora assumissem como marco as reivindicações contra o aumento das tarifas de ônibus, aprofundaram pautas e debates mais amplos e colocaram em evidência inédita uma questão denunciada há longos anos por movimentos sociais das periferias brasileiras: a truculência, a violência e a desproporção de ações policiais contra civis no Brasil.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_no\\_Brasil\\_em\\_2013](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013). Acesso em 25 de maio de 2015.



Fonte: <http://tarifazero.org/tag/direito-a-cidade/>. Acesso em 25 de maio de 2015.



Montagem de imagens acessíveis pelo Google na pesquisa "2013 jornadas de junho violência policial". Acesso em 25 de maio de 2015.

Rafael Braga Vieira foi preso por volta de seis horas da tarde, em 20 de junho de 2013, quando voltava ao local que lhe serviria de

abrigo naquela noite – um casarão abandonado na Rua do Lavradio, no Centro do Rio de Janeiro. Nesse dia, aconteceu a maior manifestação das chamadas Jornadas de Junho, na cidade.



Centro do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2013

De acordo com seu depoimento à polícia, Rafael, ao chegar, encontrou dois recipientes, segundo ele lacrados, uma garrafa de água sanitária e uma de desinfetante, e saiu do casarão com as garrafas. Pouco tempo antes, agentes da Polícia Militar haviam arremessado uma bomba de gás lacrimogêneo contra a Delegacia da Criança e Adolescente Ví-tima (DCAV), que fica bem em frente ao casarão, na Rua do Lavradio.



A fotografia da esquerda mostra a DCAV e a da direita retrata o casarão abandonado onde Rafael pernoitava em junho de 2013. As duas fotos foram tomadas por Rosimeire Silva em maio de 2015. Em janeiro de 2016, voltamos ao local e os dois imóveis haviam sofrido modificações.

A fotografia da esquerda mostra a DCAV e a da direita retrata o casarão abandonado onde Rafael pernoitava em junho de 2013. As duas

fotos foram tomadas por Rosimeire Silva em maio de 2015. Em janeiro de 2016, voltamos ao local e os dois imóveis haviam sofrido modificações.

Ao sair do casarão com as garrafas, cerca de dez policiais abordaram Rafael de forma violenta, segundo seu depoimento. Depois, o acusaram de portar coquetel molotov, conduzindo-o à DCAV. Os dois policiais lotados naquela delegaciae responsáveis pela condução de Rafael foram as únicas testemunhas arroladas no processo movido contra ele posteriormente. Segundo depoimento de Rafael, as garrafas foram adulteradas na delegacia, tendo sido acrescentados pedaços de flanela, na forma de pavios. Rafael não participava das manifestações, mas foi o único condenado em primeira instância naquele contexto.



Do vídeo “O Homem que foi Condenado por Porte de Pinho Sol”

Em <https://www.youtube.com/watch?v=lQYJbsharBQ>. Acesso em 25 de maio de 2015

A acusação contra ele foi de flagrante no Inciso III do Artigo 16 da Lei nº 10.826, por “possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”<sup>11</sup>. As garrafas apreendidas com Rafael foram submetidas à análise pelo Esquadrão Antibomba da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) para emissão de um laudo técnico. Segundo o laudo emitido,

Esses engenhos submetidos a exames foram confec-

11 BRASIL, Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei 10.826. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

cionados em garrafas plásticas, ou seja, com mínima possibilidade de quebra que possibilitaria o espalhamento do seu conteúdo inflamável e contato com a chama ignitora [...] Pode ser utilizado com eficácia na prática de crimes como arma de coação, intimidação ou ser acionado e lançado contra populares ou forças policiais, apresentando, contudo, ínfima possibilidade de funcionar como coquetel molotov.<sup>12</sup>

Mesmo assim, as garrafas foram consideradas coquetéis molotov e assim referidas ao longo do processo que condenou Rafael, em 2 de dezembro de 2013, a cinco anos de prisão em regime fechado.



Grafite que faz referência à condenação de Rafael Braga Vieira

Fonte: <https://mamapress.wordpress.com/2014/02/27/este-esta-mofando-na-prisao-rafael-braga-vieira-o-portador-de-pinho-sol-poderia-ser-acrescenta-a-lista-dos-que-vinicius-romao-lembrou/>.

Acesso em 25 de maio de 2015.

Focalizamos a ação judicial movida contra Rafael em trabalho anterior (Resende; Silva, 2015a), quando analisamos os quatro principais documentos do processo disponíveis para livre acesso na Internet: a Decisão que comunicou a prisão de Rafael em 24 de junho de 2013; a Decisão que recebeu a denúncia do Ministério Público contra Rafael em 28 de

12 RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Segurança, Laudo Técnico Número 267/EA/2013, 2013, p. 1-2.

junho de 2013; a Decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva de Rafael em 27 de setembro de 2013; a Sentença que condenou Rafael e dosou sua pena em 2 de dezembro de 2013. Sobre esses dados, concluímos que, embora o processo tenha privilegiado a identificação do réu e sua avaliação pessoal, em detrimento da descrição minuciosa do suposto crime envolvendo explosivos, e embora tenha se baseado na reincidência e em supostos “péssimos antecedentes” (nas palavras das alegações finais da acusação) para privá-lo de liberdade, a grande maioria dos documentos produzidos não é explícita sobre os pertencimentos identitários que informaram muitos dos debates sobre o caso – o fato de Rafael ser jovem, negro e estar em situação de rua.

O caso de Rafael recebeu ampla divulgação na mídia e, principalmente, nas redes sociais. Seu caso também foi considerado emblemático por diversas organizações de Direitos Humanos, que o incluíram em relatórios sobre as chamadas Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, apresentados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Várias organizações também publicaram manifestos e mobilizaram atos em prol da libertação de Rafael, e é nossa meta no projeto de pesquisa de que este artigo é parte contribuir para a construção de argumentos que lancem luz sobre a injustiça do caso.



Montagem de imagens acessíveis pelo Google na pesquisa “Liberdade para Rafael Braga Vieira”. Acesso em 25 de maio de 2015.

No segundo esforço concentrado neste projeto de pesquisa sobre o caso Rafael Braga Vieira, nosso foco se desloca dos textos jurídicos para a análise de textos jornalísticos. Agora, já avançamos também para análises de textos do midiativismo sobre o caso (Silva; Resende, 2016), mas neste capítulo limitamo-nos a analisar as notícias e artigos de opinião que resultam da busca por “Rafael Braga Vieira” no portal on-line vinculado ao jornal O Globo, jornal mais lido do Rio de Janeiro.

## 2. Rafael Braga Vieira em O Globo on-line: organizando os dados e definindo categorias

Para chegar aos dados que discutimos nesta seção, entramos no portal de notícias on-line O Globo – [oglobo.globo.com](http://oglobo.globo.com) – e fizemos uma pesquisa com o argumento de busca “Rafael Braga Vieira”. Para a pesquisa realizada em 4 de maio de 2015, considerando apenas os textos publicado na versão on-line de O Globo, essa busca nos levou a um total de 15 textos, dos quais oito nos servem aqui de corpus para a investigação da representação de Rafael Braga Vieira e do caso judicial a que foi submetido.

### Imagem 1 – Busca por “Rafael Braga Vieira” no portal O Globo on line



Fonte: <http://oglobo.globo.com/busca/?q=Rafael+Braga+Vieira>.  
Acesso em 13 de junho de 2015.

A primeira leitura dos dados sugeriu a divisão dos 15 textos resultantes em dois grupos: apenas oito textos faziam referência diretamente ao caso de Rafael e, nos outros sete, ele era apenas ilustração para tratar o tema mais amplo das chamadas Jornadas de Junho. Neste capítulo, consideraremos apenas os textos especificamente ligados ao caso de Rafael. São eles:

### **Quadro 1 – Textos que abordam especificamente o caso Rafael Braga Vieira**

Data	Manchete	Autoria	Coluna
24/06/2013	Justiça decreta prisão preventiva de homem preso com artefato explosivo em manifestação	Sem autoria	Rio
24/06/2013	Justiça concede prisão preventiva de manifestante flagrado com coquetel molotov em protesto no Centro	Sem autoria	Rio
03/12/2013	Justiça condena manifestante preso com coquetel molotov	Sem autoria	Rio
04/12/2013	Justiça condena manifestante preso com coquetel molotov	Fábio Teixeira	Rio
04/12/2013	Defesa vai recorrer de condenação de manifestante preso em junho	Elenilce Bottari	Rio
26/08/2014	Defesa de morador de rua cogita recorrer a instâncias superiores da Justiça	Sem autoria	Rio
26/08/2014	Tribunal de Justiça do estado reduz pena de jovem flagrado com líquido inflamável em protesto	Marcel Tardin	Rio
11/09/2014	Por que só Rafael?	Thiago Melo e Carlos Eduardo Martins	Opinião

Consideradas as manchetes organizadas no Quadro 1, pode-se dizer que os textos publicados especificamente sobre o caso de Rafael tematizam mais a justiça penal que as manifestações, contexto e motivo de sua prisão (elementos em **negrito**). Também nos chamou atenção uma mudança paulatina nos modos de representar Rafael nas manchetes (elementos em *itálico*): nos cinco primeiros textos – que vão da notícia de sua prisão em junho à de sua condenação em dezembro –, Rafael é

representado como manifestante, portanto explicitamente vinculado ao contexto das chamadas Jornadas de Junho, mas nos três últimos textos, os de 2014, sua representação muda, para “morador de rua”, “jovem” e, finalmente, “Rafael”.

Nossa microanálise desses oito textos considerou os modos de representação de Rafael, recorrendo à teoria da representação de atores sociais em van Leeuwen (2008), segundo a qual as maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Para van Leeuwen, determinados atores sociais podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em textos; podem ser representados por suas atividades ou vozes; podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Van Leeuwen apresenta uma descrição sociossemântica minuciosa dos modos pelos quais atores sociais podem ser representados, e aqui nos serviremos de suas categorias conforme as necessidades apontadas pelos dados. Em primeiro lugar, atores sociais podem ser ativados ou apassivados. Na ativação, são representados como forças dinâmicas numa atividade, o que se pode realizar de maneira clara, por meio dos papéis gramaticais participantes em estruturas transitivas. Van Leeuwen (1997, p. 185) argumenta que a relevância dos papéis gramaticais (“quem é representado como ‘agente’, e como ‘paciente’ no que diz respeito a uma dada ação”) em representações decorre de que “as representações podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os/as participantes”. Resende (2012, p. 446) sugere que isso mostra a relação entre o Sistema de Transitividade (HALLIDAY, 2004) e a Representação de Atores Sociais – a transitividade pode ser entendida como parte do potencial metodológico para análise de representação de atores sociais em textos. Com base em Halliday (2004), Alexandre e Resende (2010, p. 94) explicam que o Sistema de Transitividade

é o mecanismo léxico-gramatical através do qual se constrói a experiência como um mundo feito de processos, participantes e circunstâncias (cf. Halliday, 2004, p. 168ss). O fluxo de acontecimentos que experienciamos é, por assim dizer, retalhado em vários pedaços, e cada um desses pedaços é moldado como uma figura – uma figura de acontecer, de fazer, de sentir, de dizer, de ser ou de ter. Cada figura assenta, pois, num tipo específico de processo, ao qual se associam determinados participantes e que pode eventualmente ser ampliado por circunstâncias.

Mais concretamente, a gramática da experiência, tal como teorizado em LSF [Linguística Sistemico-Funcional], assenta numa tipologia de processos [...] Os tipos principais de Processos são: Relacional, Mental e Material. Os tipos secundários de Processos são: Verbal, Comportamental e Existencial.

.....

Cada um desses seis tipos de processos corresponde a uma configuração particular: “alguém é/significa algo”, “alguém fala/verbaliza algo”, “alguém pensa/sente algo”, “alguém respira/tosse”, “alguém faz algo a alguém/cria algo” e “alguém existe/há algo” (cf. Gouveia, 2009, p. 33). Cada uma destas configurações combina diferentes tipos de entidades, i.e., participantes e, como tal, constrói diferentes significados.

Aqui, atentaremos para a ativação/passivação de Rafael nos textos – na passivação, os atores sociais são representados como “submetendo-se à atividade ou como sendo receptores dela” (Fairclough, 2003, p. 145) – e para os tipos de processos (especificamente os materiais, comportamentais, verbais, relacionais) associados a ele nas representações. Alertamos, entretanto, para a apropriação que faremos do enquadre para análise de transitividade proposto por Halliday. Não faremos, efetivamente, análise de transitividade, mas nos serviremos livremente de algumas de suas perspectivas que nos parecem úteis para analisar a representação

de Rafael em estruturas transitivas.

Também nos interessa, nos termos de van Leeuwen, investigar se Rafael é representado por funcionalização, quando atores sociais são representados em termos de uma atividade, uma ocupação ou uma função; e por classificação, quando atores sociais são definidos não em termos do que fazem, mas em termos do que são, consideradas as principais categorias por meio das quais uma dada sociedade ou instituição diferencia classes de pessoas (idade, sexo, origem, classe social etc.). Interessa-nos, especialmente, investigar se os modos de representação de Rafael o localizam fortemente no contexto das manifestações ou não, e de que formas seus pertencimentos identitários ligados a classe e raça são textualizados – nosso interesse aqui se deve ao que já percebemos nos mapeamentos anteriores a respeito de mudanças cronológicas em sua representação, conforme as manchetes do Quadro 1.

Na próxima seção, colocamos esse aparato analítico em funcionamento, considerando os oito textos especificamente sobre o caso que foram publicados em O Globo.

### **3 Rafael Braga Vieira em O Globo on-line: exercício analítico**

Os oito textos de O Globo especificamente sobre o caso de Rafael Braga Vieira podem ser divididos em três grupos: dois textos de junho de 2013 (sobre a prisão), três textos de dezembro de 2013 (sobre a condenação) e três textos de 2014 (sobre a intervenção do Instituto de Defensores de Direitos Humanos no caso Rafael Braga Vieira). Os textos foram codificados em cores (RESENDE, 2008) e analisados com base nas categorias analíticas de representação de atores sociais e intertextualidade. Neste capítulo, daremos ênfase à análise da representação de Rafael Braga Vieira nos textos.

## Imagem 2 – Codificação



Ilustração do trabalho de codificação analítica realizado nos documentos do Processo.



Ilustração do trabalho de codificação analítica realizado nos documentos de *O Globo*.

Os dois textos de junho de 2013 noticiam a prisão de Rafael e foram publicados em 24 de junho de 2013, dia em que a prisão “em flagrante” foi convertida em prisão preventiva. Essa também é, portanto, a data do primeiro documento disponível nos autos do processo eletrônico referente ao processo movido pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra Rafael Braga Vieira.<sup>13</sup> Esse documento, intitulado “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante”, foi um dos documentos que analisamos em Resende e Silva (2015a), quando identificamos seus quatro movimentos retóricos:<sup>14</sup> a breve descrição da prisão de Rafael Braga Vieira “em flagrante”, com a afirmação da existência de provas materiais do suposto delito (as garrafas) e indícios de autoria (os depoimentos dos policiais que o prenderam); a desqualificação de Rafael com base em seus antecedentes criminais (duas condenações por roubo, cujas penas já tinham sido cumpridas, estando Rafael em liberdade condicional em junho de 2013); a narrativa do fato e a conclusão por sua prisão preventiva. A narrativa do fato na “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante” é realizada nos seguintes termos:

13 Processo nº 0212057-10.2013.8.19.0001. Processo eletrônico disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaMov.do?v=2&numProcesso=2013.001.185124-5&acessoIP=internet&tipoUsuario>>. Acesso em 25 de maio de 2015.

14 Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 170), movimentos retóricos podem ser entendidos como “movimentos discursivos em gêneros, com um propósito particular pontual, que servem aos propósitos globais do gênero”.

O fato ocorreu enquanto centenas de milhares de pessoas reuniam-se, pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos. Naquele mesmo episódio verificou-se a presença de uma minoria, quase inexpressiva - se comparada com o restante de manifestantes - imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendentes a descreditar e desmerecer um debate democrático. A utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos.

Assim, sabemos que a denúncia contra Rafael foi recebida, sua prisão preventiva foi homologada e posteriormente sua condenação foi decidida com base na premissa de que ele seria um manifestante, parte de uma “uma minoria (...) imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo”, e que, portanto, estaria em vias de utilizar o “material incendiário”. Chama a atenção, então, que a representação de Rafael Braga Vieira vá paulatinamente, entre 2013 e 2014, sendo desvinculada do contexto das Jornadas de Junho, que seu caso vá perdendo traços de caso especial, ligado a “atos de vandalismo”, para adquirir os contornos de ‘mais do mesmo’: ‘apenas mais um negro pobre preso’.

Também sabemos, com base no documento de Alegação Final do Ministério Público, que Rafael Braga Vieira negou a posse de artefatos incendiários, embora assumisse a posse das garrafas plásticas contendo material de limpeza. Entretanto, desde o início do processo movido contra ele, a materialidade dos artefatos incendiários é tomada como certa, o que se repete nos textos jornalísticos que ora investigamos. Isso pode parecer banal, mas resulta que o pressuposto de “conduta delituosa” por parte de Rafael nesse caso específico jamais foi posto em dúvida nos autos do processo movido contra ele. Como é o processo a fonte fundamental das notícias sobre Rafael – sua voz não aparece –, são

os mesmos sentidos que se repetem aqui. A exceção, veremos, é o último texto de nosso corpus.

Os textos de 24 de junho que estão em foco agora são intitulados “Justiça decreta prisão preventiva de homem preso com artefato explosivo em manifestação” (Texto 1) e “Justiça concede prisão preventiva de manifestante flagrado com coquetel molotov em protesto no Centro” (Texto 2). Os dois textos são notícias curtas, típicas do jornalismo web, e não são assinados:

### Imagem 4 – Texto 1



globo.com g1 globoesporte gshow lances&etc. vídeos

O GLOBO RIO

18h52

## Justiça decreta prisão preventiva de homem preso com artefato explosivo em manifestação

RIO - A Justiça decretou a prisão preventiva de Rafael Iriga Vieira, detido em flagrante na manifestação da última quinta-feira, dia 20, no Centro do Rio, com dois artefatos incendiários semelhantes a “coquetéis molotov”. O pedido foi feito pelo Ministério Público. Em nota, o Tribunal de Justiça afirma que Rafael já foi condenado anteriormente por dois roubos.

“O fato ocorreu enquanto centenas de milhares de pessoas reuniam-se, pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos. Naquele mesmo episódio verificou-se a presença de uma minoria, quase inexpressiva – se comparada com o restante de manifestantes – imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendentes a descreditar e desmerecer um debate democrático. A utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à integridade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos”, destacou o juiz na decisão.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/justica-decreta-prisao-preventiva-de-homem-pres-com-artefato-explosivo-em-manifestacao-8799938>. . Acesso em 25 de maio de 2015.

## Imagem 5 – Texto 2

globo.com | g1 | g1desporto | g1rio | temas & etc | vídeos

**O GLOBO** RIO

Acesse o site e conheça todas as vantagens »

18h52  
RIO

### Justiça concede prisão preventiva de manifestante flagrado com coquetel molotov em protesto no Centro

O Tribunal de Justiça converteu em prisão preventiva a prisão em flagrante de Rafael Braga Vieira, preso na manifestação da última quinta-feira, dia 20, no Centro do Rio, portando dois artefatos incendiários semelhantes a "coquetéis molotov". A conversão atende a um pedido do Ministério Público.

"O fato ocorreu enquanto centenas de milhares de pessoas reuniam-se pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos. Naquela mesma ocasião verificou-se a presença de uma minoria, quase imperceptível – se comparada com o restante de manifestantes – inibida única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendente a descreditar e desmerecer um debate democrático. A utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos", destaca o jurista na decisão.

Rafael já tinha antecedentes criminais por roubo. Nos dois processos, ele foi condenado. Além disso, seu histórico penal mostrou que ele chegou a fugir do sistema prisional, tendo sido recapturado.

O magistrado ressalta, ainda, que a Constituição da República garante a todos os cidadãos o direito de reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/justica-concede-prisao-preventiva-de-manifestante-flagrado-com-coquetel-molotov-em-protesto-no-centro-8799936>. Acesso em 25 de maio de 2015.

Nas duas manchetes, a justiça é topicalizada, e o mesmo se observa nos modos como os dois textos se iniciam: o Texto 1 com “RIO – Justiça decretou a prisão preventiva” e o Texto 2 com “O Tribunal de Justiça converteu em prisão preventiva a prisão em flagrante”. As manchetes diferem nos modos como inserem Rafael no contexto da manifestação: na primeira, ele é representado como “homem preso com artefato explosivo” e sua relação com a manifestação é expressa como circunstância espacial: “em manifestação”; na segunda, o vínculo estabelecido entre Rafael e o protesto é mais forte, já que o modo de representação escolhido foi “manifestante flagrado com coquetel molotov”. Assim, nos termos

de van Leeuwen, podemos dizer que no primeiro caso ele é classificado pelo que é (homem) e no segundo é funcionalizado pelo que (supostamente) faz (manifestante).

Observados os corpos dos dois textos, realizam representações bastante semelhantes de Rafael. Vejamos:

(1) RIO - A Justiça decretou a prisão preventiva de Rafael Braga Vieira, detido em flagrante na manifestação da última quinta-feira, dia 20, no Centro do Rio, com dois artefatos incendiários semelhantes a “coquetéis molotov”. O pedido foi feito pelo Ministério Público. Em nota, o Tribunal de Justiça afirma que Rafael já foi condenado anteriormente por dois roubos. (Texto 1)

(2) O Tribunal de Justiça converteu em prisão preventiva a prisão em flagrante de Rafael Braga Vieira, preso na manifestação da última quinta-feira, dia 20, no Centro do Rio, portando dois artefatos incendiários semelhantes a “coquetéis molotov”.

.....  
Rafael já tinha antecedentes criminais por roubo. Nos dois processos, ele foi condenado. Além disso, seu histórico penal mostrou que ele chegou a fugir do sistema prisional, tendo sido recapturado. (Texto 2)

Os modos de representação de Rafael nos dois textos de junho são muito semelhantes em três aspectos: é representado por seu nome completo, retomado depois pelo nome próprio; é localizado temporal (“última quinta-feira, dia 20”) e espacialmente (“no Centro do Rio”) no contexto da manifestação específica (“na manifestação da”), o que se realiza de forma idêntica; e é identificado por suas condenações anteriores

por roubo. Os três modos de representação apontam para a construção de singularidade no caso de Rafael aqui representado, uma singularidade que decorre da decisão judicial de sua prisão preventiva, do suposto porte de “artefatos incendiários” e da reincidência – ainda nenhuma menção a seu trabalho (catador) ou a sua condição social.

Observe-se nesses trechos a recorrência de estruturas com processos relacionais em que Rafael assume papel passivo: “já foi condenado” (Texto 1) e “já tinha antecedentes criminais”, “ele foi condenado”, “tendo sido recapturado” (Texto 2). Essas estruturas com processos relacionais, sempre localizadas no campo semântico do crime e da condenação, serão uma constante nos próximos textos.

Ainda, no primeiro parágrafo de cada um dos textos, após a primeira ocorrência do nome completo de Rafael, aparece a caracterização da personagem, de formas também semelhantes: “detido em flagrante na manifestação” (Texto 1) e “preso na manifestação” (Texto 2). Rafael é representado, portanto, como alguém que sofre a ação da justiça: preso, detido, condenado, recapturado. A exceção aparece, no Texto 2, quando a Rafael se atribui um papel ativo em processo material, mas sempre no campo da justiça e reforçando o estatuto da reincidência: “ele chegou a fugir do sistema prisional”.

Última observação sobre a representação nesses dois textos: em ambos, assim como na “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante”, a identificação entre as garrafas com que Rafael foi preso e “artefatos incendiários” é pressuposta. Naquele documento judicial, lê-se: “foi preso em flagrante na posse de dois artefatos incendiários semelhantes a ‘coquetéis Molotov’”, o que nos textos em análise se retextualiza para “com dois artefatos incendiários semelhantes a ‘coquetéis molotov’” (Texto 1) e “portando dois artefatos incendiários semelhantes a ‘coquetéis molotov’” (Texto 2). Pode-se supor, desde já, que a “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante” é a fonte das matérias.

Três textos de dezembro de 2013 foram encontrados na pesquisa realizada pelo termo de busca “Rafael Braga Vieira” em maio de 2015. Os três noticiam a condenação de Rafael, ocorrida em 2 de dezembro de 2013. O texto “Justiça condena manifestante preso com coquetel molotov” (Texto 3) foi publicado dia 3 de dezembro, e os textos “Justiça condena manifestante preso comcoquetel molotov” (Texto 4) e “Defesa vai recorrer de condenação de manifestante preso em junho” (Texto 5) datam do dia seguinte.

O Texto 3 realiza notícia curta (185 palavras), típica do ciberjornalismo, e não é assinada:

### Imagem 6 – Texto 3



The image shows a screenshot of a news article from the website O Globo. At the top, there is a navigation bar with the O Globo logo and a menu icon. Below the navigation bar, there is a blue banner with the text "Acesse o site e conheça todas as vantagens »". The main content area features a timestamp "23h43" and the title "Justiça condena manifestante preso com coquetel molotov". The article text begins with "RIO - Rafael Braga Vieira foi condenado nesta segunda-feira a prisão em regime fechado por porte de dois coquetéis molotov durante manifestação de rua no dia 21 de junho deste ano. Rafael é um de quatro manifestantes que continuam presos após os protestos que ocorreram na cidade neste ano. A decisão tomada em primeira instância pela 32ª Vara Criminal, leva em conta o fato de que Rafael é reincidente, tendo já sido condenado por dois crimes de roubo. Em sua decisão, o juiz responsável pelo caso estabeleceu pena acima da mínima para o caso de porte ilegal de arma, colocando a prisão em 4 anos, além de dez dias de multa. Por conta das condenações anteriores, a pena subiu para cinco anos. O juiz citou como agravante o fato de Rafael ser reincidente e de ter em posse armas de uso restrito durante uma manifestação com "centenas de milhares de pessoas." "Fico o regime fechado para o cumprimento da pena, em razão da reincidência e por entender este julgador ser o regime adequado para garantir o caráter repressivo e preventivo", informa o juiz da decisão.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/justica-condena-manifestante-presos-com-coquetel-molotov-10961810>. Acesso em 25 de maio de 2015.

Os outros dois são textos bem mais extensos (Texto 4 – 602 palavras e Texto 5 – 687 palavras), além de serem organizados em intertí-

tulos e de serem ambos ilustrados com fotografias de incêndios ocasionados nas manifestações (no Texto 4, a fotografia tem a legenda “Cena de destruição em protesto no dia 20 de junho, no Centro”, e, no Texto 4, a legenda é “Cabine da PM incendiada em protesto no dia 20 de junho”).

### Imagem 7 – Texto 4



Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/justica-condena-manifestante-preso-com-coquetel-molotov-10961857>. Acesso em 25 de maio de 2015.

### Imagem 8 – Texto 5



Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/justica-condena-manifestante-preso-com-coquetel-molotov-10961857>. Acesso em 25 de maio de 2015.

Vejamos primeiro as manchetes. As três representam Rafael como manifestante, sendo que as duas primeiras assimilam o pressuposto do porte de “coquetel molotov” – as imagens escolhidas para ilustrar as matérias, embora não tenham conexão direta com o fato noticiado (a condenação), também servem de reforço da identificação entre Rafael e explosivos. Essas duas notícias mais extensas têm ampliação de manchetes e em ambos os casos essa ampliação nomeia Rafael: no Texto 4, “Rafael Braga Vieira terá de cumprir pena de cinco anos em regime fechado”, e, no Texto 5, “Rafael Vieira foi o primeiro preso condenado em protesto na cidade”.

Vejamos como a representação de Rafael evolui nos três textos. Começaremos pelo Texto 3, em que a nomeação de Rafael, pelo nome completo, é o que abre o texto. Depois, sua representação é retomada outras três vezes pelo nome próprio. O que importa notar aqui é a recorrência de estruturas com processos relacionais, em que Rafael é qualificado como reincidente, e de estruturas transitivas em voz passiva, em que Rafael é representado como sofrendo ação da justiça. Nos trechos de (3) a (6), a seguir, destacamos em *itálico* as estruturas transitivas passivas e as estruturas com processo relacional, conforme indicado à direita:

- |     |  |  |
|-----|--|--|
| (3) | Rafael Braga Vieira foi condenado                                      | (Estrutura transitiva passiva)                                       |
| (4) | Rafael é um dos quatro manifestantes que continuam presos              | (Estrutura com processo relacional)                                  |
| (5) | Rafael é reincidente, tendo já sido condenado por dois crimes de roubo | (Estrutura com processo relacional/<br>Estrutura transitiva passiva) |
| (6) | O fato de Rafael ser reincidente e ter em posse armas de uso restrito  | (Estruturas com processos relacionais)                               |

Organizamos todas as ocorrências de representação de Rafael no Texto 3 nos excertos de (3) a (6), o que permite ver que ele só é representado desses dois modos no texto, ou seja, não se representa ação de Rafael no mundo, ele apenas é (manifestante e reincidente), tem (posse de armas de uso restrito) e sofre ação de outrem (da justiça, de condenação).

Passemos aos textos mais robustos sobre a condenação de Rafael, começando pelo Texto 4, de mesmo título do Texto 3 e cuja expansão de título já comentamos. A representação de Rafael dá-se, em primeiro lugar e como primeira instância do texto, como “O catador de latas Rafael Braga Vieira, de 26 anos” e “primeira pessoa a ser condenada”; depois, ele é retomado como Rafael (quatro vezes), “o réu” (quatro vezes) e “o acusado” (duas vezes). Nos termos do inventário sociossemântico de van Leeuwen, aqui adaptado, ele é, então, funcionalizado (por seu trabalho como catador), nomeado (por nome completo e por nome próprio), classificado (por sua idade), assimilado (como membro de um grupo, e o primeiro desse grupo a ser condenado) e classificado novamente (por sua identificação como réu e acusado em um processo). O que nos interessa aqui é que, nesse texto, ele é fortemente ancorado no contexto das manifestações, tanto na manchete, como já vimos (“manifestante”), quanto no corpo do texto (quando é assimilado a outros manifestantes presos, em “a primeira pessoa a ser condenada”); mas também é, pela primeira vez em nosso corpus, representado por referência a seu trabalho de catador de materiais recicláveis, o que não só o funcionaliza, como o posiciona socialmente.

Vejam, agora, como se representa Rafael na estrutura de transitividade – a que processos (tipos de verbos) ele é associado e qual é o grau de agentividade de suas ações na representação. No Quadro 2, a seguir, organizamos as estruturas transitivas de que Rafael participa, seja em posição ativa ou passiva, ou mesmo em posição circunstancial. Como o texto utiliza a voz passiva em várias instâncias, sinalizamos as posições participantes das estruturas transitivas como Participante 1 e Participante 2, sem nada referir, nesse momento, a respeito da atividade no processo.

## Quadro 2 – Representação de Rafael Braga Vieira em estruturas transitivas no Texto 4

Participante 1	Processo	Participante 2	Circunstância
O catador de latas Rafael Braga Vieira, de 26 anos,	é	a primeira pessoa a ser condenada	depois de ser presa num dos protestos que sacudiram o Rio este ano
o réu	carregava	coquetéismo-molotov	ao ser detido, em 20 de junho passado
Ele	carregava	material de limpeza	
o réu	não transportava	coquetéismo-molotov	
Rafael	foi preso		durante um protesto ocorrido no Centro do Rio
o acusado	foi visto		entrando numa loja com uma mochila e saindo de lá em seguida com dois coquetéis molotov na mão
Ele	não soube explicar	o que fazia com os frascos na mão.	na delegacia
o juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte	levou em conta	o fato de Rafael ser reincidente	— já tinha sido condenado duas vezes por roubo — e considerado foragido da Justiça
Réu	estava	foragido	
Rafael	deverá permanecer	preso	de acordo com o juiz, pelo fato de ser foragido da Justiça.
o réu	foi preso		em flagrante por este novo crime enquanto se encontrava evadido do regime prisional

Para além do que já vimos sobre a representação de Rafael por nomeação, funcionalização, classificação e assimilação, o Quadro 2 nos permite visualizar outros dois aspectos relevantes de sua representação no Texto 4.

Primeiro, no que se refere aos tipos de processo, Rafael é vinculado em afirmações positivas em papel ativo apenas a processos relacionais (“é a primeira pessoa a ser condenada”, “estava foragido”, “deverá permanecer preso”) e comportamentais (“carregava coquetéis molotov”, “carregava material de limpeza”); em afirmações negativas na voz ativa, é vinculado a processo verbal (“não soube explicar”) e a processo comportamental (“não transportava”); e a processo material (“foi preso”, duas vezes) e comportamental (“foi visto”) na voz passiva, sempre sofrendo a ação (da justiça ou da polícia). Essas estruturas transitivas deixam ver o que Rafael realiza no mundo da representação textual: no mundo do ser, ele é condenado/está foragido/permanece preso; no mundo do comportar-se, ele carrega/(não) transporta coquetel molotov, e é visto por policiais; no mundo do dizer, ele não sabe explicar, ou seja, não diz; e no mundo do fazer, ele apenas sofre a ação de ser preso. Essas ações realizadas e sofridas no mundo representado no texto nos ensinam as características atribuídas a essa personagem.

Segundo, quando a representação de Rafael aparece na posição circunstancial, mormente por meio de participio passado ligado a processo relacional ([primeira pessoa a] “ser presa”; “ser detido”; “tinha sido condenado”; “considerado foragido da Justiça”; “ser foragido da Justiça”; “se encontrava evadido do regime prisional”), trata-se sempre de vinculá-lo ao domínio da prisão e da condenação, representando-o, novamente, como sofrendo ação da polícia ou da justiça. Isso pode ser explicado pela natureza noticiosa e mesmo temática do texto, mas chama atenção, por exemplo, que ele não seja, também ‘defendido por advogados’ ou mesmo ‘apoiado por grupos militantes’ na representação.

O Texto 5, também mapeado em nossa busca pelo termo “Rafael Braga Vieira” no portal do jornal O Globo versão web, intitulada “Defesa vai recorrer de condenação de manifestante preso em junho”, e com expansão de manchete “Rafael Vieira foi o primeiro preso conde-

nado em protesto na cidade”, curiosamente é cópia integral do Texto 4, inclusive com idêntica intertitulação, embora tenha distinta atribuição de autoria e seja ilustrado com uma fotografia diferente. Esse fato causou-nos estranhamento e, sobre ele, consultamos o colega Fábio Henrique Pereira, docente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade de Brasília, que levantou a seguinte hipótese: provavelmente o jornalista Fábio Teixeira (autor do Texto 4) escreveu e publicou a matéria com o título sobre a condenação, acessando o sistema de publicação do jornal com o seu próprio login; depois (a atualização do Texto 5 é de 5 de dezembro às 11h08), é possível que tenham achado que o fato de a Defesa recorrer da condenação seria mais atual ou interessante como título e uma segunda pessoa, Elenilce Bottari (autora do Texto 5), tenha feito o trabalho de titulação, acessando o sistema e publicando com o seu login pessoal. Isso, segundo nosso colega jornalista, seria normal num contexto de redação, pois os/as editores/as têm a palavra final sobre os títulos. O que lhe causou estranhamento é que tenham deixado as duas versões no ar, o que ele interpretou como um possível erro.

A busca por “Rafael Braga Vieira” no portal de O Globo on-line ainda levou a outros três textos, publicados em 2014. Dois deles datam de 26 de agosto, data em que foi apreciada a apelação criminal, apresentada por advogados do DDH, que pedia a absolvição por atipicidade da conduta, a redução da pena-base ao mínimo legal, a realização de uma nova perícia das garrafas e a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito. São eles: “Defesa de morador de rua cogita recorrer a instâncias superiores da Justiça” (Texto 6) e “Tribunal de Justiça do estado reduz pena de jovem flagrado com líquido inflamável em protesto” (Texto 7). O texto “Porque só Rafael?” (Texto 8) foi publicado em 11 de setembro. O Texto 6, não assinado, realiza notícia curta, típica do jornalismo web; o Texto 7 é assinado e noticia o mesmo fato, mas de forma mais robusta, com intertítulos, mas sem imagens; o Texto 8, por fim, é o único de nosso corpus que claramente realiza um artigo de opinião.

Começemos pelo Texto 6:

## Imagem 9 – Texto 6

globo.com | gl | g1 | g1bomasponte | g1news | ferramentas | vídeos

O GLOBO

16h50

### Defesa de morador de rua cogita recorrer a instâncias superiores da Justiça

RIO - Após a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) de manter preso o morador de rua Rafael Braga Vieira, detido durante uma manifestação em 2013, e reduzir sua pena de 3 anos e dez meses de reclusão para 4 anos e 8 meses, sem possibilidade de recorrer em liberdade, o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), responsável por entrar com o recurso de habeas corpus para o acusado, agora cogita recorrer a esferas superiores da Justiça, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

— Depois desta decisão, que consideramos injusta, estamos estudando qual será o nosso próximo passo. Uma possibilidade é recorrer ao Superior Tribunal de Justiça ou até ao Supremo. Mais ainda é muito cedo para dizer — explicou Raphaela Lopes, coordenadora do instituto.

A coordenadora esteve presente na audiência, que ocorreu na tarde desta terça-feira na 3ª Câmara Criminal do TJ-RJ, ao lado de Carlos Eduardo Martins, diretor jurídico do DDH, e de outros dois membros. A mãe de Rafael também esteve no Tribunal, porém não pôde assistir à audiência.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/defesa-de-morador-de-rua-cogita-recorrer-instancias-superiores-da-justica-13735106>. Acesso em 25 de maio de 2015.

O Texto 6 representa Rafael como “morador de rua” já na manchete. Dos textos de nosso corpus, este é o primeiro que o representa assim. Rafael já não é representado como manifestante, e sua relação com o contexto das manifestações só se ancora na localização temporal de sua prisão (“detido durante uma manifestação em 2013”). O mapeamento dos modos de representação de Rafael nesse texto revela, portanto, sua ancoragem na situação de rua, já que sua representação se restringe a “morador de rua” (duas vezes), “Rafael Braga Vicira”, “o acusado” e “Rafael”. Quase todas as instâncias de representação de Rafael ocor-

rem na primeira oração do texto, que coincide com o primeiro parágrafo (aqui utilizamos a noção de oração da LSF, que inclui o processo [núcleo da oração], os participantes [agentes e pacientes associados ao processo] e as circunstâncias). Apenas sua retomada como “Rafael” aparece na oração final (“A mãe de Rafael também esteve no Tribunal, porém não pôde assistir à audiência.” – a impossibilidade de dona Adriana Braga assistir à audiência relativa ao caso de seu filho deveu-se à aprovação, pelo Colegiado do Tribunal de Justiça, da restrição parcial de publicidade dos atos processuais durante o julgamento plenário, o que permitiu, na sala de audiência, apenas a presença dos/as advogados de acusação e defesa e das testemunhas envolvidas).

A seguir, no excerto (7), reproduzimos o primeiro parágrafo do Texto 6.

(7) RIO – Após a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) de manter preso o morador de rua Rafael Braga Vieira, detido durante uma manifestação em 2013, e reduzir sua pena de 5 anos e dez meses para 4 anos e 8 meses, sem possibilidade de recorrer em liberdade, o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), responsável por entrar com recurso de habeas corpus para o acusado, agora cogita recorrer a esferas superiores da Justiça, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Observadas as posições de transitividade no primeiro parágrafo do Texto 6, onde se concentra a representação de Rafael no texto, vê-se que Rafael só aparece representado em posições circunstanciais (“Após a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) de manter preso o morador de rua Rafael Braga Vieira, detido durante uma manifestação em 2013, e redu-

zir sua pena de 5 anos e dez meses para 4 anos e 8 meses, sem possibilidade de recorrer em liberdade” e “para o acusado”), o que em termos de transitividade se considera a periferia da oração. Isso significa que o texto não é de fato sobre o Rafael, mas sobre o DDH, o STJ e o STF, que preenchem as posições participantes da transitividade da oração.

Esse é o único texto do corpus que não faz referência aos supostos explosivos. Mas vejamos o que nos reserva, ainda, o Texto 7, publicado no mesmo dia e que volta a representar Rafael como manifestante.

### Imagem 10 – Texto 7



Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/tribunal-de-justica-do-estado-reduz-pena-de-jovem-flagrado-com-liquido-inflamavel-em-protesto-13730827>

O Texto 7 representa Rafael das seguintes maneiras: por nomeação: Rafael Braga Vieira (duas vezes) e Rafael (outras nove); por assimilação, como membro de um grupo (“um dos três manifestantes” e “um dos três acusados que continuam presos”); por classificação, por sua idade: “de 26 anos” (duas vezes); novamente por classificação, como réu em um processo (“o réu”). Não há qualquer vinculação ao trabalho de catador de recicláveis ou à situação de rua.

Vejamos, no Quadro 3, como essas representações se organizam nas estruturas transitivas.

Quadro 3 – Representação de Rafael Braga Vieira em estruturas transitivas no Texto 7

Participante 1	Processo	Circunstância	Participante 2	Circunstância
Rafael Braga Vieira, de 26 anos	é		um dos três manifestantes que ainda permanecem na cadeia	
A Justiça	decidiu	, nesta terça-feira,	que Rafael Braga Vieira, de 26 anos, preso no ano passado com líquido inflamável durante uma manifestação, continuará preso no complexo penitenciário de Gericinó	
Rafael	segurava		duas garrafas com pavios improvisados	quando foi abordado por policiais
A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio	confirmou		a condenação do réu	em primeira instância por porte de material explosivo
Rafael	não poderá recorrer		da sentença	em liberdade.
[o TJ divulgou uma nota na qual destacou que, em juízo,] Rafael	disse		ter colocado água sanitária e desinfetante nas garrafas que segurava no momento de sua prisão	

Advogados do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), uma organização não governamental	cuidaram		da defesa de Rafael, que se encontra preso no complexo penitenciário de Gericinó	
Ele	estava		numa casa de custódia em Japeri.	
Rafael	já havia sido condenado			duas vezes por roubo
Rafael	morava		num casarão abandonado no Centro	quando foi preso pela última vez
um grupo de ativistas	iniciou		uma vigília	em frente ao Fórum, no Centro, para pedir a libertação de Rafael.
Rafael	foi enquadrado		no Artigo 16 do Código Penal	
Rafael	é		um dos três acusados que continuam presos	por suposta participação em atos de violência durante manifestações na cidade

Os processos relacionais, utilizados três vezes com Rafael em posição de Participante 1, o relacionam à classificação como membro dos grupos de “manifestantes” e “acusados que continuam presos” e o localizam no contexto prisional (“estava numa casa de custódia”). Rafael também é Participante 1 em processos comportamentais, que o localizam no contexto de sua prisão – “segurava duas garrafas com pavios improvisados”, “morava num casarão”; o tempo verbal nos dois casos é o pretérito imperfeito, o que confirma a natureza descritiva (do contexto da prisão) desses trechos. Há apenas um processo material na voz ativa que associa Rafael como agente, mas está em afirmação negativa e em estrutura modal deôntica (“não poderá recorrer em liberdade”). Quanto aos processos na voz passiva, os dois representam Rafael sofrendo ações da justiça (“já havia sido condenado duas vezes por roubo” e “foi enquadrado no Artigo



“advogados e diretores do Instituto de Defensores de Direitos Humanos” e, portanto, diretamente envolvidos na defesa de Rafael em 2014. Todos os textos especificamente voltados ao caso de Rafael e analisados até aqui foram publicados na coluna “Rio”, mas este foi publicado na coluna “Opinião”, apresentando estrutura tipológica predominantemente argumentativa.

O título do texto é expandido por “Judiciário não relativizou o depoimento dos PMs”. A referência é ao fato de os depoimentos de dois dos policiais que prenderam Rafael terem sido os únicos indícios de autoria, considerados suficientes para o recebimento da denúncia do Ministério Público, para a prisão preventiva contra Rafael e para sua condenação, apesar da argumentação do defensor público em suas Alegações Finais: “não se pode olvidar do já comprovado comportamento policial durante tais episódios populares, forjando provas, alterando a verdade dos fatos e incriminando inocentes”.<sup>15</sup>

As únicas duas testemunhas arroladas no processo contra Rafael foram dois policiais que faziam parte do grupo que o abordou em 20 de junho. Segundo a narrativa dos fatos por Rafael, ignorada nos autos do processo e também na cobertura jornalística de O Globo web, a abordagem dos policiais foi violenta, ou seja, ilegal. O antropólogo Roberto Kant de Lima realizou pesquisa sobre o sistema judicial na cidade do Rio de Janeiro e, a respeito do papel da polícia naquele sistema judicial, o pesquisador concluiu:

A polícia justifica a aplicação de sua ética em substituição à lei quando considera que a aplicação da lei, em si, é ineficaz para “fazer justiça”. Então, para fazer justiça, desobedece à lei. Esta atitude é obviamente relacionada ao papel não-oficial que a instituição desempenha no sistema judicial. (...) à polícia é atribuída, além da função de auxiliar o

---

15 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Defesa: Alegações Finais. Processo no 0212057-10.2013.8.19.0001, 2013, p. 104.

Judiciário na apuração – inquisitorial e administrativa – de fatos, a de vigilância da população. Suas tarefas, portanto, implicam necessariamente discricionariedade na aplicação da lei, uma vez que se destinam tanto a prevenir futuros comportamentos, com base em suposições dos agentes policiais sobre a potencialidade da periculosidade dos cidadãos, como a realizar investigações inquisitoriais discricionárias. (KANT DE LIMA, 1989, p. 80)

O desenrolar dos fatos nesse processo levou-nos (RESENDE; SILVA, 2015a, p. 132) a crer que Rafael Braga Vieira foi considerado culpado antes de ser julgado: “Não há o benefício da dúvida para Rafael, assim como não há uma investigação para apurar as denúncias de tortura contra ele. Ao contrário, há pressuposição, na sentença do juiz, de que policiais são, sempre, pessoas idôneas, cujos testemunhos são, portanto, de saída confiáveis”. Por absurdo que possa parecer, na cidade do Rio de Janeiro a decisão de incriminar uma pessoa com base apenas no depoimento de policial tem respaldo legal na Súmula 70, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, aprovada por unanimidade em 2003: “O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação”. Este assunto será tematizado em nosso Texto 8.

Quanto à representação de Rafael, o texto enfatiza sua identificação como “morador de rua” e “catador de latinhas”. É representado por nomeação: com “Rafael Braga Vieira” (primeira instância do corpo do texto) e “Rafael” (repetido quatro vezes); por funcionalização: como “-catador de latinhas”; por classificação: por sua idade (“de 26 anos”), sua situação social (“morador de rua”, repetido por três vezes) e seu papel no processo (“o acusado”); e por assimilação: à maioria estatística da população carcerária (“mais um preto pobre atrás das grades” e “maioria esmagadora de jovens negros, pobres e de baixa escolaridade”), à população em situação de rua (“de população em situação de rua”). Aqui, a pertenc-

ça ao grupo de manifestantes volta a diluir-se, apagar-se na ancoragem da situação de rua, que apaga também a natureza política ou singular da condenação – marca-se, então, sua natureza ordinária, de regra e não de exceção.

O Texto 8 é estruturalmente muito mais complexo que os demais. Utiliza muitas elipses nas retomadas coesivas de Rafael e de seu caso. Também é muito mais densa a representação de Rafael. Vejamos, no Quadro 4, a organização das instâncias em estruturas transitivas:

Quadro 4 – Representação de Rafael Braga Vieira em estruturas transitivas no Texto 7

Participante 1	Processo	Participante 2	Circunstância
Rafael Braga Vieira, de 26 anos, morador de rua, catador de latinhas,	foi condenado	a quatro anos e oito meses de prisão	por porte de aparato incendiário ou explosivo
[Rafael]	Trazia	uma garrafa plástica de desinfetante e outra de água sanitária.	
[Rafael]	Foi preso	por policiais militares	em flagrante
			na maior manifestação da história do Rio, em 20 de junho de 2013,
[Rafael]	[foi] denunciado	pelo Ministério Público,	
[Rafael]	[foi] condenado		em primeira instância.
[Rafael]	Teve negado	o recurso da defesa.	
(Pelo contrário,) tudo	funcionou		de forma linear e coerente, com o resultado esperado: mais um preto pobre atrás das grades.

o Judiciário	não relativizou	o depoimento dos PMs que o acusaram do porte de coquetéis molotov.	no caso de Rafael,
a perícia técnica	constatou	que “uma das garrafas possuía mínima aptidão/ ínfima possibilidade para funcionar como coquetel molotov”.	Dos frascos apreendidos com Rafael,
queo acusadotenha alegado que desconhecia a existência de substância inflamável no frasco.	Não interessa		
[o acusado]ter negado que os recipientes estivessem vedados com panos quando apreendidos.	Não importa		
O morador de rua	afirmou	que usava os produtos	para higienizar a calçada onde dormia ou para lavar parabrisas.
[Este caso	é]	Mais um caso que confirma a perversa seletividade da Justiça criminal, que mantém na cadeia maioria esmagadora de jovens negros, pobres e de baixa escolaridade.	
[Este caso]	Poderia ser	só mais um caso de recolhimento involuntário de população em situação de rua.	
Rafael	estava	numa manifestação que reuniu mais de um milhão de pessoas,	embora não participasse de fato do ato.

que, de todos os manifestantes presos, um morador de rua tenha restado como único condenado dos protestos.	É	emblemático	
A rua	não abandonará	Rafael.	

No primeiro parágrafo do texto, o foco é narrar o processo contra Rafael e, para isso, utilizam-se principalmente as estruturas em voz passiva, nas quais Rafael é representado sofrendo a ação da justiça (“foi condenado”, “Foi preso”, “[foi] denunciado”, “[foi] condenado”, “Teve negado”). A única exceção no parágrafo é a oração em que Rafael é participante ativo do processo comportamental referente ao transporte das garrafas (aqui representadas como garrafas de desinfetante e água sanitária). A essa representação do processo, segue uma avaliação irônica do sistema judicial: “Não houve falha no sistema. Pelo contrário, tudo funcionou de forma linear e coerente, com o resultado esperado: mais um preto pobre atrás das grades”. Nesse trecho final do parágrafo, Rafael é representado, em posição circunstancial, como parte da maioria estatística da população carcerária brasileira.

O esforço para a desconstrução do processo movido contra Rafael também se realiza em outras duas estratégias discursivas em que o paralelismo sintático dá o reforço retórico. A primeira, quando se afirma com ironia que “não importa”/ “não interessa” o que Rafael contou da história (“tenha alegado”, “ter negado”), denunciando a ausência de atenção à voz de Rafael ao longo de todo o processo. A segunda, nas duas orações com elipse de [Este caso] em posição de Participante 1, com processo relacional (um elíptico) completado com “Mais um caso” e “só mais um caso” – nessas duas orações, o esforço discursivo assimila Rafael a um coletivo. Também com processo relacional liga-se “emblemático” ao fato de que “de todos os manifestantes presos, um morador de rua tenha restado como único condenado dos protestos” – aqui, a primeira impres-

são é que se assimila Rafael aos manifestantes presos, mas interpretamos que, ao desagencializar Rafael no contexto da manifestação, o Texto 8 representa Rafael fora do grupo “manifestantes”, adotando a estratégia de marcar incoerência entre seu pertencimento à “população em situação de rua” e a singularidade de sua situação como “único condenado dos protestos”. Isso se articula à estrutura de argumentação no texto, a que damos ênfase no Quadro 5.

Quadro 5 – Argumentos recorrentes no Texto 8

Ênfase no que o caso de Rafael tem de confirmação de práticas e estatísticas	Não houve falha no sistema. Pelo contrário, tudo funcionou de forma linear e coerente, com o resultado esperado: mais um preto pobre atrás das grades. [§1]	Mais um caso que confirma a perversa seletividade da Justiça criminal, que mantém na cadeia maioria esmagadora de jovens negros, pobres e de baixa escolaridade.[§4]	Poderia ser só mais um caso de recolhimento involuntário de população em situação de rua.[§4]
Metáfora das ruas	As ruas protestam contra a violência do Estado [§2]	Prova máxima de que a rua tem razão em sua luta por direitos, contra a desigualdade e a violência do Estado. [§4]	A rua não abandonará Rafael. [§4]
Desagencialização de Rafael no contexto da manifestação	O Judiciário prefere se agarrar, no entanto, à improvável hipótese do “lumpen blackbloc”. [§4]	Rafael estava numa manifestação que reuniu mais de um milhão de pessoas, embora não participasse de fato do ato. [§4]	É emblemático que, de todos os manifestantes presos, um morador de rua tenha restado como único condenado dos protestos. [§4]

O Quadro 5 permite visualizar a organização de três conjuntos de argumentos ao longo do texto. A ênfase no que o caso de Rafael tem de confirmação de práticas e estatísticas já aparece no primeiro parágrafo e sua retomada, também no quarto parágrafo, reforça a representação de Rafael como “mais um preto pobre atrás das grades”, parte da “maioria esmagadora de jovens negros, pobres e de baixa escolaridade” encarcerados, membro da “população em situação de rua”. Assim, a ênfase nesse argumento é não à singularidade do caso, mas a seu caráter rotineiro.

Enfatizar esse caráter rotineiro de confirmação de práticas retira o caso de Rafael do campo da singularidade, especialmente quando sua prisão se esvazia do sentido político, ligado às manifestações de 2013. Isso se realiza pelo argumento do desagenciamento de Rafael no contexto da manifestação de 20 de junho, importante na construção do parágrafo final do texto. Pela primeira vez nos textos de nosso corpus, afirma-se diretamente que Rafael não participava do protesto, simplesmente estava lá. Depois, a hipótese de que fosse de fato um participante da manifestação, imbuído de intenção política, é qualificada de improvável: a “improvável hipótese do ‘lumpen blackbloc’” – do blackbloc marginalizado da periferia.

A separação de Rafael (e da situação de rua) do contexto do embate político é reforçada depois em “É emblemático que, de todos os manifestantes presos, um morador de rua tenha restado como único condenado dos protestos”. A vinculação de Rafael à situação de rua, ao lado da metáfora de personificação das ruas, atribui ao termo ambiguidade. Parece paradoxal que ao lado de situar Rafael num espaço de carência de agência política (a improbabilidade do “lumpen blackbloc”), o texto também personifique a própria rua, mas para representar os protestos, as manifestações que as ruas abrigam.

No processo movido contra Rafael, o defensor público também se apoiou nessa tese de que Rafael não poderia ser um manifestante por estar em situação de rua. O desagenciamento político foi utilizado como argumento nas Alegações Finais da defesa, no mesmo documento em que, pela primeira vez nos autos do processo, Rafael é vinculado a seu trabalho de catador de recicláveis e à situação de rua:

O acusado [...] nega a imputação que lhe é endereçada, esclarecendo que apenas portava uma garrafa de ‘PINHO SOL’ e outra de ‘água sanitária’, todas fechadas e sem qualquer pavio ou ‘mecha ignotora’. [...] Para jogar uma ‘pá de cal’ na questão, o acusado é reconhecida-

mente morador de rua e catador de latinhas, afastando-o completamente do cenário de protestos que havia no dia em tela, retirando, assim, a plausibilidade da conduta a ele atribuída.<sup>16</sup>

O argumento da implausibilidade da conduta atribuída, da “improvável tese do lumpen blackbloc”, poderia até funcionar como argumento em um pleito libertário – até o momento não funcionou, nem quando utilizado pela Defensoria Pública, nem quando utilizado pelo DDH –, mas não podemos deixar de pensar nas consequências políticas do desagenciamento de pessoas em situação de rua como pressuposto de suas possibilidades de atuação no mundo. E isso nos parece grave.

#### **4 Intertextualidade: quem diz quem é Rafael Braga Vieira em O Globo on-line?**

Os dados de O Globo sobre Rafael Braga Vieira ainda merecem um comentário final, mesmo que breve, da perspectiva da intertextualidade. Quando se constrói, na narrativa jornalística, a personagem de Rafael Braga Vieira, a quem cabe o espaço de fala? Ao lado da voz do/a narrador/a-jornalista, a quem se abre a possibilidade de contar a história, de definir uma perspectiva, de traçar o foco interpretativo?

De acordo com Fairclough (2001, p. 29), a presença de uma voz específica, articulada de maneira também específica, em vez de outras, sinaliza posicionamentos dos textos. Em nossa análise, foi preciso atentar para orientações intertextuais específicas dos gêneros jornalísticos, já que gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas, e esse é um traço essencial das notícias, nas relações entre jornalistas e suas “fontes”. A articulação de vozes é possível por muitos modos de textualização: podem ser explicitamente delimitadas na representação por discurso direto; mescladas, por discurso indireto; assimiladas, em pressuposições; apenas

---

16 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Defesa: Alegações Finais. Processo no 0212057-10.2013.8.19.0001, 2013, p. 102-3.

ecoadas em relatos narrativos de atos de fala. A análise do aspecto intertextual de textos, segundo Fairclough (2003, p. 41), deve ser orientada pela observação da abertura ou do fechamento da diferença, isto é, dos variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas.

Uma vez que tivemos, no escopo de nossa pesquisa, acesso a variados textos sobre o caso Rafael Braga Vieira, tendo analisado em profundidade peças dos autos do processo movido contra ele, temos condição de mapear as vozes recontextualizadas nos textos jornalísticos e avaliar os modos de sua articulação intertextual, especialmente em relação a dois aspectos: a presença ou ausência das vozes de Rafael e de sua defesa, a presença ou ausência das vozes do juiz e da acusação, a presença ou ausência de vozes da militância que se organizou em torno da libertação de Rafael, e os modos de organização dessa polifonia.

Quanto aos textos de junho de 2013, ou seja, aqueles que noticiam o acolhimento da denúncia contra Rafael, há semelhanças entre os dois textos nos modos de articulação intertextual. Ambos articulam o pedido do Ministério Público por meio de relato narrativo de ato de fala e ambos articulam a voz do juiz por discurso direto, ademais selecionando o mesmo trecho da “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante” (que já mencionamos e transcrevemos neste capítulo), texto fonte dessa voz articulada. O efeito da articulação dessa voz é de fortalecer o vínculo entre Rafael e a manifestação e, portanto, de fortalecer também sua identificação com a “minoría (...) imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo”, o que reforça a pressuposição de sua culpa.

Há, nas duas notícias de junho, vínculo expressivo com os textos da justiça, já que as únicas vozes articuladas são desse domínio. O vínculo dá-se especialmente com a “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante”, assumida com tão alta afinidade que os limites entre essa voz e a voz autoral chega a desaparecer no último parágrafo do Texto 2. Desse mesmo domínio discursivo da justiça, é de se notar a ausência de

vozes da defensoria pública. E, claro, a ausência da voz de Rafael não nos deve passar despercebida.

O vínculo com a voz judicial permeia nos textos de dezembro de 2013. Quanto à intertextualidade no Texto 3, há apenas uma voz articulada, a do juiz, por referência ao texto da sentença. Em trabalho anterior, também analisamos a sentença, que veio a público em 2 de dezembro de 2013. O documento, intitulado “Sentença – Julgado procedente o pedido”, condenou Rafael Braga Vieira e dosou sua pena em cinco anos de reclusão em regime fechado:

Mais uma vez o fato ocorreu quando centenas de milhares de pessoas reuniam-se, pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos. Naquele mesmo episódio verificou-se a presença da minoria, quase inexpressiva - se comparada com o restante de manifestantes - imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendentes a descreditar e desmerecer um debate democrático. A utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos. Por tal razão, diante das peculiares circunstâncias do fato, e da culpabilidade exacerbada, fixo a pena-base pouco acima de seu mínimo legal, ou seja, em 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. [...] percebe-se que o réu ostenta duas condenações pretéritas transitadas em julgado em seu desfavor, com data anterior à prática deste fato, configurando-se assim o instituto da reincidência [...]. Dessa feita, elevo a reprimenda em 1 (um) ano, chegando à pena de 5 (cinco) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, que torno definitiva à míngua de qualquer outra circunstância que enseje a sua modificação. Deixo de proceder à substituição e suspensão da pena, eis que ausentes os requisitos objetivos previstos [...]. Fixo o regime fechado para o cumprimento da pena, em razão da reincidência, e por entender

este julgador ser o regime adequado para garantir o caráter repressivo e preventivo, geral e especial da reprimenda, destacando que os regimes anteriormente impostos não permitiram ao réu atingir tal compreensão.

O texto da sentença retoma, literalmente, trechos inteiros do documento intitulado “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante”, que já conhecemos e que serviu de fonte aos dois textos de junho. A repetição literal vai de “O fato” até “idosos”, e a presença dessa repetição nos autos do processo é sinalizada pelo juiz ao introduzir o trecho com “Mais uma vez”. Em nosso artigo anterior sobre os documentos dos autos do processo (RESENDE; SILVA, 2015a, p. 154), registramos que

o documento aqui repetido, como vimos, é o primeiro documento dos autos do processo eletrônico, um documento publicado em 24 de junho de 2013, apenas quatro dias após a prisão de Rafael Braga Vieira. A retomada literal daquele texto nessa Sentença de 2 de dezembro de 2013, quase seis meses depois, e depois de tramitado todo o Processo, pode ser interpretada comomais um indicativo de que Rafael foi condenado antes de ser julgado.

A voz do juiz é forte no Texto 3, estando ausente apenas no primeiro parágrafo, o parágrafo de lide, em que se informa quem (Rafael Braga Vieira), o que (foi condenado à prisão em regime fechado), quando (2 de dezembro de 2013), por que (porte de dois “coquetéis molotov” durante manifestação). Informados os dados gerais da notícia, o restante do texto constrói-se exclusivamente pela articulação da voz do juiz, em discurso direto e em discurso indireto. A ressaltar, novamente, a total ausência de outras vozes, por exemplo da defensoria pública, de Rafael, de seus familiares, de militantes da campanha por sua libertação.

O Texto 4, também sobre a condenação de Rafael, é mais complexo que o anterior no que se refere à presença de vozes: são articulados, além da sentença do juiz, o laudo pericial, o depoimento dos policiais

que prenderam Rafael e a voz da defensoria pública – além da relevante negação da fala de Rafael, que já comentamos na análise de sua representação no texto.

O primeiro texto articulado no Texto 4 é o laudo pericial, emitido um mês após a prisão de Rafael, em 22 de julho de 2013, e elaborado por técnicos em explosivos e desativação de artefatos explosivos da Coordenadoria de Recursos Especiais. O curioso sobre a articulação intertextual do laudo pericial é que, pelo modo como se faz referência a ele no Texto 4, pode-se crer que haja mais de um laudo técnico sobre as garrafas apreendidas, quando na verdade apenas uma perícia foi realizada. O Texto 4, entretanto, dá a entender que haveria um laudo apresentado nas alegações de acusação e outro nas alegações de defesa: o laudo vinculado no texto à acusação é articulado com um verbo dicendi forte na credibilidade atribuída à voz representada (“atestou que”, duas vezes), mas nenhum reforço ocorre na articulação do laudo quando vinculado à defesa, em que a articulação dá-se por “Segundo o documento”, mas sem verbos dicendi associados.

A confusão do jornalista quanto à existência de mais de um laudo pericial pode-se dever ao fato de o laudo ser mesmo contraditório, corroborando a opacidade dos documentos desse caso judicial. Mesmo constatando que uma das garrafas continha apenas água sanitária, material não inflamável, o laudo afirma em seguida que “Esses engenhos foram confeccionados com intenção de funcionar como ‘coquetéis molotov’”. No mesmo laudo, o perito afirma que os “engenhos” tendo sido “confeccionados em garrafas plásticas”, com “mínima possibilidade da quebra que possibilitaria o espalhamento do seu conteúdo inflamável”, teriam “mínima aptidão para funcionar como ‘coquetel molotov’”, e conclui: “apresentando ínfima possibilidade de funcionar como ‘coquetel molotov’” (grifos nossos).

Entretanto, assim como a acusação e o juiz, o Texto 4 reinterpreta “mínima aptidão” e “ínfima possibilidade” como uma afirmativa e não como uma negação de que as garrafas seriam ‘coquetel molotov’. De outra forma não seria possível afirmar, no Texto 4, que o laudo “atestou que o réu carregava coquetéis molotov”. Sabemos que a defesa apresentou outra interpretação, mas que foi sumariamente ignorada pelo juiz e pela notícia. A respeito do laudo técnico, diz o defensor público em suas alegações finais:

Somente com este panorama se defluiu as seguintes inexoráveis conclusões: a) água sanitária não é substância apta a incendiar ou causar explosão; b) em que pese a base alcoólica do desinfetante, este é de difícil combustão, não se prestando à fabricação de Coquetel Molotov; c) álcool “de cozinha” é mais barato e mais eficiente; d) recipientes de plástico não se estilhaçam ao serem lançados, logo são inservíveis para a confecção de coquetéis molotov.

Essas conclusões, entretanto, não são sequer mencionadas pelo juiz, assim como a matéria jornalística ora em foco as ignora. O mais provável, parece-nos, é que o jornalista não tenha acessado diretamente o laudo que refere em seu texto, mas apenas a sentença e a interpretação do laudo já pressuposta na sentença.

A defesa de Rafael é articulada no Texto 4 duas vezes, uma delas como voz interna à articulação da voz do juiz, e ambas com mitigador que enfraquece o conteúdo dessa voz (“tentou alegar”, “tentaram provar”). Outro texto ligado à defesa e articulado no texto é uma nota da defensoria pública, cujo conteúdo representado textualiza-se com baixa modalidade deôntica: “avaliará a possibilidade de entrar com recurso”.

A voz policial também é articulada e parece recontextualizada da sentença de condenação. A sentença descreve o depoimento policial da seguinte forma: “que observou quando o réu ora presente entrou naquela loja com uma mochila e em seguida saiu com dois frascos em suas

mãos; (...) que o réu não soube explicar o que estava fazendo com os frascos em suas mãos”. No Texto 4, isso se recontextualiza para “o acusado foi visto entrando numa loja com uma mochila e saindo de lá em seguida com dois coquetéis molotov nas mãos. Ele não soube explicar na delegacia o que fazia com os frascos na mão”. Assim, podemos inferir que a negativa da voz de Rafael no texto noticioso não é senão a articulação, ainda, da voz policial, sempre pelo atalho do texto da sentença.

Assim, a voz do juiz, articulada na relação intertextual com a sentença, parece dominar outras vozes que habitam o ambiente do Texto 4 – na interpretação do laudo técnico, na articulação da voz policial. É também a voz mais penetrante no texto, pela extensão de sua presença, mas principalmente por dominar, em discurso direto, os três últimos parágrafos do texto: a essa voz se confere muito espaço, um espaço privilegiado na porção final do texto e uma articulação com palavras exatas, em discurso direto, o que nesse texto só acontece para a voz sentencial e para a seleção de trechos do laudo pericial. Por fim, não nos deve escapar que o Texto 4 termina articulando o mesmo trecho da sentença já antes articulado nos textos 1, 2 e 3; o mesmo trecho que, como vimos, já no texto da sentença é retomado do primeiro documento dos autos do processo, a “Decisão – Homologada a Prisão em Flagrante”, datada de apenas quatro dias após a prisão de Rafael. Tampouco nos escape que esse trecho vincula Rafael fortemente ao contexto das manifestações, e que sua prisão/condenação é justificada nessa vinculação.

Por fim, temos os textos de 2014. Já vimos que os textos 6 e 8 deslocam Rafael Braga Vieira do contexto da manifestação e o ancoram na situação de rua. Nesses dois textos, a voz do DDH predomina. O Texto 6 articula apenas uma voz: a da advogada Raphaela Lopes, identificada como coordenadora do DDH. Sua fala é articulada em discurso direto, marcado pelo recurso do travessão: “– Depois dessa decisão, que consideramos injusta, estamos estudando qual será o nosso próximo pas-

so. Uma possibilidade é recorrer ao Superior Tribunal de Justiça ou até ao Supremo. Mais (sic.) ainda é muito cedo para dizer – explicou Raphaela Lopes, coordenadora do Instituto”. Com a articulação dessa voz, este também é o primeiro texto desse conjunto que põe em dúvida a justiça da prisão de Rafael, o que é significativo da guinada representacional – de manifestante com explosivos, fortemente ancorado no contexto dos protestos, para “morador de rua”, agora vinculado a sua situação socioeconômica e pondo em xeque seu julgamento.

Já vimos que o Texto 7 volta a identificar Rafael como manifestante. Em termos intertextuais, nesse texto articulam-se quatro vozes – da Polícia Militar, do Tribunal de Justiça, do Instituto de Defensores de Direitos Humanos e da advogada Raphaela Lopes –, e, dentre elas, a voz mais presente é a do Tribunal.

As vozes da Polícia Militar, do DDH e da advogada são articuladas de maneira relativamente simples, por discurso indireto, instanciando as estruturas indicativas de relato “De acordo com...”, “Segundo...” e “disse que”. A inclusão de voz do Tribunal de Justiça, entretanto, é bem mais complexa: essa voz articula outros três textos nela projetados: o depoimento de Rafael, o laudo técnico da perícia e a acusação do Ministério Público. A voz de Rafael, primeira a ser projetada na voz do Tribunal, é desqualificada. Primeiro, o que ele “disse” é classificado como “versão”, o que retoma os textos dos autos, em que a história narrada por Rafael é definida como “pueril versão defensiva”, pelo Ministério Público, e como “versão pueril e inverossímil”, pelo juiz. Segundo, a voz de Rafael é aqui imediatamente articulada a outras, por meio do recurso coesivo da adversativa “Porém”, em que se apresenta outro ponto de vista (não classificado como versão), sustentado no texto não só pelo próprio Tribunal, mas também pelo laudo técnico e pelo Ministério Público. A isso segue nova instância da voz do Tribunal de Justiça, agora em discurso direto que reproduz trecho da “nota” (que, por sua vez, copia a mesma sentença

tantas vezes retomada nos textos anteriormente analisados, em que se lê: “o etanol encontrado dentro de uma das garrafas pode ser utilizado como combustível em incêndios, com capacidade para causar danos materiais, lesões corporais e o evento morte”).

Nesse Texto 7, então, a voz de Rafael pela primeira vez aparece (sem ser por negativa de fala), mas articulada dentro de outra fala, ironizada como “versão” não considerada, desconstruída por vozes mais poderosas. De novo, para contar a história de Rafael, utilizam-se vozes da justiça.

No Texto 8, por fim, articulam-se seis vozes: uma metafórica voz da rua, além do depoimento dos policiais, da Súmula 70 do TJ-RJ, do laudo da perícia técnica, do depoimento de Rafael e da sentença do juiz. Neste texto, as vozes articuladas são muito mais explicitamente avaliadas.

O recurso metafórico da referência à voz das ruas personificadas, que “protestam” e “denunciam”, logra representar um coletivo de insatisfeitos/as com “a violência do Estado”, e também dá espaço para a primeira ridicularização da condenação de Rafael, por comparação ao caso de outras pessoas presas por porte de substâncias lícitas, como “uma garrafa de Nescau e um frasco de fixador de corantes” – a mensagem implícita que decorre do cotejamento desse texto com seu contexto de circulação pode ser lida como ‘O erro nesse caso exemplar não sinaliza também o erro no caso de Rafael?’.

Também por relato narrativo de ato de fala (com “acusaram”), na sequência imediata aparece a articulação dos depoimentos dos policiais militares, únicos testemunhos considerados no processo, como vimos. Trata-se, neste ponto, de questionar a ausência de relativização dos depoimentos pelo Tribunal, que os tomou como certos sem qualquer comparação com os fatos narrados por Rafael ou reflexão que pudesse decorrer do texto de sua defesa. Aliás, na sentença condenatória essas duas vozes – de Rafael e de sua defesa – escassamente aparecem (RESENDE; SILVA, 2015a).

É avaliativo dos depoimentos que se articule em seguida a Súmula 70, referida em relato narrativo de ato de fala (com “orienta”) e logo reproduzida em discurso direto marcado por aspas. A avaliação aqui se dá de dois modos: o pré-modificador “inconstitucional” avalia diretamente a própria Súmula (e, por decorrência, o Tribunal que a aprovou por unanimidade), e a força final do parágrafo – “Haja fé pública, e cega” – avalia não só a própria súmula, mas também o processo contra Rafael, que dela fez uso ‘cegamente’.

A articulação em discurso direto do laudo pericial, no Texto 8, precisa ser analisada em justaposição à articulação da voz de Rafael, que vem em seguida, implicitamente articulada à primeira em estruturas paralelas com “Não interessa” e “Não importa”. Já sabemos que o laudo pericial das garrafas encontradas com Rafael é contraditório, e aqui seu caráter inconclusivo (“mínima aptidão/ ínfima possibilidade”) é justaposto à ausência de ouvidos para a voz de Rafael – “Não interessa que o acusado tenha alegado”, “Não importa ter negado” – e, depois, é seguido dessa mesma voz, aqui reproduzida em discurso indireto, delimitando o que fazia com o conteúdo das garrafas (“O morador de rua afirmou que usava os produtos para higienizar a calçada onde dormia ou para lavar para-brisas”).

Curiosamente, a última voz articulada no texto é a do juiz, reproduzindo em discurso direto aquele mesmo trecho da sentença que apareceu na maior parte dos textos do corpus. Isso é curioso porque não seria de se esperar um reforço desses mesmos sentidos aqui. Entretanto, ao contrário dos demais textos que articularam esse trecho do texto sentencial, aqui ele não é deixado falando por si só como última palavra. Ao contrário, ele é incluído para ser ridicularizado pelo que se põe em seguida: “É emblemático que, de todos os manifestantes presos, um morador de rua tenha restado como único condenado dos protestos. Prova máxima de que a rua tem razão em sua luta por direitos, contra a desigualdade e a violência do Estado. A rua não abandonará Rafael”.

## Considerações finais

As análises que apresentamos neste capítulo focalizaram os modos de representação de Rafael Braga Vieira em oito textos publicados no portal web do jornal O Globo. Realizadas as análises, podemos dizer que os textos são de fato sobre procedimentos judiciais, não sobre Rafael. Individualmente, Rafael Braga Vieira não interessa ao jornal – sua história, sua voz não têm valor-notícia, não são pauta para O Globo. Assim é que Rafael não ecoa nos textos publicados sobre ele, e que esses textos tematizam o Tribunal e sua sentença.

Provas disso são as ausências de realizações de Rafael Braga Vieira no mundo representado – Rafael não faz e não diz, apenas é e sofre ação de outrem – e as ausências de sua voz e, na maioria dos textos, das vozes de quem estaria em posição de falar por ele. Assim como as vozes preferidas nos textos são as vozes da justiça, são também da justiça as ações quando se trata de representá-lo localizado passivamente no contexto de sua condenação.

Há, entretanto, um ponto de inflexão em que Rafael deixa de ser representado de modo fortemente ancorado no contexto das manifestações, o que põe em xeque a singularidade pela qual foi (ao menos explicitamente) condenado. Os textos de junho de 2013 representam Rafael Braga Vieira como manifestante, simbolicamente posicionado no contexto das chamadas Jornadas de Junho. Em dezembro de 2013, ele é, pela primeira vez, posicionado socialmente como “catador” e, em agosto de 2014, passa a ser referido mais sistematicamente como “morador de rua”. Sua identificação com a situação de rua chega a ser, no último texto (tão diferente dos demais que podemos nos perguntar: terá sido uma matéria paga?), utilizada como argumento para se sustentar a implausibilidade de sua participação em qualquer manifestação política. Aí fica claro o desagenciamento da população em situação de rua – de tão naturalizado, esse desagenciamento sequer é notado como um problema.

Seu descolamento das manifestações, entretanto, não resulta qualquer efeito sobre a justiça, já que ele continua preso.

Embora os textos de O Globo pareçam ser ambientes para diversas vozes – tribunal, sentença, laudo, defesa, polícia –, na maior parte dos casos trata-se de uma recontextualização da polifonia de um só texto: a decisão judicial que acolhe a denúncia contra Rafael e que é também ‘requeitada’ no texto tantas vezes repetido da sentença. O que fica aparente, então, é o escasso trabalho de apuração jornalística para a produção desses textos. Os/As jornalistas responsáveis por narrar a história de Rafael em O Globo – e por construir, nessa narrativa jornalística, a personagem quase ficcional de Rafael – não parecem ter tido o trabalho de apurar fatos ou de buscar uma variedade de fontes que pudesse garantir aos/às leitores/as de O Globo uma mínima diversidade.

Não queremos com isso afirmar que os/as jornalistas sejam ativamente motivados por algum desejo nefasto de mal representar a personagem de seus relatos. Não. Estão também constrangidos/as pelas práticas que regem a produção de notícias. Rotinas jornalísticas, então, reproduzem práticas e engendram ciladas em que jornalistas se deixam prender – a monoglossia, a ausência sistemática de certas fontes, o discurso único. Os modos de representação são caudatários dessas mesmas fontes viciadas, que levam a uma só voz: a voz da justiça. E é essa voz, então, que direciona os modos de representação por meio dos quais se vai construindo, no entretecer desses textos, quem é Rafael Braga Vieira para O Globo.

### **Referências bibliográficas**

ALEXANDRE, Marta; RESENDE, Viviane. Representação discursiva da pobreza extrema: análise discursiva crítica de um testemunho publicado em editorial da revista Cais. *Revista Latinoamericana de Estudios del*

Discurso, v. 10, p. 87-105, 2010.

Amnesty International. “Eles usam uma estratégia do medo”: Proteção do direito ao protesto no Brasil, Londres: Amnesty International, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: Textual Analysis For Social Research*, London: Routledge, 2003.

HALLIDAY, Michael A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 3.ed. Revised By C. Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

KANT DE LIMA, Roberto. *Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10 (4), p. 65–84 , 1989.

KEATING, Clara. *Migrações, trajetórias e experiências de linguagem*. Comunicação pessoal em minicurso ministrado no I Congresso Internacional de Linguística Aplicada Crítica. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, suacrise e o protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em linguística), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo. *Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro*. *Linguagem em (Dis)Curso* (12) p. 439-465, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo. Reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. M. (org.). Outras perspectivas em análise de discurso crítica. Campinas: Pontes, no prelo.

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza. “Jornadas de Junho” e criminalização da situação de rua no Brasil: o caso Rafael Braga Vieira. In: ABRIL, Neyla G. Pardo (org.) La sociedad, la comunicación y sus discursos: miradas interdisciplinárias. Bogotá: Caro y Cuervo, p. 125-162, a.

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza. Criticaldiscourseanalysis: voice, silence and memory - one case aboutpublicsphere. CriticalDiscourseStudies (on line first), Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17405904.2015.1113191>>.

SILVA, Rosimeire Barboza; RESENDE, Viviane de Melo. A desorganização do consenso: arbitrariedade seletiva e deslegitimação penal no caso Rafael Braga Vieira (Rio de Janeiro, Brasil). XVI Conferencia Internacional por la Abolición Penal (ICOPA): Impactos de las políticas penitenciarias en un contexto global y experiencias de resistencia,

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho,

VAN LEEUWEN, Theo. Discourse and practices. Oxford: Oxford University Press, 2008.



ISBN 978-85-509-0140-4

**Realização:**



**PPGCOM** Programa de Pós-Graduação em Comércio

**Apoio:**

**ADUFPI**  
SEÇÃO SINDICAL ANDES S/N



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ**